

**NELCI MELLO TOMADON**

**“ESCOLINHA DO POVO”**: A HISTÓRIA DA  
**HISTÓRIA** – *atos de fala e a criação do real*

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Linguística Aplicada.

Orientador: Professor Dr. José Roque Aguirra Roncari

Maringá  
2003

À memória de meu pai, Gaspar Ferreira de Mello, e a minha mãe, Maria da Luz  
Veiga Mello

## Agradecimentos

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Roque Aguirra Roncari, pela confiança em mim depositada.

À Profa. Dr<sup>a</sup> Sonia Aparecida Lopes Benites, pela pertinência das observações e sugestões neste trabalho.

Ao meu esposo, filhos e netos, pelo incentivo e paciente compreensão.

Às ex-alfabetizadoras da “Escolinha do Povo”, Estel de Mello Figueiredo e Imaculada Conceição Kffuri, pela coragem em retomar o diálogo.

À equipe administrativa do Colégio Estadual Dr. “Oswaldo Cruz”, especialmente à Neide Aparecida Florêncio e Neiva Bernardes de Souza, pelo empenho na busca de documentos históricos da escola, por ocasião do projeto “Comemorar é Conhecer”.

À Professora Hermínia Pereira de Camargo Perdoncini, pela leitura atenta e observações feitas no trabalho.

## Resumo

A leitura pragmática da linguagem ofereceu suporte para o desvelamento das verdades acordadas no diálogo responsivo estabelecido por ocasião do resgate histórico de uma escola, em Campo Mourão, PR, em 1999. Essa iniciativa propiciou verificar qual a parcela de responsabilidade da linguagem na constituição e institucionalização da teia discursiva de fatos históricos que apagou a existência da “Escolinha do Povo” por, mais ou menos, 35 anos, bem como a institucionalização de uma lista de ex-diretores não correspondente aos fatos empíricos. Através da análise dos mecanismos formais e de discurso presentes em atos administrativos, em registros escritos oficiais e extra-oficiais, recuperaram-se desenhos históricos coexistentes, mas diferenciados, engendrados por atos de fala que, em circunstâncias específicas, construíram, através da interlocução, significados aceitos como verdadeiros, perpetuando-os em sucessivas reiteraões ao longo dos anos. Análise dos dados provou que a constituição dessas teias discursivas está mais ligada às decisões do eu autoridade competente na emissão dos proferimentos do que ao retrato de uma dada circunstância histórica.

Palavras chave: Pragmática. Atos de fala. Performativo. Ilocucionário.

## Abstract

The language pragmatic reading supported the true unveiling agreed on the responsive dialogue established during a school historical survey, in Campo Mourão, PR, in 1999. This initiative made possible to verify what's the responsibility party of the language in the constitution and institutionalization of a determined discursive framework of historical facts that put out the existence of "Escolinha do Povo" for around 35 years, as well as the institutionalization of an ex-headmanagers list which doesn't correspond to the empiric facts. Through the analysis of formal and discourse mechanisms registered administrative acts, in official and extra-official written registers brought the coexistent historical pictures back but differentiated. They are engendered by the speech acts that, in specific circumstances, built meanings, through the dialogue that are accepted as true, perpetuating them in successive reiterations along the years. The data analysis showed that these frameworks constitution are more connected to the decisions of the competent authority in the emission of a statement than to the historical circumstance portrait.

Keywords: Pragmatic. Illocutionary. Speech acts. Performative.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	04
<b>ABSTRACT</b> .....	05
1. <b>INTRODUÇÃO</b> .....	08
2. <b>OBJETIVOS</b> .....	17
3. <b>O OBJETO PROBLEMA</b> .....	19
4. <b>ASPECTOS ESPECÍFICOS</b> .....	20
5. <b>CORPUS</b> .....	21
6. <b>METODOLOGIA</b> .....	24
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>A PERFORMATIVIDADE – A AÇÃO DA LINGUAGEM</b> .....	28
1.1 A ESCOLHA DO GÊNERO.....	30
1.2 ESTRUTURAS FIXAS – A CONVENÇÃO E CONDIÇÕES ADEQUADA.....	31
1.3 A LINGUAGEM COMO AÇÃO.....	34
1.4 A LINGUAGEM COMO REPRESENTAÇÃO DO REAL: A PREOCUPAÇÃO AUSTINIANA.....	38
1.5 O PERFORMATIVO EXPLÍCITO – CRITÉRIOS GRAMATICAIIS.....	44
1.6 OS ILOCUCIONÁRIOS.....	45
1.7 O PERFORMATIVO PARA SEARLE.....	53
1.8 A ATUAÇÃO DA LINGUAGEM NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA VERSÃO HISTÓRICA.....	60
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>A PERFORMATIVIDADE – OS CONTRATOS DE SENTIDO</b> .....	62
2.1 OS PERFORMATIVOS EXPLÍCITOS EM QUESTÃO.....	63
2.1.1 A Portaria Municipal n.º 124/65.....	64
2.1.2 Um Performativo Explícito – O Abuso Lingüístico.....	67
2.2 O ILOCUCIONÁRIO.....	69
2.3 O ENTRELAÇAMENTO DE ATOS DE FALA.....	72
2.4 O DIÁLOGO RESPONSIVO – A PERFORMATIVIDADE LINGÜÍSTICA.....	74
2.4.1 Uma Atitude de Linguagem Manipuladora.....	82
2.5 1980 – A RELAÇÃO DE EX-DIRETORES E O DIÁLOGO ENTRE ENUNCIADOS.....	84
2.6 GÊNEROS DO DISCURSO – A CONVENÇÃO AUSTINIANA.....	86
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>ATOS DE FALA: A LÍNGUA VIVA</b> .....	92
3.1 A PRODUÇÃO SOCIAL DE SIGNIFICADO – A GARANTIA DA PERFORMANCE.....	93
3.1.1 1964 – Atos de Fala Históricos.....	96
3.1.2 Nem Isolada do Perímetro Urbano, Nem do Mundo.....	97
3.1.3 1999 – Atos de Fala Reveladores.....	99
3.2 REAÇÕES AOS ATOS DE FALA - A INTERLOCUÇÃO.....	102
3.3 ATOS DE FALA TOTAIS.....	103

3.4	A QUESTÃO DA INTENCIONALIDADE.....	106
3.5	A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA VERSÃO HISTÓRICA.....	112
3.6	REITERAÇÕES INSTITUCIONALIZADORAS – JORNAL “OSVALDO CRUZ”.....	113
3.6.1	Ano 2000 - .Preâmbulo do Regimento Escolar.....	114
3.6.2	Ano 2001 – O Acordo reiterado.....	116
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>119</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>123</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>125</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A presente discussão nasceu durante o Curso "Seminários de Dissertação", ministrado pelo Professor Dr. José Roque Aguirra Roncari, ofertado no programa de Pós-graduação em Lingüística Aplicada, da Universidade Estadual de Maringá, no primeiro semestre de 1999. Trata-se do aprofundamento de um trabalho de pesquisa histórica realizado em Campo Mourão-PR, cidade localizada no noroeste paranaense.

A referida cidade foi focalizada pela pesquisa, inicialmente, na década de 60. Neste período histórico vivia momentos de intenso crescimento, apesar do pequeno perímetro urbano, aglutinava vários outros povoados que, mais tarde, foram desmembrados do município. Contava, Campo Mourão, na ocasião, segundo dados do IBGE, com 140.000 habitantes em toda a região e, 8.000 destes, morando na cidade. Apresentava alta taxa de analfabetismo. Essa situação alterou-se consideravelmente, pois segundo o censo demográfico de 2000, Campo Mourão possui atualmente 80.476 habitantes e uma taxa percentual de alfabetização correspondente a 90,5. Há instalados na cidade 36 estabelecimentos de ensino fundamental, 15 de ensino médio e duas instituições de ensino superior.

Na década de 60, a cidade já era servida por energia elétrica, iluminação pública e assistência médico-sanitária. Além dos serviços de correios e telégrafos, havia estradas dando acesso a todos os seus quadrantes e um aeroporto completava a comunicação com regiões mais distantes, como a capital, a 594 Km. O nível máximo de escolaridade ofertado era o referente ao atual ensino médio.

A pesquisa acima referida referiu-se a um projeto de resgate histórico do Colégio Estadual "Dr. Osvaldo Cruz", escola de Campo Mourão que oferta o ensino fundamental e



médio, projeto denominado “Comemorar é Conhecer”. A coordenação deste resgate foi atribuída à autora desta dissertação devido ao longo tempo em que atuou direta ou indiretamente nessa escola. Em 1963, acompanhou sua irmã nas aulas dadas por esta para alfabetização de adultos no lugar onde surgiu o referido colégio; em 1970, teve sua mãe nomeada como a primeira diretora da escola; em 17/02/72 a autora obteve sua nomeação como professora municipal e, posteriormente, como estadual em 20/02/79. Prestou serviços nesse local, com poucas interrupções, até o ano 2000.

As aulas de alfabetização para adultos ali ministradas em 1963 eram parte do projeto desenvolvido por um grupo de jovens voluntários, segundo os depoimentos coletados durante a pesquisa, liderados pelos padres José Luis e João Batista. A professora Estel Ferreira de Mello, irmã da pesquisadora, além de atuar como alfabetizadora de adultos, foi uma das primeiras professoras primárias nesse estabelecimento de ensino. Este, até 1967, consta como entidade municipal. Mais adiante, ver-se-á como estes acontecimentos levarão à contestação levantada pela pesquisa de que a instituição tenha sido criada em 02/04/64.

Estimulada pelas reflexões do curso Seminários de Dissertação, esta pesquisadora procedeu ao resgate histórico da gênese da escola. Durante décadas, um enunciado emitido pela escola denominado “Síntese do Histórico do Estabelecimento” declarou que o colégio nascera em 02/04/64. O presente trabalho pretende mostrar que essa afirmação não é verídica, pois desde 1963 aproximadamente, já existia, no mesmo local, uma sala de madeira, levantada através do trabalho voluntário, denominada “Escolinha do Povo”. Após 31 de março, essa instituição foi impedida pelo novo regime imposto ao país de continuar suas atividades. Além disso, seu nome foi varrido dos registros escolares.

Ao efetuar a recuperação histórica dos fatos, priorizou-se a análise de alguns mecanismos formais de linguagem e de discurso que participaram deste processo. No transcorrer da análise, demonstrar-se-á que certos fatos históricos revelam-se como construções lingüísticas representativas de acordos de sentido conflitantes com outros fatos e atos que aqui se apresenta documentalmente comprovados.

Em 23 de abril de 1960, Campo Mourão recebeu seu primeiro bispo: Dom Eliseu Simões Mendes, transferido do Rio Grande do Norte, onde, como terceiro bispo de Mossoró, realizou um grande trabalho social junto às populações rurais dos vales secos de Açu e Apodi. Este trabalho social lhe valeu o título de “Bispo da Seca”. Devido a tais empreendimentos, recebeu homenagens de uma comissão de Mossoró e Açu, a concessão do “Mérito Cidade da Resistência”, dia 16 de janeiro de 1998, em Feira de Santana – BH.

Ao assumir a diocese de Mossoró, segundo os depoimentos coletados, Dom Eliseu na carta de saudação, “ressalta a ação social dos seus predecessores, preocupados com as condições da classe operária e civil e cita um “Documento do Episcopado Francês”: “Com todos os Papas, nós condenamos o escândalo da condição proletária, isto é, do estado de insegurança, de dependência econômica e, muitas vezes miséria.” (Cf. arquivos de pesquisa, *ipsis litteris*). Registra-se nos documentos arquivados pela pesquisa que Dom Eliseu estava entre os bispos que participaram do “Encontro dos Bispos no Nordeste”, em Campina Grande, em junho de 1956, grupo este engajado a apelos como o transcrito a seguir:

No Rio Grande do Norte, houve uma Carta Pastoral dos Bispos, convocando a todos para um trabalho conjunto. Em Natal - era D. Eugênio e nos Vales do Açu e Apodi no Oeste era D. Eliseu à frente dessa nova Cruzada.

Estratégia usada: - primeiro vinha a motivação, a preparação dos líderes e do meio ambiente. E por isso surgiram as “Semanas Ruralistas”, em pequenos pólos regionais, reuniões de estudos com as lideranças locais – agricultores, professores, autoridades, estudantes, comerciantes. Depois houve reuniões com Prefeitos e Técnicos do Governo, em

Semanas Sócio-Educativas: focalizando os problemas maiores da região: estradas, açudagem, escolas, hospitais, porto-salino, energia elétrica.

Os resultados foram positivos e a aceitação do povo muito grande. E logo foram instaladas Equipes de Missões Rurais, em convênio com a C.N.E.R. do MEC (...)

Essa reunião (Encontro dos Bispos do Nordeste) terminou com a presença do presidente Juscelino Kubitschek e dali saiu a inspiração para que se criasse um órgão regional do Governo, daí veio a Sudene.” (Cf. arquivo de pesquisa)

No mesmo dado, há também o registro de citações do Papa Leão XXIII, de Dom Jaime, e dos Papas Pio XI e XII, todos demonstrando sensibilidade em relação aos problemas dos operários, e do homem do campo, como se pode observar:

Os Papas – Pio XI na Encíclica “Quadragesimo anno” e Pio XII, na alocução dirigida em Roma – ao “1º Congresso Católico Internacional sobre a Vida Rural” – (3. Julho 1951), haviam chamado a atenção dos Bispos e da Igreja sobre os problemas que atingem – de perto – a “força mais numerosa da humanidade que vive no campo, sujeita a muitas interferências”. (Cf. arquivo de pesquisa, *ipsis litteris*).

Apesar do efetivo trabalho em Mossoró, Dom Eliseu foi transferido para Campo Mourão. Essa transferência é registrada nos documentos:

Mas “havia muita gente com medo”, de um lado era o receio da influência da Igreja e por outro lado, “não era bom promover e esclarecer o homem do campo.”

(...)

E quando a obra – o projeto já dava copiosos frutos, D. Eliseu foi convidado a deixar a Diocese e foi transferido para os confins do Brasil.

“Desígnios de Deus? ...

Só Deus sabe! ...

Os homens também têm seus desígnios imediatistas. (Cf. arquivo de pesquisa, *ipsis litteris*).

Em Campo Mourão, o novo bispo, com os padres João Batista Filho e José Luís, iniciou mais um trabalho social. Segundo depoimento do professor João Batista, a iniciativa da criação da “Escolinha do Povo” foi do padre José Luis que juntamente com Raquel Felau lideraram o grupo de jovens voluntários que objetivaram alfabetizar adultos. Enfatiza

o professor que a ele coube a Cruzada de Ação Social (CAS), grupo que, segundo Anice Simão, possuía características diferentes do grupo liderado por José Luís. Formado por pessoas mais maduras, discutia temas marxistas, tendo por pressupostos as idéias contidas no livro “Uma Escola Social” de D. Aranzadi – C. Giner (1962), entre outras. O referido livro é apresentado pela Editora Loyola dessa forma:

UMA ESCOLA SOCIAL responde a uma inquietante preocupação pelo conhecimento da doutrina social da Igreja, apresentada especialmente pela **Mater et Registra**. Dá soluções concretas a problemas levantados pela crise político-social que sofre a humanidade e particularmente o Brasil. É portanto um livro de formação e ação.

Como livro de formação fornece, em sua segunda edição, um compêndio da doutrina social cristã em termos acomodados aos jovens e dentro de um plano e método próprios para esta idade.

A primeira parte do livro apresenta o encontro com os problemas da moradia, miséria, trabalho do operário, agricultura, materialismo... Realça o contraste gritante deste mundo da pobreza com o outro antagônico do esbanjamento e do luxo, dando assim ensejo para um julgar evangélico e eclesial, em oposição com as doutrinas e soluções liberais, capitalistas e socialistas.

A segunda parte, seguindo os pontos chaves da **Mater et Registra**, oferece os princípios da Igreja como solução dos diversos problemas sociais: direito de propriedade, remuneração do trabalho, reforma estrutural da empresa, associações operárias, reformas de base, agricultura, desenvolvimento, cooperação internacional, etc. (ARANZADI e GINER, 1962, sobrecapa).

Ao discorrer sobre reforma agrária, o autor cita o Documento dos Bispos do Nordeste, em 1956, citando como exemplo o trabalho de Dom Eliseu Simões Mendes:

## 2. AÇÃO. ALGUNS EXEMPLOS DE REFORMA AGRÁRIA

- a) *No Rio Grande do Norte*, programa de recuperação do Vale de Apodi e do Açu, dentro de um plano de valorização sócio-econômica que vem tendo a mais expressiva repercussão, promovido pelo então Bispo de Mossoró. D. Eliseu Simões Mendes. Em três anos o programa apresentou os seguintes resultados:
  - 153 casas populares.
  - 10 maternidades.
  - 12 postos de puericultura.
  - 1 conjunto educacional com cerca de 400m<sup>2</sup> de cobertura, abrangendo escola normal rural, escola de comércio e escola de economia doméstica.
  - Rodovia Mossoró - Areia Branca.
  - Grupo Gerador de energia elétrica.
  - 200 motobombas em trabalho de irrigação de 1.200 hectares.

Emissora de Educação Rural, com o funcionamento de quase 300 escolas dotadas de aparelhos receptores.

(...)

e) *A Igreja está presente nesta revolução agrária*, através de seus Bispos, Clero e Associados no Norte, Sul e Centro do País, urgindo e dando um sentido cristão a esta Reforma que dever ser feita. (ARANZADI e GINER, 1962, pp. 385-6)

O grupo de jovens liderado por José Luís também acreditava que o acesso das camadas populares ao código escrito traria a democratização do conhecimento e, conseqüentemente, os benefícios advindos dele. Entretanto, o discurso professado ainda hoje pelas ex-alfabetizadoras é consoante aos ideais defendidos também pelo movimento criado por Miguel Arraes frente à Prefeitura do Recife: “Como Prefeito do Recife, tive oportunidade de, juntamente com homens de todas as tendências religiosas e políticas, iniciar um Movimento que iria levar ao povo uma nova atitude...” (ARRAES, apud Hollanda, 1980, anexos)

As idéias norteadoras do MCP de Arraes estão presentes na carta-depoimento de Estel por ocasião do projeto “Comemorar é Conhecer”:

“Liberdade através do conhecimento”

(...) quando emergia no país um forte movimento, onde a revolução se daria através da Cultura e da Educação, onde a pessoa de Paulo Freire desempenhou papel fundamental com seu Processo Revolucionário de Educação/Alfabetização de Adultos. (Cf. anexo 13)

O discurso acima, já referido anteriormente, é articulado com o de Miguel Arraes e José Marques de Melo ao falar do MCP em proferimento anexado por Hollanda em “Impressões de Viagem”, texto adaptado de sua tese de doutoramento, sob orientação do Prof. Afrânio Coutinho, em 1978:

É um órgão de caráter técnico, rigorosamente apolítico e pluralista, segundo o modelo da UNESCO, porquanto não discrimina filosofia, credo ou convicções ideológicas.

É um lúcido esforço da comunidade inteira – populares, estudantes, intelectuais, particulares e poderes públicos – para acelerar a elevação do nível material e espiritual do povo, através da educação e da cultura. Nunca do assistencialismo, do empreguismo, de eleitoralismo.

Porque a obsessão do MCP é educar para a liberdade. Para a autonomia. Para a maioria. Educar não só a criança. Mas o adolescente. E também o adulto(...). Educar, explorando novos métodos e técnicas de educação... (ARRAES, apud HOLLANDA, 1980, in: anexos)

Movidos por ideal consoante ao acima citado, os jovens voluntários buscaram concretizar as reivindicações da população de um bairro mourãoense, a Vila Operária, construindo, através de doações, uma sala de aula. Repetia-se, assim, o trabalho desenvolvido sob a orientação de D. Eliseu no Rio Grande do Norte na sua “ação social”, bem como do MCP de Miguel Arraes. Isto aconteceu, em fins de 1962 ou começo de 1963.

O que se pôde observar foi a existência de uma posição mais moderada da Cruzada de Ação Social (CAS) em relação à professada por José Luís frente ao grupo da “Escolinha do Povo”, entretanto o pano de fundo ideológico de ambos foi um só: o socialismo segundo Marx e Engels.

Assim surgiu a “Escolinha do Povo”, um projeto piloto sob orientação metodológica de Paulo Freire e, conforme relato de uma testemunha, também sob a observação da Secretaria de Educação do Paraná. Conforme o referido relato, da professora Imaculada Conceição Cavalcante estiveram em Campo Mourão, funcionários da citada secretaria de estado. Alguns entrevistados declaram que nesse espaço aconteciam palestras, orientando a comunidade sobre temas variados. No período noturno, eram dadas aulas de alfabetização para adultos, com material didático elaborado sob a coordenação do movimento. Nos arquivos de pesquisa encontra-se fotocópia de um exemplar desse material elaborado pelas alfabetizadoras e Raquel Felau. Não foi possível determinar se a cartilha coletada também fora usado com os adultos ou apenas na alfabetização infantil uma vez que não se

encontram registradas no exemplar as palavras geradoras rememoradas “lata” e “tijolo”. Denominado - “Escolinha do Povo” 1º Livro de Leitura - trazendo ilustrações feitas à mão no estêncil à tinta, o material apresenta palavras geradoras significativas em relação à realidade vivida pela população atendida, tais como: “amigo”, “fome”, “barraco”, “fruta”, “lavadeira”, entre outras, (cf. arquivo de pesquisa). Essa cartilha faz parte do acervo do Museu Municipal “Diolindo Lopes Pereira” de Campo Mourão, sob o número 0407 (A9-7).

Do grupo de trabalho comunitário foi colhido dois depoimentos: o de Estel Ferreira de Mello e Imaculada Conceição Cavalcante (sobrenomes de solteira). Havia mais uma alfabetizadora, já falecida, Irene Herta Probst.

Conforme relata a professora Estel, o trabalho, inicialmente foi voluntário. Depois, lembra que passaram a receber uma ajuda de custo do que chamou de FATER, entidade que, segundo ela, correspondia a um sindicato ligado aos trabalhadores rurais sediado em Maringá. Com o golpe militar de 31 de março de 1964, as portas da escola foram fechadas imediatamente. O material do movimento - textos de divulgação e didático-pedagógico - foi escondido e posteriormente incinerado. A chave da escola ficou sob a guarda de Imaculada Conceição Cavalcante, segundo depoimento da mesma.

Aqui, observou-se um fato particularmente surpreendente e relevante para esta investigação: a partir de 31 de março, a escola passou a ser dirigida e ampliada pela prefeitura municipal, sem a emissão escrita de um ato administrativo comprobatório. Em 02/04/64 convencionou-se duas coisas: o apagamento da “Escolinha do Povo” e o início da escola municipal. O primeiro registro citando a última não se refere à sua criação propriamente dita, mas à Lei Municipal n.º 25/64, autorizando a construção de salas de aula na Vila Operária, isto é, a sua ampliação (cf. anexo 3).

Na ocasião do golpe militar, o grupo de jovens se dissolveu. Os padres saíram da cidade. Um deles parece ter saído do país. Esta é a gênese do estabelecimento. A partir de 02/04/64, convencionou-se o nascimento da Escola Isolada Municipal “Dr. Osvaldo Cruz”, apagando-se por décadas os registros de linguagem que atestavam a existência histórica da “Escolinha do Povo”.

Rememorar a “Escolinha do Povo” trouxe à luz a discussão sobre um braço do movimento socialista que se desenvolveu em Campo Mourão. Este movimento teve seus primeiros passos interrompidos pelo golpe de 64. Porém, prosseguiu sob outra forma e com outras faces, subsistindo até o início da década seguinte. Esclareceria também àquela comunidade escolar em específico a existência da “Escolinha do Povo” e a impropriedade de se continuar considerando a data 02/04/64 como de “criação” do atual colégio, pois, na verdade, esta é a data do ato de silêncio desferido pelo golpe militar de 1964 decretando, nesta cidade, a morte da primeira instituição com objetivos transformadores.

Os proferimentos emitidos durante o trabalho de resgate histórico da escola, principalmente no que se referiu à existência da “Escolinha do Povo”, produziram dois efeitos posteriores: a construção do enunciado introdutório do regimento escolar, no ano 2000, substituindo o anexo 1 “Síntese do Histórico do Estabelecimento”, e forneceram subsídios para elaboração do painel referente ao Colégio Estadual “Dr. Osvaldo Cruz”, “Campo Mourão: Cidade dos Painéis” (cf. anexo18). Durante a análise do enunciado “Síntese do Histórico do Estabelecimento” outra questão, aparentemente com características similares ao ocultamento da primeira escola, despertou interesse. Trata-se da exclusão do rol de ex-diretores do nome de dois sujeitos designados formalmente para a função. Também nesta circunstância a linguagem atua no sentido de construção de discursos diferenciados, ora revelando um fato histórico, ora construindo outro, isto é, o



silêncio desempenha o ato e o fato. O fato referido ocorreu em 1980: a designação de um funcionário para a direção, no período de 15/04/80 a 1º/04/81, e dispensa do anterior, pela Portaria n.º 717/80 (cf. anexo 8), não se concretiza no âmbito escolar. Neste, há o registro das atas de 28/10/80 e 19/09/80, nas quais estão registrados outros nomes como responsáveis pela referida função. A comprovação do exercício profissional do sujeito designado pelo anexo 8 também não consta no livro de ponto, de avisos e atas. Que silêncio é este que designa e não designa ao mesmo tempo? Que institucionaliza e não institucionaliza? Como isto pode ser explicado?

## 2. OBJETIVOS

A presente análise pretende, primordialmente, observar e tecer considerações sobre duas declarações no enunciado “Síntese do Histórico do Estabelecimento” (cf. anexo 1). São elas:

- a) a gênese do Colégio Estadual “Dr. Osvaldo Cruz”;
- b) sua relação de ex-diretores.

Tais considerações apoiar-se-ão nos atos de fala documentais e testemunhais que deram origem e o mantiveram dentro de padrões de legalidade considerados legítimos durante as últimas três décadas.

A abordagem dada aos atos de fala referidos levará em conta os produtores do discurso e seus protagonistas. Isto implicará a análise de como os agentes daqueles discursos interagem: alunos, professores, autoridades, coordenadores da experiência educacional. A observação dar-se-á em cinco momentos específicos da vida do estabelecimento: 1964 (apagamento da “Escolinha do Povo”); 1980 (designação de um

diretor de direito e outros de fato); 1999 (o resgate histórico); 2000 e 2001 (as reiteraões dos acordos de significado). Para tanto, tentar-se-á recuperar as condições circunstanciais e os processos lingüísticos envolvidos no processo comunicativo em cada um destes cinco momentos.

O uso da palavra e a dimensão de seus efeitos devem ser objeto de reflexão em nossa cultura e sistema educacional. Faz-se necessário introduzir à comunidade escolar e à sociedade em geral as formas como as instituições são criadas e fixadas no meio da sociedade, evidenciando o papel fundamental da linguagem nesse processo, já que muitas vezes, é ele que constitui os acontecimentos históricos e os institucionaliza. Isto desembocará numa compreensão concreta e mais geral de como a palavra funciona em nossa sociedade.

Além da reflexão sobre o uso da palavra nos atos de fala, bem como os responsáveis pela sua produção e institucionalização, faz-se necessário decodificar a forma como os acordos de sentido são firmados no meio social e como a sua reiteração se consolida em instituições, por exemplo, a ordem de fatos históricos que institucionalizaram o colégio em questão, mais especificamente no que se refere à data de criação e a sua relação de ex-diretores. A partir daí, tentar-se-á oferecer pistas para a ampliação da leitura dos atos de fala, principalmente através da comparação dos vários enunciados referentes a uma mesma situação. Espera-se, em última instância, conduzir este estudo a uma discussão e a um aprendizado de atitudes cidadãs de linguagem, de libertação, de superação de conflitos, de reconhecimento dos significados aceitos pelos interlocutores. Isso tudo sob a perspectiva de uma abordagem pragmática da linguagem.

### 3. O OBJETO-PROBLEMA

O enunciado denominado “Síntese do Histórico do Estabelecimento” (cf. anexo 1), durante anos considerado como o retrato fiel dos importantes fatos históricos, relata a data 02/04/1964 correspondente à da gênese da escola. Da mesma forma, a relação de ex-diretores, só alterada para acrescentar o nome correspondente à última gestão concluída, é considerada declarativo fiel dos sujeitos que exerceram esta função. Este discurso instituiu uma teia de fatos apesar de os já citados registros referentes ao ano de 1980, institucionalizar uma outra teia de fatos históricos. As perguntas formuladas imediatamente foram: o colégio nasceu realmente nesta data? Existe alguma razão que permita duvidar desse documento escrito? Um possível confronto entre documentos, atos declarativos, pode ampliar o campo de leitura do observador? É possível a não aceitação desse documento escrito como portador de informação histórica considerada legítima e verdadeira ou, em outros termos, aceitá-lo como um ato declarativo feliz por anos a fio? Com que intenções a escola observa e realiza os seus atos de fala, o seu fazer histórico, ou com que intenções a escola “escreve” a sua própria história e qual o papel da palavra nesse registro? E quando o observador analisa esses atos de fala, oficiais ou não, quais são as surpresas que o uso da palavra lhe reserva? Seriam eles o retrato fiel da história, do fato empírico, concreto, circunstancial, ocorrido em um dado tempo e lugar específicos? Quais as condições de verdade daqueles atos de fala, ou a qual a natureza dos acordos de significado estabelecida pelos participantes deste processo histórico particular?

A ordem da fatos históricos ocorridos na escola em questão será observada, como já dito, em cinco recortes. Interessa o desvelamento de mecanismos lingüísticos e de discursos presentes nos proferimentos (documentos escritos ou orais), constituídos de forma a atuar

como sustentáculos de uma ordem de fatos históricos relativos, sobretudo, à institucionalizada data de criação da escola e de seus ex-diretores. Essa tessitura, por sua vez, tem sido aceita pela comunidade escolar como legal e verdadeira nas últimas décadas. São, pois, atos de fala que, emitidos em circunstâncias específicas, instituíram uma realidade aparentemente indiscutível e aceita como verdadeira por todos, durante anos.

#### 4. ASPECTOS ESPECÍFICOS

A análise da atuação da linguagem, tendo por pressuposto os significados acordados entre as partes, só se realiza através da recuperação do contexto no qual se atualiza a ação. Por conta disso, a reflexão sobre os dados pressupõe considerações a respeito das circunstâncias históricas na qual aconteceram os proferimentos em questão.

Recuperar a existência da “Escolinha do Povo” significa trazer à tona as ações do movimento socialista na década de 60, em Campo Mourão. Apesar de se viver contemporaneamente em outro momento político, no Brasil, algumas pessoas inquiridas encararam esse assunto como, no mínimo desagradável, negando-se a emitir relatos testemunhais sobre o assunto; outras, inicialmente, aceitaram e depois arrependeram-se; outras ainda, alegam esquecimento.

Como já referido anteriormente, é consenso entre os entrevistados que os coordenadores do grupo de jovens atuante na “Escolinha do Povo” foram os padres José Luís, João Batista e Raquel Felau. Entretanto, por três vezes, a autoridade religiosa da diocese de Campo Mourão relatou não ter conhecimento do assunto, alegando que sequer há registro da passagem dos dois padres por Campo Mourão, embora nos arquivos de pesquisa haja cópias das atas de criação da Cuzada de Ação Social com a assinatura do

então padre João Batista Filho. Reações responsivas como estas são em si atos de fala com força diretiva suficiente para estabelecer o silêncio.

O resgate exaustivo desse movimento que aconteceu em Campo Mourão não caberia nas delimitadas páginas desta dissertação. Hoje há uma expectativa mais favorável na sociedade mourãoense de que se recupere o fato histórico. Entretanto, se a demanda existe, como ficou exposto pela cobertura jornalística dada, em 1999, ao projeto “Comemorar é Conhecer” (cf. anexos 13 e 14), faz-se necessário continuar o levantamento de dados. Os aqui elencados referem-se apenas à comprovação dos dois questionamentos básicos levantados sobre o documento “Síntese do Histórico do Estabelecimento”: a data de criação da escola e a relação incompleta dos seus diretores. Mesmo que esta discussão tenha produzido proferimentos que trouxeram à tona determinado momento político, ainda assim foi uma recuperação parcial.

Apesar disso, crê-se ter dado um passo importante em direção à reconstrução de um capítulo histórico da sociedade mourãoense. Na década de 60, algumas pessoas estiveram engajadas num movimento político de abrangência nacional, muito maior que os meros limites da cidade e desta dissertação.

## 5. CORPUS

Servirá de base para análise, o documento “Síntese do Histórico do Estabelecimento” (cf. anexo 1). Desse enunciado, serão analisadas duas informações: a) a data de criação da escola “*Em 02 de Abril de 1964 foi criada a Escola Isolada Municipal Dr. Osvaldo Cruz*”; b) a relação de nomes dos ex-diretores da mesma.

Para análise da segunda informação, os apagamentos (do registro de dois diretores indicados, bem como do dispensado do exercício da função) elencaram-se documentos arquivados no estabelecimento. Correspondem a atos administrativos comprobatórios dos serviços prestados e ordens expedidas por escrito. Nesse rol, encontra-se a Resolução 717/80, publicada no Diário Oficial n.º 788 de 05/05/80 (cf. anexo 8), em que consta a designação um profissional para o exercício da função, porém, há apenas um registro da presença desse sujeito nos atos administrativos escolares. Trata-se do relatório final expedido no ano de 1980 (cf. arquivos de pesquisa). Em documentos como: livro de ponto, atas e avisos internos, encontram-se apostos outros nomes que não o do diretor designado, conforme anexos especificados logo a seguir.

Para comprovar a contestação da primeira informação, a data de nascimento do estabelecimento, coletaram-se para análise os seguintes dados: “Síntese do Histórico do Estabelecimento” (cf. anexo 1), notícia publicada pela Folha de Londrina em 07/09/99 (cf. anexo 14), carta depoimento da professora Estel Ferreira de Mello, publicada em agosto/99 (cf. anexo13), Portaria Municipal n.º 123 e 124/65 de nomeação das primeiras professoras da escola (cf. anexos 2 e 4), Lei Municipal autorizando a construção de escolas municipais n.º 25/64 (cf. anexo 3).

Os dados acima citados, atos administrativos, depoimentos orais ou escritos, são enunciados correspondentes ao definido por Austin como tendo força ilocucionária. Esta não deve ser tomada como a proposição em si. O sentido alcançado pelos proferimentos é, muitas vezes, determinado pela situação global em que os atos de fala se realizaram e como os interlocutores entenderam circunstancialmente o procedimento. A Resolução 717/80 deveria garantir a institucionalização pressuposta pelos verbos “designar” e “dispensar”, de possível força ilocucionária exercitiva e garantida apreensão pelos interlocutores.

Entretanto, o significado contido nos vocábulos não instituiu os sujeitos na teia discursiva dos fatos históricos da escola.

O corpus também se compõe daquilo que, segundo Austin, corresponde a um ato de linguagem, como batizar uma escola e apagar a existência de outra. Em dados como notícias jornalísticas e carta-depoimento a linguagem também foi exercida enquanto ato. No capítulo três, serão tecidas maiores considerações a respeito desta formalização.

Em parte dos dados coletados, optou-se por selecionar os documentos que são atos administrativos pressupondo por si a presunção de legitimidade e legalidade. Conforme Austin (1990), os atos declarativos decretam ou não a existência histórica de um estado de coisas. Quando da inexistência desses enunciados, lançou-se mão dos depoimentos dos interlocutores nas ocasiões especificadas, das publicações no jornal comemorativo dos 35 anos da escola ( cf. anexo 15), da Folha de Londrina, além dos depoimentos gravados que compõem, entre outros, os arquivos da pesquisa\* (sobre estes vide nota explicativa ao final da introdução)

No que tange ao segundo dado confrontado, a existência de um diretor designado, e de um outro de fato, elencaram-se para análise os documentos: ata de 20/08/80 e 19/09/80 (cf. anexo 10 e 12); Resolução da SEED n.º 717/80 (cf. anexo 8); foto da galeria de ex-diretores inaugurada em 06/09/99 (cf. anexo 16). Outros documentos compõem o arquivo de pesquisa (cf. nota ao final da introdução).

Para verificação dos novos possíveis significados acordados e institucionalizados após o resgate histórico de 06/09/99, no que concerne à aceitação de uma nova teia de atos discursivos em relação ao nascimento do colégio e sua relação de ex-diretores, selecionaram-se três enunciados: o novo preâmbulo do regimento escolar, proferimento substituído do então anexo 1, “Síntese do Histórico do Estabelecimento”, composto no ano

2000; notícia veiculada pelo jornal Tribuna do Interior de 11/05/01 divulgando o projeto municipal “Campo Mourão: Cidade dos Painéis” (cf. anexo 18); o enunciado proferido no cerimonial de abertura do referido projeto em 11/05/2001 ( cf. anexo 19).

## 6. METODOLOGIA

A construção da memória de uma comunidade é feita através do uso da linguagem. A reiteração possível dos acontecimentos, alguns destes também construções de linguagem, ocorre através do registro verbal e não-verbal dos fatos históricos. O interesse desta dissertação prende-se à análise dos mecanismos formais de construção dos enunciados atualizados nos acordos estabelecidos pelos interlocutores em circunstâncias nas quais a linguagem é utilizada para construir o próprio fato proferido, isto é, quando **dizer algo é fazer algo**, segundo Austin.

A partir da produção da linguagem, interessa saber como os significados se enraízam, solidificam-se e se estabelecem como verídicos ou não, aceitos ou não, pelo grupo em questão. Para observar tal processo, delimitamos os cinco momentos históricos já referidos nos objetivos da dissertação, página 18.

O foco da pesquisa esteve sempre atento à questão da análise do uso da linguagem e sua performatividade, isto é, a sua atuação. Não se almejou ressaltar, em muitas circunstâncias, o eu empírico proferidor dos atos de fala. Por isso, em muitas citações dos dados analisados, optou-se ou por suprimir o nome do eu proferidor, mais especificamente, no caso em que ficou constatado o abuso lingüístico. Este procedimento adotado justificase pelo fato de que a presente análise não pretendeu, em nenhuma circunstância aqui referida, executar uma “caça às bruxas”, mas sim, analisar qual o papel da linguagem na



construção da história. Todavia nos anexos encontrar-se-ão esses enunciados na íntegra. Em relação aos sujeitos empíricos que fizeram parte do grupo de jovens, alfabetizadores da “Escolinha do Povo”, optou-se por lhes revelar a identidade necessária para recompor a história da comunidade e desses agentes do trabalho voluntário.

Os enunciados performativos referentes aos cinco momentos recortados para a análise serão lidos sob a visão da Pragmática, isto é, da linguagem enquanto ação, ou seja, quando a realização histórica depende do ato de dizer. Esse conceito elaborado por influência de antecessores e contemporâneos de Austin demonstra a impossibilidade de separação entre a produção da linguagem e a realidade, isto é, em muitas ocasiões os fatos históricos são fatos de linguagem e não a representação do acontecimento através da linguagem. Esses são pressupostos teóricos de Austin, na obra “Quando dizer é fazer: palavras e ação”, traduzido por Danilo Marcondes de Souza Filho, em 1990. Nela, o filósofo formula conceitos de performativo explícito e primário, que compõem o ato de fala.

Além destes conceitos, recorrer-se-á ao de enunciado de Bakhtin como sendo a produção significativa de linguagem só possível quando resultado de um diálogo responsivo ativo, concreto, historicamente datado e com finalidades contextuais exigidas por cada esfera de comunicação. Em ambos, o contexto de produção da linguagem é que irá determinar o significado do proferimento.

No primeiro capítulo do trabalho, serão apresentados os conceitos teóricos embaixadores da análise, tais como, a noção de enunciado e gênero do discurso preconizada por Bakhtin. Além destes, a explicitação da função performativa da linguagem, de conceitos como performativos puros e primários, ilocucionário e a visão da linguagem como representação do real. Apresentar-se-á ainda um contraponto entre a visão de Austin

e Searle sobre os atos de fala, bem como a posição dos pesquisadores brasileiros, Ottoni e Rajagopalan, sobre o referido assunto. Analisar-se-á também a atuação da linguagem na institucionalização de fatos históricos. A performatividade da linguagem, os mecanismos formais e de discurso serão objeto de discussão no segundo capítulo, bem como a visão do eu autoridade como não empírico, isto é, como um eu extralingüístico e, em certos performativos, nos quais se entrelaçam ilocucionários, apresentando-se como um eu plural. O terceiro capítulo tratará da questão da linguagem vista como representação do real, em contraponto com a concepção da linguagem constitutiva dos fatos que podem desenhar uma determinada teia discursiva de acontecimentos históricos. Estes, quando resultado do uso da linguagem, serão explicados como contratos de sentido determinados pelos interlocutores. A reiteração desses contratos institucionaliza uma determinada teia discursiva que, por sua vez, tece os fatos históricos. Segundo a visão de Searle, divulgador de Austin, a realidade institucional, em grande parte, é causada pela uso da linguagem.

- NOTA:
- Arquivo de pesquisa: a documentação no período iniciado no primeiro semestre de 1999 até o segundo semestre de 2002. A) em relação à “Escolinha do Povo” compõe-se de entrevistas gravadas com as ex-alfabetizadoras Estel Ferreira de Mello e Imaculada Conceição Cavalcante e com a primeira diretora da Escola Isolada Municipal Dr. Osvaldo Cruz, professora Maria da Luz Veiga Mello; notícias veiculadas no jornal Folha de Londrina e no jornal comemorativo do aniversário da escola, mas não anexadas à dissertação, sobre o resgate histórico promovido no projeto “Comemorar é Conhecer”; pronunciamentos gravados de autoridades municipais por ocasião do lançamento do projeto “Campo Mourão: Cidade dos Painéis”; fotos do evento comemorativo do resgate histórico e também do período durante o qual o terreno 1 da quadra 179, local da construção da primeira escola, esteve ocupado pelo MOBRAL; fotocópia do material didático do projeto piloto de alfabetização de adultos realizado na “Escolinha do Povo”; fotocópia de atos administrativos referentes à Escola Isolada Municipal “Dr. Osvaldo Cruz”, no período de 1963 a 1964; certidões expedidas pelo cartório de registro de imóveis de Campo Mourão; entrevistas gravadas com Clementino Farago, funcionário municipal aposentado da Secretaria do Planejamento de Campo Mourão; material enviado por familiares de Dom Eliseu Simões Mendes sobre sua atuação durante o período em que esteve prestando serviços no Nordeste; atas da criação da Cruzada de Ação Social; correspondência trocada com familiares e/ou protagonistas dos fatos históricos em questão.

B) Sobre a designação de um diretor de direito e outros de fato: fotocópia do livro de ponto, de atas, autenticados em cartório, do período de 15/04/80 a 1º/04/81, fotocópia do livro de termo de exercício dos professores no Colégio Estadual “Dr. Osvaldo Cruz”, no período em questão.

## **CAPÍTULO I**

### **A PERFORMATIVIDADE – A AÇÃO DA LINGUAGEM**

Os pilares conceituais desta dissertação correspondem basicamente às idéias austinianas presentes no livro “Quando dizer é fazer: palavras e ação” (AUSTIN, 1990). A referida obra compõe-se de doze conferências proferidas por Austin na Universidade de Harvard. Nelas, o filósofo inglês traça o desenho dos atos de fala, por um caminho complexo, através do qual descreve o processo mental percorrido para esboçar a sua teoria. Os conceitos apresentados pelo autor, de relevância para este capítulo, referem-se à ação estabelecida pelo uso da linguagem, isto é, a sua performatividade.

As idéias de Austin, morto precocemente em fevereiro de 1960, mantiveram-se em pauta, principalmente, pelo trabalho de seu mais ilustre divulgador, o filósofo norte-americano John Searle, quem desenvolveu, nos últimos trinta anos, uma teoria dos atos de fala. A leitura que Searle faz de Austin vem sofrendo críticas por focalizar aspectos considerados ultrapassados pelo filósofo inglês. Dentre estas críticas, a de ter enfatizado os aspectos empíricos e lógicos da performatividade. Alguns destes juízos estão postos nas reflexões da dissertação pelas vozes de pesquisadores da Unicamp preocupados com questões como a função performativa da linguagem e, professando um retorno às idéias originais de Austin. Entre eles, destacam-se Paulo Ottoni e Kanavillil Rajagopalan.

Os atos administrativos, anexados ao corpus, exigiram também conceitos básicos inerentes ao Direito Administrativo. Destaca-se a exigência da forma convencional pré-

estabelecida e a função pública desses atos – critérios que desobedecidos – invalidam-nos. Tais conceitos foram tomados de Hely Lopes Meirelles.

As ações lingüísticas analisadas mostraram que a construção explícita ou implícita dos proferimentos, constantemente reiterados, vão fixando uma teia discursiva de fatos históricos, às vezes, sem o fato empírico correspondente, o que vem confirmar a linguagem como a constituição de outro fato discursivo e não o seu relato. Esta é a circunstância observada no anexo 1, nas duas interrogações levantadas pela pesquisa: a data de nascimento da escola e o conseqüente apagamento da “Escolinha do Povo e a exclusão do nome de dois diretores designados em 1980.

Dos fatos acima referidos são relevantes questões sobre que mecanismos de linguagem propiciaram a instalação desses significados na história do estabelecimento de ensino. Se tal história construiu-se, como colocado por Bakhtin, através dos enunciados concretos e únicos, ou se devido à escolha de gêneros adequados, ou ainda, pela construção de performativos, da forma explicitada por Austin. Este explica que a linguagem, vista essencialmente numa função performativa, exige a consideração de elementos como contexto, convenções de uso e intenções dos usuários, por ocasião da emissão do proferimento.

A conceituação austiniana ensina que o proferimento consiste numa emissão concreta e particular de uma sentença, em um momento determinado, por um falante determinado. Na II Conferência, o autor assim o define:

(...) íamos considerar alguns (apenas alguns, felizmente) casos e sentidos em que *dizer* algo é *fazer* algo; ou em que *por* dizermos, ou *ao* dizermos algo estamos fazendo algo.(...)

Aqui devemos assinalar que [exemplificando proferimento performativo executado ao se dizer “Aceito” (esta mulher como minha legítima esposa...)], ao dizer esta palavra estamos *fazendo* algo, a saber, estamos nos casando e não relatando algo, a saber, o fato de nos estarmos casando. E o ato de casar, como, digamos, o ato de apostar, por exemplo, deve ser de preferência descrito (ainda que de modo inexato) como *um ato de dizer certas palavras*, e não como a realização de um ato distinto, interior e espiritual, de que tais palavras são meros sinais externos e audíveis. (AUSTIN, 1990, pp. 29-30)

Nesta visão, a linguagem adquire uma nova função que é a de realizar atos com e pela linguagem.

Para Bakhtin e Austin, a linguagem, entre outros papéis sociais, tem o de firmar contratos entre os falantes, dentro de um gênero adequado a cada situação comunicativa e é sobretudo destes “contratos” que se irá ocupar: ““Minha palavra é meu penhor”, o que faz com que se considere o ato de fala, a interação comunicativa, propriamente dita, como tendo caráter contratual ou de compromisso entre as partes”. (AUSTIN, 1990, p.9)

### 1.1 A ESCOLHA DO GÊNERO

Para Bakhtin, gêneros são tipos padronizados relativamente estáveis de enunciados, orais ou escritos, relacionados com esferas da comunicação, tais como relato, carta, documentos oficiais correspondentes às declarações públicas, sociais ou políticas.

Os gêneros dividem-se em primários (simples) e secundários (complexos). Os últimos constituem-se por situações circunstanciais de comunicação verbal mais complexas como o romance, o teatro, o discurso científico, o ideológico. Prossegue o autor que os gêneros secundários absorvem e transmutam os primários que, nesta transformação, perdem sua relação com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios.

Para Austin, o ato performativo, em situações convencionais, incluindo aqui a noção de gênero apropriado para revesti-lo, é uma prática lingüística tecida em ações como rituais, cerimoniais. Estas práticas, como qualquer ato sujeitas a infelicidades e malogros, ajudam a formalizar o ato, mas nem sempre interferem na institucionalização de uma determinada versão histórica. Antecipa-se que a atuação da linguagem e o seu alcance, isto é, quando esta tem força suficiente para agir sobre a realidade circundante, parece estar mais próxima dos acordos sociais de sentido do que da escolha de gêneros apropriados e da formalização dos performativos.

A convencionalidade não é algo estático, rígido. Em muitos casos, apresenta-se maleável. Ao buscar uma fórmula para os performativos perfeitos, Austin percebeu ser esta uma tarefa inglória, já que a performatividade pode ser alcançada intencionalmente ou não. O autor não encontra um critério absoluto para definir, tais atos pois eles são determinados pelas circunstâncias. A convencionalidade, porém, propicia a apreensão dos significados pelos sujeitos, a aceitação, compreensão, correção ou rejeição do proferimento. Em que momento os conceitos dos dois teóricos se aproximam, convenção e gênero adequado, aproximam-se é o que se propõe refletir no tópico a seguir.

## 1.2 ESTRUTURAS FIXAS – A CONVENÇÃO E CONDIÇÕES ADEQUADAS

Reiterando Bakhtin, os gêneros primários do discurso possuem uma forma padronizada, com tom determinado, de acordo com a posição hierárquica do locutor e do interlocutor, variando dentro das necessidades circunstanciais e do relacionamento pessoal dos parceiros. Ao lado deles, o autor cita outros gêneros “mais livres”, como o das reuniões sociais e o da intimidade. Alerta que a denominação mais livres não significa que o

momento do uso os recrie, e que o gênero, para alcançar desempenho satisfatório, exige conhecimento dos interlocutores.

Pelo exposto, infere-se, como já discorrido, a proximidade dos conceitos de Austin e Bakhtin. A descrição feita por este sobre normas fixas e estáveis dos gêneros do discurso é similar ao explicitado por aquele quando se refere às condições felizes para que a função performativa se estabeleça:

(A.1) Deve existir um procedimento convencionalmente aceito que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras por certas pessoas, e em certas circunstâncias; e além disso, que

(A. 2) as pessoas e circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado.

(B. 1) O procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e

(B.2) completo.

(Γ.1) Nos casos em que, como ocorre com freqüência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa à instauração de uma certa conduta correspondente por parte de alguns dos participantes, então aquele que participa do procedimento, e o invoca deve de fato ter tais pensamentos ou sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e, além disso,

(Γ.2) devem realmente conduzir-se dessa maneira subseqüentemente.(AUSTIN, 1990, p.31)

O procedimento convencional de Austin pode ser lido como um gênero escolhido para cada circunstância da vida cotidiana referido por Bakhtin. O conhecimento mútuo dos parceiros sobre o gênero escolhido parece similar ao que Austin explica sobre uma das



condições de infelicidade do performativo. Refere-se à não apreensão dos interlocutores em relação ao procedimento convencional que será fadado ao malogro, ao mal entendido ou a não apreensão do sentido. Como defende Bakhtin, a escolha do gênero do discurso é uma convenção adequada às circunstâncias:

Para falar, utilizamo-nos sempre de gêneros do discurso, entre outras palavras, todos os nossos enunciados dispõem de uma *forma padrão* e relativamente estável de *estruturação de um todo*.

Há toda uma gama de gêneros mais difundidos na vida cotidiana que apresenta formas tão padronizadas que o querer-dizer individual do locutor quase só pode manifestar-se na escolha do gênero.(BAKHTIN, 1992, p. 301-2)

“Convenção” e “gênero padronizado” assemelham-se. Austin alerta que os performativos apoiados no uso convencional, principalmente na linguagem do Direito, necessitam da formalização seguramente estabelecida, caso contrário, o ato pode, inclusive, ser anulado ou ter prejudicada sua aplicabilidade. Dentro dos pressupostos do Direito Administrativo, a convencionalidade na construção dos proferimentos é explicada:

**Forma** – O revestimento exteriorizador do ato administrativo constitui requisito vinculado e imprescindível à sua perfeição. Enquanto a vontade dos particulares pode manifestar-se livremente, a da Administração exige procedimentos especiais e *forma legal* para que se expresse validamente. Daí podemos afirmar que, se, no Direito Privado, a liberdade de forma do ato jurídico é regra, no Direito Público é exceção. Todo ato administrativo é, em princípio, formal. E compreende-se essa exigência, pela necessidade que tem o ato administrativo de ser contrastado (*sic*) com a lei e aferido, freqüentemente, pela própria Administração e até pelo Judiciário, para verificação de sua validade.

(.....) Não se confunda, entretanto, simples defeito material na forma com a

releição da própria forma: aquele é corrigível e não anula o ato.(.....).

A inexistência da forma induz a inexistência do ato administrativo.(MEIRELLES, 1995, p. 135)

Para Austin, na vida cotidiana há maior flexibilidade na aplicação do procedimento convencional. Esta possibilidade o torna maleável admitindo concessões e o uso do procedimento será sempre definido no ato circunstancial, instância privilegiada da performatividade e do seu alcance:

... é difícil dizer onde começam e onde terminam as convenções. Assim, posso prevenir alguém agitando um pedaço de pau ou posso obsequiar alguém simplesmente entregando-lhe algo. Mas se o previno agitando um pedaço de pau, então o agitar o pedaço de pau é um aviso: o outro saberia muito bem o que eu queria dizer com o que fazia, poderia parecer um inequívoco gesto de ameaça.(AUSTIN, 1990, p. 101)

Mesmo numa situação em que o uso do proferimento performativo tem o valor de uma ordem, para que ela se realize lança-se mão de formas convencionais rígidas, fixas, já legitimadas pela sua institucionalização e em pleno vigor.

### 1.3 A LINGUAGEM COMO AÇÃO

Para o filósofo inglês, toda linguagem no seu uso ordinário é uma forma de ação, uma prática social concreta, envolvendo um comprometimento moral que é assumido na interação comunicativa. A linguagem, assim encarada, atua sobre a realidade e, às vezes, constitui essa realidade. Austin discorre sobre sua visão de ato da seguinte forma:

A noção do que seja um ato não é clara – utilizando-nos de uma doutrina geral da ação. Temos a idéia de que um “ato” é uma coisa física de forma definida que realizamos, e que se distingue das convenções e das conseqüências.(AUSTIN,1990, p., 93).

A linguagem como uma forma de ação explicitada por Austin pressupõe um sujeito locutor dirigindo-se a um interlocutor. Dirigir-se a significa um movimento (ação) intencional, o que, entretanto, não pressupõe a ocorrência de um ato de fala.

Para Austin, usos de linguagem como o abaixo explicitado não são considerados atos porque não atingem performatividade. Da mesma forma, o filósofo não considera atos de linguagem o contar piadas ou o “uso da linguagem na poesia” (AUSTIN, 1990, p. 91):

(1) Frases rituais convencionais usadas puramente como fórmulas de cortesia, tais como “Tenho o prazer de...”. Estas são bem típicas, porque, embora rituais, não necessitam ser sinceras. (...)

(2) Casos em que se adapta a ação à palavra, cujo exemplo típico seria a do advogado que termina sua exposição oral dizendo “Concluo assim minha argumentação”. (AUSTIN, 1990, p. 78)

Alertando, ainda, que a expressão ato não está sendo usada como um “ato físico mínimo”, prossegue:

...a noção do que seja um ato não é clara utilizando-nos de uma doutrina geral da ação. Temos idéia de que um “ato” é uma coisa física de forma definida que realizamos, e que se distingue das convenções e das conseqüências. (AUSTIN, 1990, p. 93)

Austin divide o ato de fala em locucionário, a emissão de ruídos pertencentes a uma gramática com sentido e referência; ilocucionário, quando ao dizer algo estamos fazendo algo, é o ato de realização de uma ação através de um enunciado, por exemplo, o ato de prometer, ordenar, prevenir, avisar, comprometer-se; por fim, o perlocucionário, o ato que produz certos efeitos ou conseqüências sobre sentimentos, pensamentos ou ações dos ouvintes, de forma intencional ou não. Os atos de fala, sob este ponto de vista, produzem efeitos sobre a vida das pessoas que vão além da simples comunicação humana, no sentido de repassar informações. Nesta dissertação, serão analisados apenas os ilocucionários, com a pretensão de observar os mecanismos formais de elaboração, a produção social do sentido.

A opção, acima referida, justifica-se pelo ilocucionário ser o amadurecimento da longa reflexão austiniana sobre a dicotomia performativo/constativo. O filósofo concluiu sobre a inexistência de diferenças entre frases performativas (ação – uso convencional) e as constativas (descrição). Ambas são proferidas visando a atuação de um sujeito sobre outro através da linguagem. Nesta perspectiva, inclui-se os tipos de atos de fala que não possuem fórmula convencional, são indiretos, apresentam apenas efeitos. Entre eles, verbos como persuadir, instigar, amedrontar, ameaçar e outros. Esses verbos são denominados de perlocucionários.

Dessa forma, os ilocucionários compõem-se de força direta ou indireta – explícita ou implícita – cujas fórmulas, convencionais ou não, exigem do interlocutor o reconhecimento da intenção comunicativa fato que assegurará o sucesso do ato. Este, por sua vez, depende do reconhecimento das atitudes expressas na situação comunicativa, inclusive as inferências (o implícito), fato que se alcança através da expansão ou complementação do enunciado.

Ao derrubar a dicotomia performativo/constativo, Austin diz que as afirmações nada mais são que performativos mascarados e que a divisão locução (sentido), ilocução (força), perlocução (efeito) são atos simultâneos, independentes de uma forma lingüística – o performativo é o próprio ato de realização da fala-ação.

Otoni assegura que o desaparecimento da dicotomia performativo/constativo traz à luz o conceito de ilocucionário. Esse conceito propicia a reflexão sobre a performatividade, fenômeno central a ser estudado:

... a ligação entre *ato ilocucionário* e a “visão performativa da linguagem” é um procedimento intrínseco e fundamental na construção de qualquer teoria ou doutrina dos *atos de fala*, como pretendia Austin. Rajagopalan (1989) deixa claro como se dá esta ligação: *O conceito de ato ilocucionário emergiu das cinzas que sobraram da queima que Austin provocou (...) da distinção entre “enunciado constativo” e “enunciado performativo” (...). Ou seja, quando propôs a distinção “constativo” vs. “performativo”, Austin já sabia muito bem que estava construindo algo para ser derrubado no momento oportuno – isto é, com a data e a hora marcada para sua derrubada (p. 523).* (OTTONI, apud Rajagopalan, 1998, p. 68)

Prossegue, o citado autor, que a realização de um ato ilocucionário envolve assegurar a apreensão; ter efeito; levar a uma resposta ou seqüela. Essa relação entre os interlocutores, para Otoni, aproxima-se da noção de jogo de linguagem de Wittgenstein já que nesta não há regras nem critérios formais definitivos que possam descrevê-lo. Nessa noção, a linguagem adquire significado no uso que fazemos dela nos mais diversos jogos, ou seja, nas diferentes formas de vida:

Vejamos como o próprio Wittgenstein coloca a questão do jogo de linguagem: § 23 *“Quantas espécies de frases existem? Afirmação, pergunta e comando, talvez? – Há inúmeras de tais espécies: inúmeras espécies diferentes de emprego daquilo que chamamos de “signo”, “palavras”, “frases”. E essa pluralidade não é nada fixa, um dado para sempre; mas novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como poderíamos dizer, nascem e outros envelhecem e são esquecidos. (Uma imagem aproximada disto pode nos dar as modificações da matemática). O termo “jogo de linguagem” deve aqui salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida”. (p. 18)* (OTTONI apud Wittgenstein, 1998, p. 75)

Apesar de Austin refletir largamente sobre possíveis fórmulas lógicas para a construção do performativo, conclui que o que mais bem expressa o performativo é o conceito de famílias mais gerais dos atos de fala (conceito este próximo ao conceito de jogo de linguagem).

As versões históricas observadas no trabalho não se apresentaram dependentes, para suas institucionalizações da fórmula lógica de construção dos performativos, fato que poderá ser constatado no transcorrer da análise.

#### 1.4 A LINGUAGEM COMO REPRESENTAÇÃO DO REAL: A PREOCUPAÇÃO AUSTINIANA

O objetivo traçado no presente tópico será o de refletir sobre a forma como ocorre o processo de institucionalização de verdades, ou seja, como os parceiros do diálogo, ao se defrontarem com discursos opostos, às vezes, emanados pela mesma autoridade constituída, optam, ora por uma teia discursiva, ora por outra. Essa escolha, também discursiva, mostra seus contornos mais nitidamente por ocasião das reiteraões dos sentidos, momento em que se confrontam os discursos.

Grande parte das reflexões austinianas no livro “ Quando dizer é fazer”, como dito anteriormente, refere-se à dicotomia performativo/constativo. A discussão centra-se no uso das sentenças, denominadas declarativas, isto é, as que têm por função descrever um estado de coisas, declarar fatos que, ao corresponder à realidade, seriam falsos ou verdadeiros.

Na 1ª Conferência, Austin lembra que gramáticos e filósofos já admitiam a existência de sentenças expressando perguntas, exclamações, ordens, desejos ou concessões, ao lado de sentenças declarativas consideradas factuais correspondentes a

sentido e referência, portanto pronunciavam que a atuação da linguagem ia além de “espelho da realidade”. As proposições éticas, que não objetivam registrar ou transmitir informações diretas sobre os fatos, mas manifestar emoções, prescrever comportamentos, não podem ser vistas como falsas ou verdadeiras, uma vez que, não correspondendo a fatos verificáveis, não correspondem a declarações factuais. Equivale a dizer que nem todas as sentenças são declarações, ou descrições. Para o autor:

Nem todas as declarações verdadeiras ou falsas são descrições, razão pela qual prefiro usar a palavra “constatativa”. Seguindo essa linha de pensamento, tem-se demonstrado atualmente de maneira minuciosa, ou pelo menos tem-se procurado parecer provável, que muitas perplexidades filosóficas tradicionais surgiram de um erro – o erro de aceitar como declarações factuais diretas proferimentos que ou *são sem sentido* (de maneiras interessantes embora não gramaticais) ou então foram feitos com propósitos bem diferentes. (AUSTIN, 1990, p. 23)

Prosseguindo, Austin argumenta que os proferimentos são sempre verdadeiros, independentes da correspondência ou não com os fatos.

Além disso, proferimentos emitidos nos atos de casar, batizar, apostar ou fazer legado não são relatos. Nestas circunstâncias, o proferimento é o fato, que por sua vez, não será falso ou verdadeiro, mas feliz ou infeliz, de acordo com as circunstâncias estabelecidas na sua doutrina das infelicidades: quando o ato lingüístico sofre algum tipo de erro que pode caracterizar-se em nulidade, abuso ou quebra de compromisso.

As infelicidades ocorrem em circunstâncias cujos procedimentos adotados não são convencionais, ou não adequados às circunstâncias, ou ainda quando estes são executados de forma incompleta. Tais ocorrências ocasionarão o que Austin denomina como más invocações e más execuções e provocam os atos infelizes. Os últimos também acontecem

quando os atos forem intencionados ou pretendidos, mas sem a ação subsequente daqueles que o praticaram:

De maneira geral, isto equívale dizer, para usar o jargão técnico, que certas condições devem ser satisfeitas para que os proferimentos possam ser felizes. Isto compromete a dizer que um determinado proferimento performativo para ser feliz exige que certas sentenças declarativas sejam verdadeiras. (AUSTIN, 1990, p. 51)

Uma das infelicidades, segundo Austin, ocorre com o que denominou de abuso lingüístico, isto é, quando a conduta subsequente manifestada durante o procedimento não se concretiza (AUSTIN, 1990, p. 50). Entretanto, a ocorrência de infelicidades não anula o ato do proferimento que pode continuar causando efeitos e conseqüências.

A linguagem, explica Austin, não funciona como representação do fato, nem se trata de

... veículo encarregado de transporte de significados, cheio de artimanhas e comportamentos imprevistos.(...). A linguagem, em outras palavras, não é mais um simples instrumento, mas um fenômeno poderoso em si, alheio à vontade humana e, freqüentemente, às suas intenções (e pretensões) conscientes. “A linguagem nos fala”, como chegou a sintetizar o novo pensamento, o filósofo alemão Martin Heidegger. (RAJAGOPALAN, 1996, p. 113)

A descrição do processo de elaboração da teoria austiniana compõe grande parte do livro “Quando dizer é fazer” e culmina no conceito de ato ilocucionário. Reiterando, a longa discussão levada a cabo pelo autor, em grande parte, diz respeito à diferença entre proferimentos constatativos e performativos. Quanto a essa dicotomia, Austin no encontro



de Royaumont-França, em março de 1958, no texto “Performatif-Constatif”, emite o seguinte proferimento:

Pode-se muito bem fazer uma idéia do enunciado performativo, termo, sei disso, que não existe na língua francesa, nem em outros lugares. Essa idéia foi introduzida para contrastar com a do enunciado declarativo, ou melhor, como o chamarei, constativo. Eis aí o que questionarei. Esta antítese performativo-constativo, devemos aceitá-la?

O enunciado constativo tem, sob o nome de *afirmação* tão querido dos filósofos, a propriedade de ser verdadeiro ou falso. Ao contrário, o enunciado performativo não pode jamais ser nem um nem outro: tem sua própria função, serve para realizar uma ação. “Formular um tal enunciado” é realizar a ação, ação, talvez, que não poderia ser realizada, ao menos com tal precisão, de nenhum outro modo. (OTTONI, 1998, p. 111, apud Austin)

Tal dicotomia não será aprofundada na presente dissertação. O foco incidirá na realização de um ato ao se dizer algo e a fixação dos mesmos com posteriores reiteraões.

Entende-se que a reflexão proposta pelo autor constituiu-se necessária naquele momento e resultou num método de construção, que se amplia, no transcorrer da análise, chegando às “famílias mais gerais de atos de fala, estes relacionados e sobrepostos” (AUSTIN, 1990, p. 122). Os atos de fala, por sua vez, têm seu cerne no conceito de performativo. A denominação dada ao ato de fazer algo ao se dizer algo é justificada pelo autor:

... evidentemente que este nome é derivado do verbo inglês to perform, verbo correlato do substantivo “ação”, e indica que ao se emitir o proferimento está-se realizando uma ação, não sendo conseqüentemente, considerado um mero equivalente a dizer algo.(AUSTIN, 1990, p.25)

Ao tratar da definição de performativo, o Dicionário de Lingüística explicita:

Os enunciados performativos são aqueles cuja enunciação realiza a ação que eles exprimem e que descrevem certa ação do sujeito que fala. “Eu digo, eu prometo, eu juro” são verbos performativos porque, ao enunciar esta frase, se pratica a ação de dizer, prometer, de jurar (...) Qualificam-se de performativos os enunciados ilocucionários que significam a menção de impor através da fala um certo comportamento. (DUBOIS, Jean e outros, 1973, p.464)

Ao definir performativo e ilocucionário, percebe-se que Austin, em determinados momentos, funde esses dois conceitos:

Expliquei a realização de um ato nesse novo sentido como sendo a realização de um ato “ilocucionário”, isto é, a realização de um ato ao dizer algo, em oposição à realização de um ato de dizer algo. Vou referir-me à doutrina dos diferentes tipos de função da linguagem que aqui nos interessam como sendo a doutrina das “forças ilocucionárias”. (AUSTIN, 1990, p.89)

Um enunciado do tipo performativo é uma emissão concreta e particular de uma sentença, em um momento determinado, por um falante determinado, em circunstâncias adequadas e sua ocorrência principal é a ação. O critério do performativo, nas palavras do autor, seria: “Há algo que, no momento em que se profere a expressão, está sendo realizado pela pessoa que a profere” (idem, p. 62), este proferimento, por sua vez, poderá alcançar força ilocucionária.

A força ilocucionária também inclui todos os recursos de que se lança mão para que o proferimento alcance êxito. Exemplifica a assertiva a inserção, nos registros escritos, de elementos adverbiais ou partículas conectivas. Nos proferimentos orais, interferem questões como o tom de voz, cadência e gestos. Austin alerta que “força” não é igual a significado.

Este refere-se à noção de linguagem correspondente a sentido e referência. Explica o postulado da seguinte maneira:

A ocasião de um proferimento tem enorme importância, (...) as palavras têm de ser até certo ponto “explicadas” pelo “contexto” em que devem estar ou em que foram realmente faladas numa troca lingüística (AUSTIN, 1990, p. 89)

No uso do Direito Administrativo e no discurso oficial, é exigência a explicitação formal do objetivo pretendido através do enunciado para que este não tenha sua performatividade anulada.

Assim, uma portaria tem a força de “contratar”; uma resolução, de “designar” ou “dispensar”; um regimento escolar, de “normatizar”; depoimentos, notícias jornalísticas, proferimentos de autoridades têm a força de “declarar”.

Se, para Austin, o ato de fala total abrangeria a consideração do contexto no qual ocorreu o proferimento, nesta dissertação o ato de fala total incluirá situações reiteradoras dos atos de fala ao institucionalizar uma dada ordem de fatos. Por conta disso, foram elencados os enunciados concretos e únicos, a “língua viva” bakhtiniana, performativos que são provas documentais, ao mesmo tempo que se resgatará a circunstância histórica originária das ações lingüísticas.

Entretanto, a opção pela tentativa de recuperar a circunstância, ou seja, a consideração das condições de produção do discurso não excluirá a análise das partes. Será demonstrado que os enunciados performativos enfocados separadamente são compostos através de mecanismos formais aos quais Austin denominou atos ilocucionários, performativos explícitos puros ou primários.

## 1.5 O PERFORMATIVO EXPLÍCITO - CRITÉRIOS GRAMÁTICAIS

Para Austin, um performativo puro é aquele que inicia com palavras significativas e inambíguas pois “O performativo explícito exclui os equívocos e mantém a realização relativamente estável.” (AUSTIN, 1990, p. 72)

No uso cotidiano da linguagem, não há essa exigência lingüística, mas ocorre no uso do Direito Administrativo uma vez que “... exige procedimentos especiais e forma legal para que se expresse validamente” (MEIRELLES, 1995, p. 135) Segundo Austin, o performativo explícito teria evoluído dos proferimentos primários, em estágios iniciais da linguagem primitiva. Por exemplo: “*Estarei lá*” é uma declaração pura, pode expressar uma promessa – “*Prometo que...*”- ou uma intenção de caráter duvidoso “*Pretendo estar lá...*”. “*Estarei lá...*” é anterior a “*Prometo que estarei lá*”. O acréscimo de “*prometo*” torna o enunciado mais explícito, sofisticado e com maior força de proferimento.

Para Austin, a comprovação do enunciado performativo explícito verifica-se no que registra no início do enunciado um verbo no presente do indicativo, 1ª pessoa do singular, na voz ativa, por exemplo: “*eu prometo que...*”. O filósofo exemplifica outros testes, porém opta, ao longo da discussão, pelo teste citado acima: “Vamos, pois, usar com cautela o teste simples da primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa ...” (AUSTIN, 1990, p. 122).

Entrementes, alerta Ottoni que a preocupação do analista deve recair sobre o que se faz com o proferimento e não com a frase em si empiricamente, caso contrário, poder-se-ia retornar à polêmica, superada por Austin, sobre a dicotomia performativo/constativo. Por exemplo, um enunciado como “*Eu gosto de gatos*” à primeira vista seria tido como não constituído por verbo de específica força ilocucionária (fazer algo), sendo um relato, um

constativo. Todavia, mostra-se como um performativo mascarado que expandido revela o ilocucionário: “*Eu afirmo, declaro, destaco, sustento que gosto de gatos*”.

Reafirmando Austin, Ottoni explica que sempre há um proferidor por detrás de um enunciado como “*Está chovendo*”, ou ainda “*Ele disse que está chovendo*” que será revelado na expansão: “*Eu afirmo que ele disse que está chovendo*”. Prossegue Ottoni: “Assim não há mais constativo (ele está mascarando um performativo). Ou seja: todo constativo é um performativo mascarado. Só há performativos”. (Cf. arquivo de pesquisa)

Conclui-se que a preocupação deve recair sobre a análise da atitude contida no ato de fala. No caso de “*Eu gosto de gatos*”, há uma convicção, um tipo de atitude. A palavra gostar em si não é performativa, ocorre porém uma atitude no ato declarativo que pode ser recuperada pela expansão do enunciado.

Quanto à procura da fórmula do performativo puro, Austin assim a descreve:

A primeira sugestão foi a de se encontrar um critério ou critérios gramaticais, ou de vocabulário, ou uma combinação de ambos. Destacamos o fato de que certamente não há nenhum critério absoluto deste tipo; e de que muito provavelmente não seria viável sequer fazer uma lista de todos os critérios possíveis. (AUSTIN, 1990, p. 66).

Sob a crença de que o ilocucionário é o ato de fala, proceder-se-á como isso ocorre nos enunciados.

## 1.6 OS ILOCUCIONÁRIOS

Para os performativos que não trazem a regra convencional, os primários, o filósofo considera um bom teste a possibilidade de redução ou expansão do enunciado, de

forma a se obter a primeira pessoa do indicativo presente. Explica que é possível esse recurso porque o performativo explícito é o performativo primário que sofreu evolução, como já explanado anteriormente.

Austin sugere que se proceda à tentativa de explicitar o eu que está por trás do proferimento, pois se há um proferimento, obrigatoriamente, há um proferidor. Na placa “Cuidado cão”, existe um falante que ameaça: “*Eu o previno que o cão é bravo e pode atacá-lo*”, ou, “*Eu o informo que o cão é bravo*”: quer dizer, existe um sujeito produzindo o enunciado, praticando uma ação, mesmo que de forma implícita, o que denomina performativo implícito. Sobre o caminho percorrido na tentativa de encontrar a fórmula ideal, basilar, para a construção sintática ou lexical do ato de fala, Austin observa:

Dissemos que a idéia de um proferimento performativo exigia que a expressão consistisse na realização de uma ação (ou que fizesse parte dessa realização). As ações só podem ser realizadas por pessoas, e, em nossos casos, é óbvio que quem usa a expressão deve ser o que realiza a ação. Daí nosso sentimento justificável – que erroneamente apresentamos em termos puramente gramaticais – em favor da “primeira pessoa”, que deve aparecer, ser mencionada ou referida. Além disso, se quem profere a expressão está atuando, tem que estar fazendo algo – donde nossa preferência, talvez mal expressada, pelo presente gramatical do verbo. Há algo que, *no momento em que se profere a expressão, está sendo realizado pela pessoa que a profere.* (AUSTIN, 1990, pp. 61-62)

O eu proferidor do enunciado pode estar declarado explicitamente no enunciado ou não, todavia haverá marcas sinalizadoras da sua presença:

O eu que está realizando a ação entra assim em cena.(.....)

Assim, o que nos sentiríamos inclinados a dizer é que todo proferimento que seja de fato um performativo deveria ser reduzido, expandido, ou analisado de modo tal que se

obtivesse uma forma na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa (gramatical). (AUSTIN, 1990, p. 62)

Neste ponto, as reflexões de Bakhtin e Austin parecem se assemelhar naquilo que o primeiro define como enunciado: uma unidade real da comunicação humana gerada num processo interativo, histórico, interlocutivo, que se realiza através de enunciados orais ou escritos, concretos e únicos, compondo uma unidade de sentido, refletindo as condições específicas, as finalidades contextuais de cada esfera da comunicação humana. Distanciar-se do conceito de processo interativo pode provocar um distanciamento da concepção de linguagem como ação que, por sua vez, une o ato lingüístico à história.

Antecipa-se que a atuação de elementos circunstanciais pode alterar o significado lexical. Nos performativos como portarias, resoluções, atas, avisos internos, exige-se formalização e explicitação da força ilocucionária exercitiva, caso contrário, o ato torna-se inválido. Nas circunstâncias adequadas, o exercício do poder da autoridade administrativa concretiza-se através de ações lingüísticas como “designar”, “nomear”, “dispensar”, “criar”, entre outras, porém, nas circunstâncias enfocadas, nem sempre o sentido expresso nestes termos definiu a ação realizada.

Apesar de o alerta dado em relação aos performativos exigirem mais que critérios gramaticais, o autor considera que a possibilidade de reduzir, expandir ou analisar o enunciado de forma a se aplicar a fórmula e, conseqüentemente, desvelar o eu proferidor, são “*bons testes*”. Nos enunciados orais, essa exigência realiza-se com facilidade, uma vez que o proferimento é historicamente circunstanciado; e nos escritos, o resgate é feito pelo eu assinatura. Oferece como exemplos de resgate do proferidor enunciados como “*Avisa-se*

*que o touro é perigoso*” é equivalente a “*Eu, João da Silva, aviso que o touro é perigoso*” ou “*O touro é perigoso, (ass.) João da Silva*” (idem, p. 63).

Prossegue o autor:

Esse tipo de expansão torna explícito que o proferimento é performativo, e qual o ato que está sendo realizado. A menos que seja reduzido a uma tal forma explícita, será possível normalmente toma-lo como se não o fosse. (AUSTIN, 1990, p. 63)

Segundo Ottoni, para Austin esse eu é uma “entidade extralingüística” que equívale a um sujeito que, se for adequado, convencional, isto é, autoridade constituída, pode casar, batizar, condenar e outros. Explica:

... este “eu” passa a se fundir com a linguagem, a fazer parte integrante dela. O “eu” expresso através do pronome sujeito do presente do indicativo, ao falar de uma ação por intermédio do “ato de fala”; este “eu” é agora qualquer sujeito no mundo. Para Austin, qualquer enunciado tem implicitamente um sujeito, um “eu” que produz a fala; o significado depende do sujeito e do momento da sua enunciação. Austin parte de um “eu” na linguagem e da linguagem.(OTTONI, 1998, p. 81)

Reiterando, não há possibilidade de encontrar sempre critérios formais expressos no enunciado. Enunciados diversos, em determinadas circunstâncias, alcançam condições felizes de performatividade responsáveis pela noção de força ilocucionária dada por Austin:

Expliquei a realização de um ato nesse novo sentido como sendo a realização de um ato “ilocucionário”, isto é, a realização de um ato ao dizer algo, em oposição à realização de um ato de dizer algo. Vou referir-me à doutrina dos diferentes tipos de função da linguagem que aqui nos interessam como sendo a doutrina das “forças ilocucionárias”.(AUSTIN, 1990, p. 89)



Para o autor, o ato ilocucionário não é constituído só pela intenção ou pelo fato, mas pela convenção. A força ilocucionária está assegurada quando da sua apreensão pelo interlocutor do que pode advir um resultado e/ou uma resposta.

Da reflexão encontrada no livro “Quando dizer é fazer”, Austin conclui:

Dissemos que havia uma coisa que deveria ser feita, obviamente, e que requer prolongada investigação. Dissemos, há bastante tempo atrás, que necessitávamos de uma lista de “verbos performativos explícitos”, mas à luz da teoria mais geral vemos agora que o que necessitamos é de uma lista das *forças ilocucionárias* de um proferimento. A velha distinção, contudo, entre performativos *primários* e performativos *explícitos* sobreviverá à transição fundamental de uma distinção entre performativos e constatativos para a teoria dos atos de fala. Vimos que há razões para supor que os testes sugeridos para indicar os verbos performativos explícitos (dizer... é fazer... etc.) são bons testes, e até de fato dão melhores resultados para identificar aqueles verbos que, como dissemos agora, explicitam a força ilocucionária de um proferimento, ou mostram qual é o ato ilocucionário que estamos realizando ao emití-lo. O que *não* sobreviverá à transição, exceto talvez como um caso marginal limite, é a noção da pureza dos performativos. Isso em nada deve nos surpreender, pois essa noção nos criou dificuldades desde o início. Ela se baseava, essencialmente, na dicotomia performativos/constatativos, que, como já vimos, tem que ser substituída pela idéia de que há *famílias* mais gerais de atos de fala relacionados e sobrepostos. (AUSTIN, 1990, p. 122)

Disso se pode antecipar que a busca de critérios lexicais e/ou gramaticais como fórmulas para elaboração dos performativos não explica a concepção de linguagem como ação, vista em Austin:

A primeira sugestão foi a de encontrar um critério ou critérios gramaticais ou de vocabulário, ou uma combinação de ambos. Destacamos o fato de que certamente não há nenhum critério absoluto deste tipo: e de que muito provavelmente não seria viável sequer fazer uma lista de todos os critérios possíveis. (AUSTIN, 1990, p. 66)

Entende-se que os performativos, principalmente aqueles do uso do Direito Administrativo, para alcançar o estatuto de legitimidade não podem abdicar da forma e gênero corretos sob pena de anulação do ato de fala. Todavia, a leitura do contexto, da circunstância originadora do performativo, o confronto de vários enunciados emitidos sobre a mesma situação amplia e, às vezes, altera o seu significado.

Se a linguagem, ao estabelecer verdades, nem sempre leva em conta o aspecto formal dos ilocucionários, ou a exigência de gêneros adequados a cada circunstância de comunicação humana, tanto um como o outro, são exigências numa sociedade letrada. Bakhtin denomina “gêneros elevados” os proferimentos performativos explícitos, por exemplo, os atos administrativos. Para o autor:

A diversidade desses gêneros deve-se ao fato de eles variarem conforme as circunstâncias, a posição social e o relacionamento pessoal dos parceiros: há o estilo elevado, estritamente oficial, deferente, como há o estilo familiar que comporta vários graus de familiaridade. Trata-se de gêneros que implicam também um tom determinado, ou seja, comportam em sua estrutura uma dada entonação expressiva. Estes gêneros, em particular os gêneros elevados, oficiais, são muito estáveis e muito prescritivos (normativos). (BAKHTIN, 1992, p. 303)

No discurso do Direito Administrativo, segundo Meirelles:

O conceito de ato administrativo é fundamentalmente o mesmo do ato jurídico, do qual se diferencia como uma categoria informada pela finalidade pública. Segundo a lei civil, é ato jurídico todo aquele que tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos (...). (MEIRELLES, 1995, p.132)

O ato de designar um diretor, como o aqui analisado, é um enunciado composto sob um gênero primário fixo, normativo. A sua aplicabilidade é garantida pelas formas do gênero, da construção do performativo puro em condições felizes de realização. Possui entonação marcada pela neutralidade, um eu extralingüístico não empírico, uma autoridade constituída e verbos de explícita força ilocucionária, os chamados exercitivos:

Um exercitivo consiste em tomar uma decisão a favor ou contra um determinado curso da ação, ou advogá-la. É decidir que algo tem de ser de determinada maneira, em oposição a julgar que tal coisa é assim. É advogar que seja assim, em oposição a uma estimativa de que seja assim. É outorgar uma indenização, o que é oposto a determinar seu montante. É uma sentença, em oposição a um veredicto. Árbitros e juizes empregam exercitivos, assim como emitem vereditivos. Suas conseqüências podem ser que outros sejam “compelidos” ou “autorizados” ou “não autorizados” a fazer certos atos.(.....). Ex.: nomeio, demito, ordeno, sentencio, declaro encerrado, recomendo, repilo..... (AUSTIN,1990, p.126)

Um fato lingüístico dessa natureza parece ser descrito no âmbito do Direito Administrativo como: “ato ou contrato realizado sem interesse público o que configura desvio de finalidade” sendo que “ o administrador tem o poder-dever de agir” e não tem “ a liberdade para deixar de praticar atos de sua competência legal”. (MEIRELLES; 1995, pp. 88-90)

Segundo Austin, o critério de análise da comunicação humana passa pelo patamar performativo. Sua preocupação recai também sobre o que denomina como o ato de fala na sua totalidade:

Concluindo, (IV Conferência), para explicar o que pode dar errado com as declarações, não devemos restringir nossa atenção à proposição em questão, seja ela qual for, como tradicionalmente se tem feito. Devemos considerar de modo global a situação em que se fez o proferimento – isto é, o ato de fala em sua totalidade – para que se possa perceber

o paralelismo que há entre a declaração e o proferimento performativo, e como um ou outro podem dar errado.(AUSTIN, 1990, p. 56)

Essa afirmação antecipa a conclusão a que chega o autor após as tentativas de aplicação dos testes formalizados, comprobatórios da performatividade do enunciado e da desejada listagem de “verbos performativos explícitos”:

Vimos que há razões para supor que os testes sugeridos para identificar os verbos performativos explícitos ( dizer... é fazer..., etc.) são bons testes, e até dão melhores resultados para identificar aqueles verbos que, como dissemos agora, explicitam a força ilocucionária de um proferimento, ou mostram qual é o ato ilocucionário que estamos realizando ao emití-lo. O que *não* sobreviverá à transição, exceto talvez como um caso marginal limite, é a noção de pureza dos performativos. (AUSTIN, 1990, p. 122).

Essa conclusão coloca o substrato da reflexão austiniana, ou seja, a noção do ilocucionário. A função performativa da linguagem envolve, não só a construção lógica-formal do enunciado empírico, mas principalmente, o contexto circunstancial em que ocorre a situação comunicativa. Este, por sua vez, demandará de condições de felicidade: apreensão do procedimento, circunstância e pessoa adequadas e que, de fato, fique estabelecido na situação comunicativa um acordo de verdade passível de possíveis reiteraões.

## 1.7 O PERFORMATIVO PARA SEARLE

Há divergência de pensamento entre Austin e Searle a respeito da linguagem como representação do real. Para o primeiro, a linguagem constitui o real; para o segundo, ela é apenas o espelho da realidade.

Searle vê a construção do ilocucionário de forma diferente de Austin. Para o último, o fenômeno que se deseja clarear é o ato de fala total. Todavia, Searle separa a parte da linguagem que constitui seu tipo ilocucionário, ou força ilocucionária da parte que constitui seu conteúdo proposicional:  $F(p) \rightarrow$  conteúdo proposicional (a linguagem),  $F \rightarrow$  força ilocucionária ou tipo ilocucional.

A partir dessa dicotomia, o filósofo preocupa-se em elencar as categorias dos diferentes tipos de atos ilocucionários, isto é, dos diferentes tipos de força de emissão, de propósitos ilocucionários, atribuindo à intencionalidade do falante (o significado dado pela mente a meras marcas e sons) o alcance da performatividade:

O significado de uma frase é determinado pelos significados das palavras e pela organização sintática das palavras na frase. Mas o que o falante *quer dizer com o proferimento* da frase, dentro de determinados limites, depende inteiramente de suas intenções. (SEARLE, 2000, p. 130)

Como se verá no transcorrer da análise, no que se refere à observação dos efeitos dos atos de fala – os perlocucionários – somente a construção lógica do ilocucionário (a intencionalidade do emissor) não é garantia da sua concretização, isto é, da sua atuação satisfatória no mundo. Aliás, a real intencionalidade do emissor nem sempre se instala no corpo do enunciado em si, mas curiosamente, pode ser comparada a um jogo de bilhar cuja

bola almejada só pode ser atingida pelo toque de outra. Desloca-se uma bola para que esta bata em outra e, assim, o objetivo inicial seja alcançado indiretamente.

A explicação de Searle é convincente quanto ao papel exercido pela linguagem na formação das instituições, momento em que responde como uma dada versão de fatos se estabelece dentro do meio social, isto é, como se institucionaliza.

Searle pretende esclarecer, corrigir e dar continuidade às idéias de Austin, porém o seu enfoque apenas na intencionalidade do locutor como fator determinante do ato de fala, não explica a atuação da linguagem na constituição dos fatos históricos discursivos analisados. A visão de Searle quanto ao ato e seu significado estarão concretizados no proferimento como o registrado nesta passagem do autor quando diz que “De modo geral, o ato ilocucionário (ou os atos ilocucionários) realizado na emissão de uma sentença é função do significado da sentença.” (SEARLE, 1995, p. 104)

Searle, no que diz respeito ao uso performativo da linguagem, retoma aspectos considerados ultrapassados por Austin tais como critérios falso e verdadeiro, as condições de sinceridade, a centralidade do enunciado na intencionalidade do falante.

Reiterando a palavra de Austin:

... não devemos restringir nossa atenção à proposição em questão, seja ela qual for, como tradicionalmente se tem feito. Devemos considerar de modo global a situação em que se fez o proferimento - isto é, o ato de fala em sua totalidade -.... (AUSTIN, 1990, p. 56)

Os dados de que trata a presente dissertação indicam que “o ato de fala em sua totalidade” ultrapassa a própria situação da enunciação e continua a agir numa esfera mais ampla e no decorrer das reiterações dos acordos de sentido. A retomada dos acordos

incluirá aquilo a que Austin se refere nas condições de felicidade: os participantes devem ter uma conduta subsequente e devem realmente conduzir-se dessa maneira.

Como propõe Searle, fixar a descrição da performatividade no enunciado, tendo como primordial a sua decomposição em duas partes, outorgar somente à intencionalidade do falante o poder da performatividade, simplifica a realização do ato de fala.

A institucionalização da ordem de dois fatos históricos aqui analisada não resiste à análise dicotômica proposta por Searle quanto ao ato ilocucionário em conteúdo proposicional e força ilocucionária. É o discurso acordado pelos interlocutores do diálogo que medeia o uso performativo da linguagem.

Otoni observa que Searle ao apresentar a fórmula  $F(p)$  ( $F$  sendo a força ilocucionária e  $(p)$  o conteúdo proposicional) isola um conceito e o divide em duas partes.

Diz o pesquisador:

Uma vez que parto do princípio de que há uma abordagem da linguagem por detrás da performatividade, e que o “ato ilocucionário” é um momento de reflexão no interior desta visão sustento que, ao isolar somente este momento da bem montada e precisa argumentação de Austin, Searle deixa de lado uma proposta filosófica que seria útil para muitos linguistas, no sentido de abrir um campo de reflexão não centrado apenas numa abordagem “formalista” e “positivista” da linguagem. (OTTONI, 1998, p. 84)

O fato criticado pelo pesquisador encontra comprovação nos performativos elencados na análise. Esta não condiz com as premissas de Searle ao revelar as denominadas “posições-padrão”, entre elas a que prescreve que a linguagem “se relaciona diretamente com o mundo real” (SEARLE, 2000, p. 23):

- Há um mundo real que existe independentemente de nós, independente de nossas

experiências, pensamentos, linguagem. (...)

- Nossas afirmações são, em geral, verdadeiras ou falsas dependendo de corresponderem ao modo como as coisas são, ou seja, aos fatos do mundo. (SEARLE, 2000, pp. 22-3)

Há de se levar em conta a circunstância de uso em que os proferimentos foram emitidos, visto serem fatores determinantes do sentido:

A questão de saber se estou ou não fazendo suposições que podem revelar-se errôneas depende não da forma das palavras que uso, mas das circunstâncias em que me acho colocado. (AUSTIN, 1993, p. 177)

Sobre o mesmo assunto, prossegue:

No que diz respeito às frases sobre “coisas materiais”, não é verdade que, *enquanto tais*,

a) devem ser justificadas (supported by evidence) ou baseadas em evidência (based and evidence)

b) necessitam de verificação; e

c) não podem ser conclusivamente verificadas. (AUSTIN, 1993, p. 161)

Portanto, a linguagem nem sempre é a representação do real e, mesmo quando atua como tal, não deixa de ser uma forma de ação:

Podemos afirmar, então, que quando analisamos a linguagem nossa finalidade não é apenas analisar a linguagem enquanto tal, mas investigar o contexto social e cultural no qual é usada, as práticas sociais, os paradigmas e valores, a “racionalidade”, enfim, desta



comunidade, elementos estes dos quais a linguagem é indissociável. A linguagem é uma prática social concreta e como tal deve ser analisada. Não há mais uma separação radical entre “linguagem” e “mundo”, porque o que consideramos a “realidade” é constituído exatamente pela linguagem que adquirimos e empregamos. (SOUZA FILHO. In: AUSTIN, 1990, p. 10)

Searle se propõe a dar continuidade à teoria dos atos de fala de Austin. Entretanto, afasta-se da teoria austiniana em pontos basilares, dentre os quais, cita-se o enfoque dado à intencionalidade do falante como fator preponderante da força ilocucionária, o foco de construção do sentido volta-se, dessa forma, para o enunciado. Como já dito, há um retorno, inclusive, a critérios como falso e verdadeiro das declarações, estágio reflexivo que a teoria de Austin já havia superado por ocasião da discussão sobre performativo-constativo.

Searle defende que as ações têm componentes físico e mental, podendo ser premeditadas ou espontâneas. Denomina “raciocínio prático” a forma com que se pode diferenciá-las. Esse ponto de vista se configura como uma função de linguagem cuja atribuição de significado pelo falante, responsável pelo proferimento, aos sons que emite ou escreve, impondo sua intencionalidade ao destinatário. A força ilocucionária aconteceria apenas através da intencionalidade do proferimento, ficando o sentido do enunciado isolado do interlocutor e do contexto. Explica Searle que

A chave para a compreensão do significado é a seguinte: o significado é uma forma de intencionalidade derivada. A intencionalidade original ou intrínseca do pensamento do falante é transferida para as palavras, frases, marcas, símbolos e assim por diante. Se pronunciadas de forma significativa, essas palavras, frases, marcas e símbolos passam a ter intencionalidade derivada dos pensamentos do falante. Elas não têm apenas um significado lingüístico convencional, mas também um significado desejado pelo falante. A intencionalidade convencional das palavras e frases de uma língua pode ser usada por um falante para realizar um ato de fala, ele impõe sua intencionalidade àqueles

símbolos.(SEARLE, 2000, p. 131

Para pesquisadores da Unicamp como Ottoni e Rajagopalan, Searle tem no enunciado a construção do significado, mas eles consideram que a significação constitui-se no que Austin denomina *uptake* (termo traduzido para o português por “apreensão”, o que para os pesquisadores citados não exprime todo o significado contido no termo). O sentido seria a constituição do significado no momento da enunciação. O sujeito que se constitui nesse momento é diferente do sujeito falante empírico. Ele se constitui através do *uptake*, dos significados coletivos, isto é, de uma produção de linguagem partilhada. No caso da teoria austiniana dos atos de fala, o cerne da questão é a performatividade; em Searle é a intencionalidade.

Austin alerta na XI Conferência que a divisão locucionário e ilocucionário é apenas uma abstração, pois, o ato lingüístico é único, e seu ponto primordial é a performance: “Além de tudo, em geral, o ato locucionário, como o ato ilocucionário, é apenas uma abstração: todo ato lingüístico genuíno é ambas as coisas de uma só vez.”.(AUSTIN, 1990, p. 120)

A performatividade pode instalar uma teia de fatos, isto é, institucionalizar-se, o que acontecerá pela reiteração, quer dizer, quando os significados são confirmados socialmente em situação dialógica, concreta e única. Ottoni defende que não é mais possível falar de intenção do falante já que esta intenção não é e não pode ser unilateral, nele centrada e sim, centrada no *uptake*, lugar onde se complementam o eu e o tu, em que se assegura a fala:

Pode-se concluir, deste modo, que em qualquer situação de fala não há um “controle” do sujeito (falante) sobre sua intenção, já que ela se realiza juntamente e através do uptake (com seu interlocutor). O uptake é então uma condição necessária do próprio ato (de fala), e é ele que produz o ato. Nunca deixaremos de atribuir uma intencionalidade a um ato (físico), uma vez que este não poderá ser isolado de uma intenção, mas, já que podem haver situações inesperadas, não tencionadas pelo sujeito falante (cf. Rajagopalan, 1990<sup>a</sup>, p. 577), é através do uptake que há um descentramento do papel do sujeito falante. (OTTONI, 1998, p. 82)

Com o exposto acima, o *uptake* desmantela a intenção codificada no signo ou na sentença, como o deseja Searle. Na proposta austiniana, por sua vez, a intenção não pertence somente ao sujeito falante que a transmite, mas é garantida através da apreensão pelo ouvinte.

Apesar de a teoria apresentar três conceitos: performativo, ato de fala e ilocucionário, o que Austin propõe não são conceitos, mas reflexões ou noções que compõem a visão performativa da linguagem :

(...) Há relação entre esses três “conceitos” no interior da argumentação de Austin; mas não se pode dizer que há de fato uma relação de complementaridade no sentido de um estar ligado ao outro de modo linear, ou de um definir o outro. O que há é um desdobramento destes conceitos no interior da argumentação austiniana que justifica a visão performativa. Há toda uma força histórica no interior das discussões sobre a linguagem que justifica a análise e o aparecimento da performatividade num determinado momento.(OTTONI, 1998, pp. 33-4)

O todo do uso da linguagem numa circunstância comunicativa determina a possibilidade de que os contratos verbais sejam firmados e, assim, a história de uma comunidade se institucionalize.

## 1.8 A ATUAÇÃO DA LINGUAGEM NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA VERSÃO HISTÓRICA

Para Searle, a realidade institucional é um fenômeno criado pelos contratos sociais através da linguagem. A fim de exemplificar esse conceito, o autor utiliza-se do exemplo da institucionalização do dinheiro como equivalente de valor:

(...) um tipo de coisa só é dinheiro a longo prazo se for aceito como dinheiro. E o que se aplica ao dinheiro aplica-se à realidade institucional em geral. Assim, dinheiro, linguagem, propriedade, casamento, governo, universidades, festas, advogados, presidentes dos Estados Unidos são todos, em parte – mas não inteiramente -, assim descritos porque os consideramos dessa maneira. Um objeto se encaixa em uma dessas descrições, em parte, porque pensamos que o faz, ou o aceitamos e reconhecemos como tal. (SEARLE, 2000, p. 106)

O contrato social instituído através da linguagem outorga às pessoas poderes positivos (direitos e habilitações) e negativos (responsabilidades e penalidades):

(...) qual é exatamente o papel da linguagem na realidade institucional? Eu disse que algo é dinheiro, propriedade ou casamento, mas como poderiam ter um pensamento assim se não tivessem uma linguagem? (...) na realidade institucional, a linguagem não é usada meramente para *descrever* os fatos mas, de modo estranho, ela é parte constitutiva dos fatos. (SEARLE, 2000, p. 108)

O contrato social firmado e constituído pela linguagem escrita, dentro de determinados gêneros, permite a recuperação e reafirmação do acordo dos sentidos nos quais elas foram usadas, a quais realidades fazem referência e se elas permitem que o significado acordado anteriormente continue válido.

A análise dos dados dos capítulos posteriores terá como pilar a função performativa da linguagem, ou seja, como os atos são realizados com e pela linguagem e em que condições circunstanciais, se adequadas ou não (as “condições felizes de realização” dos enunciados performativos). São essas condições que propiciam a esses atos a produção de efeitos e conseqüências no mundo, quer dizer, a “língua viva”.

O foco de atenção incidirá, em grande parte, nos performativos explícitos ou puros (os contedores de forma explícita – o eu proferidor claro, a presença de verbo de inambígua força ilocucionária, no tempo presente, na voz ativa). Os performativos primários ou implícitos também compuseram o rol do corpus coletado. São aqueles ilocucionários que não trazem claros o eu proferidor e o verbo de força ilocucionária, fato que, por si, não demonstrará ser impedimento para a ocorrência dos efeitos desses atos de fala – os perlocucionários.

Por conta disso, como já afirmado por Austin, antecipa-se que a função performativa da linguagem se concretiza na totalidade do ato de fala, isto é, considerando-se, “de modo global a situação em que se fez o proferimento (...)” (AUSTIN, 1990, p. 56). Essa tentativa de visão do todo mostrou ser a ação lingüística produtora de efeitos transformadores quando, no transcorrer da situação comunicativa, locutor e interlocutor estabelecem um acordo de sentido. Significa dizer que, em oposição ao dito searleano, a possibilidade de atuação da linguagem não está centrado unicamente na intencionalidade do emissor e a construção lógico-formal do enunciado.

A institucionalização das versões históricas analisadas, todavia, obedecerá aos pressupostos estabelecidos pelo filósofo norte-americano quando este explica que a realidade social é um fenômeno criado pelos contratos sociais firmados através da linguagem. Essas realidades institucionais não descrevem fatos simplesmente, elas os constituem.

## CAPÍTULO II

### A PERFORMATIVIDADE – OS CONTRATOS DE SENTIDO

Este capítulo versará sobre as circunstâncias geradoras de linguagem e/ou geradas por ela. Pretende-se desvelar as formas pelas quais, ora um discurso, ora outro, teceu uma cadeia de fatos históricos. Esse desenho apresentou-se também através de atos administrativos com forma institucionalizada e presunção de legitimidade, por isso considerados, *a priori*, verdadeiros. Todavia, o confronto dos dados coletados mostra a existência de discursos diferentes a respeito de uma mesma circunstância histórica, coexistindo entre si.

Documentos como resoluções, portarias, atas, depoimentos, notícias jornalísticas e outros textos são registros lingüísticos que teceram a história de uma escola. Este tecido compôs o seguinte desenho de fatos históricos e sociais: a data de criação do Colégio Estadual “Dr. Osvaldo Cruz” correspondente a 02/04/64, bem como a relação incompleta de nomes dos ex-diretores. Consta em 1980 a presença de dois funcionários que nunca tiveram os respectivos nomes incluídos na referida lista. Estes dois fatos foram construções de linguagem e se institucionalizaram nessa comunidade, parcialmente ou não, durante décadas.

Como definiu Bakhtin (1992, p. 289-326), ao discorrer sobre gêneros do discurso, o enunciado implica um processo interativo, histórico, interlocutivo realizado através de proferimentos orais e escritos, concretos e únicos, compondo uma unidade de sentido e preenchendo uma função. O enunciado reflete as condições específicas, as finalidades contextuais de cada esfera da comunicação. Este processo comunicativo tem por base

proferimentos que são os enunciados, isto é, unidades reais da comunicação verbal propiciadoras do vínculo entre a língua e a vida.

O que se pretende dizer é que o sentido do proferimento nem sempre está presente no enunciado em si, às vezes, está na circunstância que o gerou e, ao refletir as finalidades reais da comunicação verbal, propicia um vínculo entre a língua e a vida, mas nem sempre propicia um vínculo entre a língua e o fato, nem sempre o enunciado performativo funciona como espelho do fato histórico. Como se discutirá durante a análise, as duas questões citadas não tiveram sustentação nos fatos históricos, mas nas palavras aceitas como verdadeiras pelo grupo.

## 2.1. OS PERFORMATIVOS EXPLÍCITOS EM QUESTÃO

A presente análise se ateve apenas ao primeiro teste sugerido por Austin (verbo no presente do indicativo, primeira pessoa do singular, na voz ativa). Isto porque nem todos os enunciados observados apresentam forma pura idêntica à sugerida pelo autor. Mesmo assim, foram considerados puros por se apresentarem como enunciados em gêneros formais legais, de uso da linguagem do Direito, proferidos por autoridades constituídas, com pressuposto de legitimidade e legalidade, verbos explícitos com força ilocucionária revelada. Porém, antecipa-se que não foi encontrado performativo explícito dando conta da criação da Escola Isolada Municipal “Dr. Osvaldo Cruz”. O único enunciado em que se registra o início das atividades escolares da referida escola é o performativo primário “Síntese do Histórico do Estabelecimento” (cf. anexo 1). A Lei Municipal n.º 25/64 e as Portarias 123 e 124/65 são os atos administrativos, expedidos em datas próximas a 02/04/64, referentes à escola em questão.

### 2.1.1 A Portaria Municipal n.º 124/65

A portaria, assim como a Lei Municipal n.º 25/64 que autoriza a construção de escolas (cf. anexo 3), obedece às normas formais de um proferimento performativo explícito garantindo-lhe legalidade e legitimidade:

Portaria 124/65.

Súmula: contrata a cidadã Estel Ferreira de Melo – para o magistério primário municipal.

O Prefeito Municipal de Campo Mourão, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, por proposta da Chefe do Departamento de Educação e Cultura, e com fundamento na Lei Municipal 38/64.

Resolve:

Contratar a cidadã – Estel Ferreira de Melo – designada à Escola Municipal “Dr. Osvaldo Cruz”, na categoria de professora normalista, com os vencimentos de Cr.\$ 35.000.- (trinta e cinco mil cruzeiros), previstos pelo Nível “D” – (Lei Municipal 38/64), no período de 1º de fevereiro de 1965 a 31 de janeiro de 1966, para o desempenho de funções do magistério primário municipal.

Publique-se e Registre-se

Paço Municipal, em 20 de janeiro de 1965.

Prefeito Municipal

Chefe Dep. Educação e Cultura (cf. anexo 27)

O enunciado performativo acima transgredir o teste sugerido por Austin. O texto em 3ª pessoa do singular, próprio do gênero portaria, apresenta uma terceira pessoa que torna público o ato de fala administrativo. Entretanto, há a possibilidade de reduzi-lo a uma forma direta, o que demonstra a existência, de certa forma implícita, do performativo puro, como sugeriu Austin: *Eu, Prefeito Municipal, contrato a cidadã Estel Ferreira de Melo para o desempenho de funções do magistério primário municipal.*

A redução assim proposta exclui o segundo eu-autoridade do proferimento, a Chefe do Departamento de Educação e Cultura, embora ela também atue como sujeito proferidor, uma vez que indicou a contratação e a assinou. Observa-se, portanto, a presença de três sujeitos na composição desse enunciado: o prefeito, a chefe de departamento e um



porta voz, além do recurso citado (Lei Municipal 38/64), subentendendo-se outras vozes no discurso.

Nos proferimentos performativos explícitos citados, constatam-se atos de fala plurais. A lei municipal é uma iniciativa da câmara sancionada pelo prefeito, mas faz-se necessário lembrar que tal iniciativa deu-se como resultado de reivindicação das comunidades junto aos vereadores, que, após discussão sobre sua necessidade, e/ou viabilidade, concretizaram o ato de fala sob o gênero lei que, posteriormente, foi sancionada pelo prefeito. Não há um eu singular, único responsável pelo ato de fala. O eu coletivo, vereadores, passa ao eu executivo a responsabilidade de concretizar a decisão tomada em consenso. Tem-se a produção coletiva de linguagem, de atos de fala, mesmo quando observada no âmbito restrito dos dois poderes, nos momentos decisório e de execução.

A publicação da lei em diário oficial (n.º 178 de 7-10-64) é um performativo responsivo aos atos de fala reivindicatórios da população. Compreende ser um enunciado resultante da alternância dos parceiros do diálogo e que poderia ser considerado como representativo de um sentido real: os atos de fala reivindicatórios de cada comunidade.

A Portaria n.º 124/65, também redigida na 3ª pessoa do singular, no presente do indicativo, voz ativa, foi emitida por um eu plural. No início do enunciado, há uma introdução do ato de fala:

O Prefeito Municipal de Campo Mourão, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, por proposta da Chefe de Departamento de Educação e Cultura, e com fundamento na Lei Municipal 38/64,

Resolve: (cf. anexo 2)

Este performativo foi emitido em conjunto: o prefeito, amparado pela Câmara através da Lei 38/64, e a chefe do departamento. Ambos se responsabilizam pelo ato de fala administrativo, ao assiná-lo.

Os dois performativos explícitos elencados (anexos 2 e 3), apesar de explícita força ilocucionária, adequação formal e condições de satisfação, não dão conta de comprovar que o atual Colégio Estadual “Dr. Osvaldo Cruz” foi criado “*Em 02 de Abril de 1964.*” (cf. anexo 1). A autorização de construção das casas escolares (cf. anexo 3) é datada de 25 de julho de 1964, com publicação em diário oficial em 07/10/64. Nenhum dos dois últimos documentos citados comprovam a criação do estabelecimento em 02/04/64, se assim o fosse, as aulas teriam sido dadas ao relento, uma vez que a data da autorização da construção é de 25 de julho de 1964.

Os gêneros portaria e lei municipal, em condições felizes de satisfação, se enfocados sob o aspecto único do enunciado, não comprovam a possível data de criação da Escola Isolada Municipal “Dr. Osvaldo Cruz”, mesmo porque seus teores não se referem a isso. Todavia, reportando-se ao contexto, o momento histórico concreto e único, o anexo 2 confirma o depoimento da ex-alfabetizadora Imaculada Conceição Cavalcante ao relatar o convite proferido pela autoridade constituída para continuar o trabalho iniciado como professora primária na “Escolinha do Povo”. O mesmo convite foi estendido à Estel Ferreira de Mello e à Herta Irene Probst.

Uma leitura superficial diria que os anexos 2 e 4 são performativos explícitos puros em condições felizes de satisfação, designativos das primeiras professoras do “magistério primário” ou da ampliação das instalações da então Escola Isolada Municipal “Dr. Osvaldo Cruz”, a leitura pragmática demonstrou uma atitude de linguagem de apoio da autoridade constituída em relação à própria “Escolinha do Povo”, comprovada pela

cessão do terreno e, após o golpe, pelo convite às secundaristas para que continuassem as atividades, embora não mais como participantes do projeto de alfabetização de adultos.

Tais considerações comprovam que a “Síntese do Histórico do Estabelecimento” (cf. anexo 1), no que se refere à data de criação da escola, não corresponde a fato empírico, tratando-se, portanto, de uma produção consensual de linguagem. O momento político autoritário vivido pelo país exigia uma outra verdade que não a professada pelo grupo através da metodologia de alfabetização de Paulo Freire. Esse novo significado, imposto pelo poder constituído através de mecanismos lingüísticos, consolidou-se como uma versão de fatos, produto do consenso restrito ao grupo detentor do poder. Fixou-se, a princípio, por imposição; depois, pela reiteração do enunciado performativo, através dos anos.

### 2.1.2 Um Performativo Explícito - O Abuso Lingüístico

Conforme Resolução 717/80:

D. O n.º 788 05/05/80

Em, 15/04/80 Resolução n.º. 717/80

#### I – DESIGNAR

Nos termos do art. 15, § 3º, da Lei nº. 6.174, de 16.11.70, (..), Professor Classe C, nível 03, nomeado pelo Decreto nº 1.997/80, para exercer a função gratificada de Diretor da Escola Dr. Osvaldo Cruz – Ensino de 1º Grau, símbolo 9-F, de Campo Mourão, mantida sua lotação e dispensando a atual,(...). (Conforme anexo 8)

O dado acima é um ato de fala administrativo cuja composição ancora-se em outros dispositivos legais, lei e decreto, preenchendo condições de felicidade. A composição do

performativo não se enquadra totalmente no teste sugerido por Austin, mas apresenta formalização e força ilocucionária suficientes para comprovar o performativo explícito. O documento é redigido em terceira pessoa do singular, assinado por um eu-autoridade plural e extralingüístico, apoiado em uma lei anterior e em uma autorização governamental. Há um relator, porta-voz da autoridade constituída, que no uso de suas atribuições legais, resolve “designar” um novo diretor e “dispensar” o atual. Designar e dispensar são verbos exercitivos com força ilocucionária que, proferidos por autoridade investida de poder, concretizam a indicação de uma pessoa para exercer, a partir da data do documento, ou da publicação, a função de diretor, ao mesmo tempo em que exonera o ocupante do cargo até então.

É possível aproximar o enunciado performativo (Resolução 717/80) ao teste sugerido por Austin quanto a sua formalização: “*Eu, Secretário da Educação, designo fulano de tal para exercer a função de diretor...*” o que seria a fórmula ideal para o performativo explícito, segundo os padrões austinianos.

Todavia, o fato de o proferimento não apresentar a forma ideal e condição de felicidade referente à “conduta subsequente” (AUSTIN, 1990, p. 31) não transformou falso o proferimento - o “designado” não assumiu a função nem o “dispensado” deixou de exercê-la - tornando o ato malogrado, pois o ato lingüístico foi praticado, produziu efeitos e conseqüências: a exclusão dos nomes dos ex-diretores da referida lista, entre outros.

A Resolução 717/80 (cf. anexo 8), na prática, não teve o sentido de mudança na rotina de trabalho do estabelecimento, pois o “dispensado” continuou atuando, praticando atos de fala como assinatura em livro de ponto, lavrando atas, avisos internos e outros. O real significado da resolução citada só poderia ser esclarecido através do conhecimento da

situação que levou os sujeitos a praticarem o ato “*professado mas vazio*” (AUSTIN, 1990, p. 33).

## 2.2 O ILOCUCIONÁRIO

Exemplificando a afirmação de Austin segundo a qual “*dizer algo é fazer algo*”, pode-se afirmar que o ato ilocucionário “Síntese do Histórico do Estabelecimento” declara, logo em seu título, um ilocucionário que, se expandido através formalização proposta por Austin, se apresentaria assim: “*Eu, autoridade constituída, declaro ser este a síntese do histórico do estabelecimento*”. Se considerado apenas o enunciado empírico, a verdade reiterada por mais de 35 anos permaneceria intacta, pois é o que se pretendeu fixar por todo esse período de tempo como se pode constatar:

### SÍNTESE DO HISTÓRICO DO ESTABELECIMENTO

Em 02 de Abril de 1.964, foi criada a Escola Isolada Municipal “Dr. Osvaldo Cruz”, localizada à Rua Iguaçu esquina com AV João Bento, Vila Operária, na cidade de Campo Mourão.

A partir de Abril de 1.967, a escola não pode mais figurar como Escola Isolada, pois fazia parte do perímetro urbano da cidade.

Passou a chamar-se Casa Escolar Dr. Osvaldo Cruz, e a fazer parte da 42ª IRE.

Em fins de outubro de 1.977 foi entregue pela CODUSA e 42ª IRE de Campo Mourão, em convênio com a FUNDEPAR e PREFEITURA MUNICIPAL, um prédio de alvenaria onde passou a funcionar a referida Escola com 4 salas de aula, ala administrativa e demais dependências constantes em um prédio escolar, situada na Rua Francisco Albuquerque 235-Jardim Lourdes.

Em 1978 a Casa Escolar “Dr. Osvaldo Cruz”, passou a integrar o Complexo Escolar Marechal Rondon - Ensino de 1º Grau com denominação de Escola Dr. Osvaldo Cruz – Ensino de 1º Grau, com o Plano de Implantação da Lei 5692/71, Parecer n.º 062/75 da

homologação n.º 2129/77 e pelo Decreto de Reorganização n.º 2129/77 e pelo Decreto de Reorganização n.º 5340/78 Diário Oficial-2/8/78.

Em 1.984 foi autorizado o funcionamento gradativo da 5ª a 8ª séries do 1º Grau.

Em 1.989 foi autorizado o funcionamento gradativo do 2º Grau Educação Geral.

Foram designados como diretores os seguintes professores:

Maria da Luz Veiga Mello

Vilma Dadamos Bardal

Nair Kabroski Sindeaux

**Radamira Capelari Hilgert**

**(Há o registro de mais dois nomes entre estes)**

**Leonil Busquim**

Amélia Lopes Capelasso

Tereza Fumiko Kikuti

Maria de Lourdes Galdino

Cláudio Fritzen (Cf. anexo 1 grifo e observação nossos)

(Logo após o transcrito acima está apostado o carimbo do estabelecimento)

Porém, a pesquisa reconstruiu de outra forma a citada síntese e mostrou que as informações não correspondem ao que se compreende numa primeira leitura dos termos *síntese e histórico*. Nesta reconstrução, encontramos um outro desenho da realidade, abaixo exposta, na transcrição:

Observe-se que o verbo “criar” tem força ilocucionária declarativa. Trata-se de um ato declarativo documentado por escrito na época. Mas, opondo um discurso a outro, sete depoimentos declaram que antes desta “criação” acima já havia naquele lugar uma escola comunitária que teve uma curta existência, finda pelo golpe militar. A realidade desta instituição, “Escolinha do Povo”, foi apagada da memória da comunidade escolar durante três décadas e meia (Cf. anexos 13, 14 e entrevistas gravadas). No mesmo ato de criação e recriação do ilocucionário citado, apagaram-se nomes de ex-diretores (cf. anexos 1, 10 e 11).

Textos como atas, comunicados, relatórios finais constando o nome dos aprovados ou não ao término de um ano letivo, livro de ponto dos professores e os ilocucionários analisados, têm como função significativa transmitir informações verídicas sobre o trabalho realizado no estabelecimento a quem interessar e delas necessitar, contemporaneamente, ou no futuro e, são o resultado de ações lingüísticas produzidas sempre em conjunto. Essas ações lingüísticas consensuais adquirem “função comunicativa”. São proferimentos (speech acts, utterances), atos de fala convencionais, quer dizer, ações adequadas, em circunstâncias adequadas, por falantes determinados com o objetivo de alcançar determinados efeitos.

Sob este aspecto, Austin e Bakhtin aproximam-se. Trata-se da concepção Pragmática e Dialógica da linguagem.

### 2.3 O ENTRELAÇAMENTO DE ATOS DE FALA

Os possíveis critérios formais constitutivos dos enunciados performativos explícitos exemplificados por Austin compõem-se de estruturas bastante sintéticas, tais como: “Batizo”, “Aposto”, “Prometo”, “Dou”. Estes seriam “tipos mais comuns de performativos explícitos” (AUSTIN, 1990, p. 59). Mesmo as construções consideradas por ele como mais complexas, parecem não dar conta de explicar a construção formal dos performativos documentais analisados nas seguintes questões: a) a constituição do eu proferidor nos atos administrativos: Resolução 717/80, Portaria 124/65 e Lei Municipal 25/64 (anexos 8, 2 e 3), que se constitui num eu proferidor plural. Compreende-se esse eu proferidor plural como um eu coletivo que indica decisões conjuntas, isto é, resultado de atitudes lingüísticas produzidas pelo acordo entre dois ou mais interlocutores:

A Câmara Municipal de Campo Mourão, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) – Fica o Poder Executivo autorizado a mandar construir 8 (oito) casas escolares (...) (cf. anexo 3).

Neste excerto, decomposto em partes, observa-se a presença de três ilocucionários: “*A Câmara Municipal de Campo Mourão, Estado do Paraná, aprovou...*” ; “*(...) eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:*”; “*Fica o Poder Executivo autorizado a mandar construir (...)*”, (o executivo agindo sobre si mesmo). Por conta disso, a decomposição mostra que a ocorrência do ato de fala expresso pela Lei Municipal 25/64 (cf. anexo 3) realiza-se com a ajuda de vários outros atos de fala, performativos puros ou



primários emitidos pelas comunidades reivindicando escolas; pela câmara, legislando em favor dessas comunidades; do prefeito, sancionando a lei, determinando os padrões da construção, destinando verba - que, por sua vez, foi autorizada por crédito específico - determinando a partir de que data a lei entraria em vigor, entre outros. Considerou-se este contexto de produção do enunciado como um entrelaçamento de atos de fala que ao final instala a ação performativa da linguagem produzindo efeitos transformadores do mundo: a construção de oito escolas.

A Portaria 124/65 (cf. anexo 2), por sua vez, apresenta, além da citação de leis que lhe dão respaldo, um diálogo entre dois sujeitos, interagindo e deliberando em parceria: o prefeito e a chefe de departamento. Esta interação se comprova através de ilocucionários como: “ *O Prefeito (...) resolve:*” ; “*(...) por proposta da Chefe (...)*”, a seguir a resolução conjunta: “*Publique-se e Registre-se*”, seguida da assinatura de ambos.

Todavia não parece correto afirmar que a análise da performatividade da linguagem seja composta apenas da soma, ou do entrelaçamento dos vários ilocucionários constitutivos de cada um dos performativos explícitos analisados. A Resolução 717/80 (cf. anexo 8) que atende a todos os quesitos formais exigidos de um performativo explícito não incluiu o designado na relação dos ex-diretores do estabelecimento (cf. anexo 1) nem no histórico do estabelecimento, não tendo atingido o sujeito indicado no seu comportamento subsequente, isto é, o efetivo trabalho diário no período observado de 15/04/80 a 1º/04/81. O anexo 2, por sua vez, também não revela o apoio dado pela autoridade constituída à iniciativa de construção da “Escolinha do Povo” e ao convite às secundaristas de continuar atendendo a população da “Vila Operária” como professoras primárias.

Conclui-se que a construção formal do performativo explícito não é garantia da possibilidade de sua construção perfeita, conforme o teste proposto, nem o entrelaçamento

de vários atos de fala ou gêneros adequados revela todos os seus significados, e sequer revela como se instalou e se consolidou os fatos *data de criação e a lista de ex-diretores da escola*. Essa impossibilidade já a preconizava o autor: “Há algo que, no momento em que se profere a expressão, está sendo realizado pela pessoa que a profere.” (AUSTIN, 1990, p. 62).

#### 2. 4 O DIÁLOGO RESPONSIVO – A PERFORMATIVIDADE LINGÜÍSTICA

O ponto de vista austiniano aprofunda a análise de Bakhtin e, ao mesmo tempo, explica como os fatos sociais e históricos são constituídos através da ou pela linguagem. Um dos atos de linguagem eleitos para análise neste corpus foi a mobilização do grupo de secundaristas que se dispuseram a alfabetizar adultos na Vila Operária, em Campo Mourão, entre 1963 a 1964, aproximadamente. Disto resultou a construção de uma sala de madeira para usos diversos, principalmente a alfabetização. Batizou-se o prédio com o nome de “Escolinha do Povo”. Embora não se tenha encontrado registro escrito desse ato, dispõe-se do registro oral, que se verifica no depoimento das ex-alfabetizadoras, Estel Ferreira de Mello e Imaculada Conceição Cavalcante e de mais três ex-alfabetizados daquela época, entre outros:

“Ela pegava na minha mão para me ensinar a escrever”, lembra Rosa. Para Estel, encontrar alunos da época pode ajudar no resgate da história da escolinha. (Folha de Londrina, 7/08/99)

A iniciativa da construção de um local para alfabetizar pessoas, realizar reuniões comunitárias e estudos, entre outras atividades, não poderia acontecer sem uma troca dialógica responsiva, evidentemente. Entretanto, o que aconteceu não foi apenas uma troca interlocutiva, foram proferimentos performativos que deram origem ao planejamento e execução daquele projeto educacional. Isto é, os proferimentos emitidos evoluíram em edifício construído e em aulas de alfabetização. Comprovou-se tal processo evolutivo pelas declarações assertivas da professora:

Trabalhamos por este povo, analfabeto e sofrido. Por mais nada. Necessitávamos, na época, de um local para desenvolver as nossas atividades educacionais revolucionárias. Foi então que, onde hoje é o Corpo de Bombeiros; nasceu a “Escola do Povo”. Como o nome diz, era para o povo, onde ele pudesse ter acesso, não só à sala de aula, mas a qualquer atividade condizente com o objetivo de torná-lo mais participativo e mais consciente do seu papel no mundo. A escola foi construída com doações. Não cito nomes pois não me recordo deles. Ganhamos o terreno, madeira e o próprio povo ergueu as paredes da casa que seria por força do destino “Escola”. E ali, fui se não a primeira, uma das professoras de Alfabetização de Adultos – método Paulo Freire. Tínhamos todo o material original deste mestre e tentávamos seguir seus ensinamentos pedagógicos. Recordo-me que não tínhamos material didático. Este necessitava ser confeccionado. (Cf, anexo 13)

A evolução deste processo foi interrompida pela lei do silêncio instaurada a partir de 31 de março de 1964, conforme esta declaração emblemática registrado no anexo 13: “o silêncio total em troca da vida”.

As transformações sociais e políticas ocorridas nesse momento histórico, em grande parte, foram instauradas por palavras com força ilocucionária de ordens como, por exemplo, a ordem de manter silêncio. Como resultado instituiu-se uma nova teia de fatos e outro estado de coisas. A “Escolinha do Povo” deixa de existir e em 02/04/64 surge a Escola Isolada “Dr. Osvaldo Cruz”, (conforme anexo 1).

A data aceita como da criação da Escola Isolada “Dr. Osvaldo Cruz” é uma construção lingüística. Nos depoimentos colhidos, não há registro da data exata em que as portas foram reabertas - provavelmente em fevereiro de 1965 - mas no dia 02/04/64 elas ainda permaneciam fechadas. Só algum tempo após o golpe e o afastamento dos coordenadores do movimento, a chave do prédio foi requisitada (cf. arquivo de pesquisa). Após essa iniciativa, a escola passou a receber orientações da Prefeitura Municipal.

Os proferimentos discursivos do movimento social, calados a partir do golpe de 64, não parecem ficar suficientemente explicados se se disser que foram ocorrências surgidas através das réplicas oportunizadoras de posições responsivas, vinculando um enunciado a outro, conforme defende Bakhtin. O que aconteceu foi a instauração de uma nova teia de fatos históricos.

Bakhtin considera que a relação dialógica é determinada pelas pausas entre um enunciado e outro. Estas pausas definem as fronteiras entre eles. No que se refere à existência da “Escolinha do Povo” e ao movimento socialista, nos dados coletados e analisados, observou-se uma pausa de trinta e sete anos. Somente o resgate da história restaurou os fatos apagados pelo golpe de estado e esquecidos pelo silêncio obrigatório.

Para alguns dos sujeitos requisitados para entrevista, entretanto, a longa pausa parece não ter significado o aniquilamento do discurso de 64. A professora Estel Ferreira de Mello, em seu depoimento, conclui: “Resumindo nosso ideal foi de luta por um Brasil melhor, mais humano e justo. Palavras que ainda hoje soam atuais.” (Cf. anexo 7). Esclareceu também que a sua declaração não deveria ser entendida como sugestão de retomada do discurso político ideológico professado naquele momento, a atualidade referida está adida aos problemas enfrentados pelo povo brasileiro e não deve ser tomado como recuperação de modelos comprovadamente inadequados. Todos os entrevistados

durante a pesquisa foram unânimes num ponto: se havia intenções político-partidárias no trabalho de ação social desencadeado em Campo Mourão este fato não ficou claro a eles, talvez pela rapidez com que tudo aconteceu.

A pausa de três décadas causou efeitos diversos nos sujeitos dos proferimentos. Para alguns, significou a perda do sentido original; para outros, a sua confirmação no sentido de que os problemas sociais perduram. Como exposto anteriormente, não se trata de professar as mesmas soluções, mas de propô-las, sejam quais forem as ideologias subjacentes a elas.

Naquela década, segundo os depoimentos da pesquisa, por iniciativa dos padres João Batista e José Luis, o diálogo ativo e os proferimentos entre a Igreja, a comunidade da Vila Operária e os secundaristas deram origem a uma escola, isto é, uma possível solução a problemas que ainda soam atuais. Relata a professora:

Trabalhamos por este povo, analfabeto e sofrido. Por mais nada. Necessitávamos, na época, de um local para desenvolver as nossas atividades educacionais revolucionárias. Foi então que, onde hoje é o Corpo de Bombeiros, nasceu a “Escola do Povo”.(Cf anexo 13)

As autoridades religiosas não demonstram interesse na recuperação do fato histórico. Nas três circunstâncias em que se procurou a Cúria Diocesana de Campo Mourão com vistas a obter informações sobre registros da passagem dos dois padres pela região e sobre o trabalho junto aos jovens, ou mesmo sobre a criação da escola, não se obteve sucesso. Isto é, a interação não se estabeleceu, os proferimentos não produziram os resultados desejados. Todavia, ao referirem-se aos líderes dos movimentos de ação social em Campo Mourão: “Escolinha do Povo”, grupos de estudos, grupo de bandeirantes, de escoteiros, coral, Cruzada de Ação Social (CAS), campanha para ajudar os flagelados de

uma grande queimada acontecida no Paraná, entre outros, os entrevistados citam a presença dos padres José Luís e João Batista Filho. Sobre a Cruzada de Ação Social coletou-se o depoimento de Anice Simão. Esta refere-se ao trabalho efetuado pelo padre João Batista Filho, líder desse grupo, como “um feixe de luz que iluminou toda a cidade” e afirma que as reflexões levadas a termo nos encontros de sábado, versando sobre a estruturação da sociedade em classes distintas e da necessidade dos mais favorecidos voltarem os olhos aos desfavorecidos, foram conceitos que nortearam a sua conduta até os presentes dias. Enfatiza Anice que até então não havia se dado conta da existência de classes sociais distintas e da possibilidade real de um trabalho em prol dos mais carentes (cf. arquivo de pesquisa). Anice Simão ainda guarda duas atas referentes à composição do CAS. Neste registro, encontra-se aposta a assinatura do padre João Batista Filho (cf. arquivo de pesquisa)

A imprensa local, por sua vez, demonstrou interesse pela notícia, pelo fato histórico, como mostra o efeito sensacionalista da construção da manchete. A edição de 07/08/99 registra o título da matéria da seguinte forma:

#### ESCOLA DESCOBRE SEU PASSADO “SUBVERSIVO”

Colégio faz 35 anos e só agora descobre que foi fundado por um movimento perseguido após o golpe militar de 64. (Cf. anexo 14, *ipsis litteris*)

Sid Sauer, o autor da notícia acima, declarou que o uso das aspas no termo subversivo registrado na manchete é devido à alegação de Estel Ferreira de Mello de que as secundaristas, naquela época, desconheciam os reais interesses subjacentes à ideologia embasadora do movimento. Para o jornalista, a alegação desse desconhecimento

descaracteriza-o, isto é, não houve realmente um movimento socialista. O ponto de vista do jornalista autoriza concluir que não houve um “movimento socialista” (cf. anexo 14) porque as pessoas não tinham ainda estabelecido um contrato de sentido de forma clara e explícita. Entretanto, conforme depoimento do capitão do exército que assumiu a sua função em 1966, em Campo Mourão, responsável pelo repasse das informações ao SNI, Oyrso Cardoso, havia em seu poder um fichário que continha o nome dos “simpatizantes” e dos “possíveis simpatizantes”, ao qual denominou “Grupo dos Onze”. Segundo Cardoso, era um grupo clandestino composto por onze pessoas, profissionais liberais, que se reuniam movidos por interesses não aceitos pela ditadura e com ligações estreitas com outros grupos revolucionários do país. Declarou ainda que tinham seus passos observados pelo Exército e alguns foram chamados a depor em Campo Mourão, tendo um deles sido levado da cidade a fim de prestar depoimento. Esse testemunho coletado revela que os atos de fala proferidos por ocasião da “Escolinha do Povo” e da “CAS” não tiveram as mesmas cores dos do período de resistência clandestina, o “Grupo dos Onze”. O último, por apresentar um contrato de sentido reiterado ao longo do tempo entre seus componentes, provavelmente até o total estrangulamento dessas iniciativas pelo poder militar, no início da década de 70, poderia ser considerado como o “verdadeiro” movimento socialista em Campo Mourão.

Em resposta ao proferimento via rádio, três ex-alunos da turma de 63 atenderam ao chamado. Porém, o sentido discursivo ideológico embasador dos atos daquela época não encontrou eco na retomada contemporânea das idéias e iniciativas do movimento socialista de 64, seja este definido como apenas uma doutrina social da Igreja, conforme advogado pelo professor João Batista, ou como definido por Estel Ferreira de Mello como: “...emergia no país um forte movimento, onde a revolução se daria através da Cultura e da Educação, onde a pessoa de Paulo Freire desempenhou papel fundamental com seu

Processo Revolucionário de Educação/Alfabetização de Adultos”. (Cf. anexo 13). Há uma demanda com forte apelo sobre o registro histórico do fato social e político do movimento social. Aguça a curiosidade da comunidade saber nomes, datas, acontecimentos. Entretanto, as idéias norteadoras do movimento, entendido como movimento socialista com vistas a mudança de regime político propriamente dito não encontrou respaldo em 64, segundo os depoimentos, tampouco na atualidade. Relatam os entrevistados que o objetivo, mola propulsora das suas ações daquela época, era muito mais de interesse filantrópico do que político partidário como se pode confirmar no depoimento:

(...) Trabalhamos por este povo, analfabeto e sofrido. Por mais nada. (...)

Tudo ia muito bem, nosso ideal estava sendo atingido através da ação educativa, sala de alfabetização na época. Contava com mais de trinta alunos. Éramos jovens que lutavam por uma causa nobre: “O Brasil, o Povo Brasileiro!”. Se havia intenções segundas dos nossos coordenadores, não ficamos sabendo. Não houve tempo, foi tudo muito rápido. O golpe de 64 estabeleceu um corte vertical no movimento que foi decepado. (Cf. anexo 15)

Para Bakhtin, a linguagem produz interação humana, seja através do diálogo oral ou escrito. Esta perspectiva parece dar maior ênfase ao enunciado. A interlocução por ele proposta atém-se a uma relação dialógica do tipo oferecimento-aceitação, ordem-execução, pergunta-resposta, sendo determinante da relação a imagem que o locutor tem do interlocutor e vice-versa.

Austin, por sua vez, preocupa-se com a ação praticada no dizer e qual a sua finalidade. O ato humano normatizado, mais do que uma interação comunicativa, é o resultado de uma prática coletiva circunstanciada objetivando a atuação de um sujeito sobre o outro.

O sentido acordado entre os interlocutores, nessa prática coletiva, mostrou contorno mais definido através do confronto dos ilocucionários relativos à mesma circunstância, e



também, por ocasião da retomada posterior desses proferimentos. No que se refere ao confronto do enunciado “Síntese do Histórico do Estabelecimento” (cf. anexo 1) com os depoimentos anexados à pesquisa, observa-se a coexistência de dois discursos: um de apagamento da “Escolinha do Povo” - versão da autoridade constituída - e outro que a consolida (versão dos depoentes). O apagamento da primeira escola, a partir de 64, ocorreu nos registros escritos. Todavia, perdurou na memória das pessoas que por ali estiveram. Pessoas inquiridas, em 2002, declararam ter estudado na “Escolinha do Povo”, em 1967, data em que já era denominada Casa Escolar “Dr. Osvaldo Cruz”, o que comprova a coexistência dos dois fatos discursivos (cf. arquivo de pesquisa). Determinar que as duas escolas são instituições diferentes de fato é afirmar que houve consenso irrestrito sobre os fatos acontecidos em 1964, e este consenso não está claro nos depoimentos coletados. Só estaria se todos os relatos declarassem que as ações praticadas tinham como pano de fundo os pressupostos marxistas e confirmassem o rótulo a eles impingido de “comunistas”. Mas esta é uma das queixas presentes nos depoimentos gravados, isto é, que receberam a classificação sem merecimento. Essa versão parece ser a predominante hoje entre as autoridades constituídas, quando declaram que as escolas são instituições diferentes, de certa forma, esse é um ato de fala que, se levados em conta os depoimentos gravados, é uma imposição de quem tem nas mãos o poder de emitir os proferimentos. A segunda versão permaneceria subjacente até que essas gerações desaparecessem.

Se o fato discursivo referente à data de criação da escola fosse forjado, sob a perspectiva de que sua unidade de sentido correspondesse a uma única circunstância, os performativos relativos a esta, comparados entre si, dialogariam responsivamente, o que não acontece na situação enfocada.

O ilocucionário “Síntese do Histórico do Estabelecimento” (cf. anexo 1) não tem seu sentido composto apenas pelo diálogo, pela seleção lexical ou pela escolha de gênero adequado. Nem o teste de ampliação e explicitação da força ilocucionária, bem como a recuperação do eu-proferidor, conseguem revelar a performance alcançada pela linguagem ali presente. Há de se considerar também como atuações lingüísticas a interrupção do diálogo do grupo de voluntários a mobilizar-se para construir a escola já reivindicada (cf. anexos 5 e 6) e não atendida, e o silêncio imposto ao então movimento socialista, ou como definido por outros como da doutrina social da Igreja, a partir de 31 de março.

#### 2.4.1 Uma Atitude de Linguagem Manipuladora

Embora os anexos 5 e 6 não estejam diretamente ligados à criação da “Escolinha do Povo”, são exemplos de atitudes de linguagem da autoridade constituída que, de forma falaciosa, usa o argumento da necessidade. Esta, por sua vez, seria a justificativa cabível ao ato e verdade do enunciado em si, a admissão de professores municipais para a Vila Operária. A falácia presente nos atos administrativos citados revela-se no confronto destes com os atos imediatamente posteriores a eles: a transferência dos professores admitidos para outro estabelecimento com a seguinte justificativa: “... colocar à disposição (...) até que seja construída a Casa Escolar da Vila Operária...” (cf. anexos 5 e 6). O confronto entre os dados mostra que a linguagem atua no sentido de, mais uma vez, compor duas versões diferentes: numa há uma instituição que necessita de professores (verdade que justificaria a função social do ato administrativo); noutra, a instituição não existe, portanto o funcionário deve prestar serviço em outro estabelecimento. A ocorrência de linguagem demonstra que o significado não está no corpo do enunciado, mas na circunstância que o gerou. Esta, por sua

vez, não se encontra totalmente explícita na força ilocucionária presente no ato de linguagem.

O anexo 1 “cria” a escola em 02/04/64 e apaga a história da escola comunitária. A partir de 31 de março, a autoridade constituída assumiu novas atitudes de linguagem, dentre elas a Portaria n.º 118/64, com a qual designa uma comissão de sindicância justificada para apurar:

(...) possíveis atos, praticados por servidores públicos municipais, contra a segurança do País, do regime democrático e a probidade da administração pública;

Resolve:

(...)

Publique-Se.

Paço Municipal, em 29 de Julho de 1964. (Cf. anexo 7, *ipsis litteris*)

As ex-alfabetizadoras Estel Ferreira de Mello e Herta Irene Probst, na data transcrita neste anexo, ainda não eram professoras primárias municipais, entretanto, o documento acima é uma amostra da imobilização imposta aos atores que dão vida histórica à “Escolinha do Povo” e impõe o silêncio: “(...) É difícil voltar a falar no assunto que fomos obrigados a calar e, de certa forma, apagar da memória para poder continuar a viver.” (Cf. anexo 13). Todavia, a atitude de linguagem da autoridade constituída ao convidar e, posteriormente, contratar as alfabetizadores da “Escolinha do Povo” parece não ser condizente com o medo expresso pelas palavras no proferimento acima, tampouco com os performativos puros presentes na Portaria 118/64, de 29 de julho de 1964, emitida pela

mesma autoridade a designar uma comissão de sindicância para apurar os atos dos servidores municipais:

Considerando, os objetivos das forças armadas, no sentido de restabelecer a ordem democrática no País. Considerando que o Ato Institucional proclamado pelo Comando Supremo da Revolução; estabelece que deverão ser processadas investigações sumárias, para que sejam apurados possíveis atos, praticados por servidores públicos municipais, contra a segurança do País, do regime democrático e a probidade da administração pública;  
Resolve: (Cf. anexo 7)

A resposta poderia ser a confirmação dos proferimentos ouvidos em todos os depoimentos coletados de que os participantes dos grupos de ação social não tinham consciência político-ideológica, agiam por entusiasmo e solidariedade ao próximo em piores condições sociais, fato constatado pela autoridade que emitiu o proferimento.

## 2.5. 1980 - A RELAÇÃO DE EX-DIRETORES E O DIÁLOGO ENTRE ENUNCIADOS

Assim como a questão discutida no item anterior, o segundo ponto levantado pela pesquisa solicita uma montagem de peças de um quebra cabeças: a relação incompleta dos diretores da escola. Se considerados cada um dos performativos em si, constata-se um plano dialógico interno no enunciado que o constitui, ou seja, vários ilocucionários representando vozes entrelaçadas que tentam levar todas as informações que o locutor tem a dizer ao interlocutor dentro da estrutura adequada. Além disso, há a preocupação em cumprir as condições de felicidade propostas por Austin, já citadas no capítulo inicial, a relembrar: a) a pessoa certa realizar um procedimento convencional; b) em circunstância adequada; c) executá-lo por completo e corretamente; d) que todos os participantes tenham a intenção de se conduzirem de maneira adequada no ato e subsequentemente. A Resolução

717/80 (cf. anexo 8) feriu a última exigência austriana ao registrar um nome para direção da escola no período de 15/04/80 a 1º/04/81 (cf. anexos 8 e 9) e as atas datadas de 20/09/80 e 28/10/80 (cf. anexos 10 e 12) acusarem dois outros nomes respondendo pela direção do mesmo estabelecimento como se pode comprovar:

Em, 15/04/80 RESOLUÇÃO N.º 717/80

I – DESIGNAR

Nos termos do art. 15, § 3º, da Lei n.º 6.174, de 16.11.70, (...) para exercer a função gratificada de Diretor da Escola Dr. Osvaldo Cruz (...) e dispensando a atual. (Cf. anexo 8)

Aos vinte dias do mês de agosto de hum mil novecentos e oitenta, às 15:30 horas em uma das salas do Estabelecimento a Senhora (...), Diretora Responsável, efetivou a Reunião Administrativa... (Cf. anexo 10)

Aos vinte e oito do mês de outubro de hum mil novecentos e oitenta, a Senhora (...), Diretora responsável, efetuou a Reunião extraordinária... (Cf. anexo 11)

O registro desse fato de linguagem explica porque o eu autoridade extralingüístico, em todas as reiteraões posteriores do ilocucionário “Síntese do Histórico do Estabelecimento”(cf. anexo 1) e na homenagem prestada aos ex-diretores através da galeria de fotografias, confirma a exclusão dos nomes dos sujeitos designados pela resolução e pelas atas citadas acima. O nome mantido corresponde ao do sujeito “dispensado” pela mesma resolução. O cotejo confrontador dos performativos citados explica ainda o uso do adjetivo “responsável” que acompanha o nome do diretor nas atas referidas. Trata-se da declaração: “Diretora responsável ...” (cf. anexos 10 e 11). O uso do vocábulo não se explica no corpo do enunciado, mas desenha-se pelo contraponto entre os vários enunciados referentes à mesma circunstância, a saber: relatório final, resolução, livro de ponto, atas, entre outros.

Para conferir veracidade à Resol. 717/80 (cf. anexo 8), o funcionário designado assina os relatórios finais expedidos em 1980. Esses documentos, os únicos enviados para

a mantenedora, refletem um diálogo parcial cuja linguagem cria o fato discursivo sem o comportamento subsequente dos sujeitos em questão.

## 2.6 GÊNEROS DO DISCURSO – A CONVENÇÃO AUSTINIANA

Mais importante que a escolha adequada do gênero e da construção formal dos performativos, a leitura dos dados mostrou ser a atuação da linguagem efetiva quando os interlocutores estabeleceram, consensualmente, um acordo significativo em relação ao objeto em questão. Esse contrato lingüístico garantiu a ação e, às vezes, a própria linguagem constituiu um fato histórico.

A declaração assertiva que “cria” o Colégio Estadual “Dr. Osvaldo Cruz” (cf. anexo 1) foi proferida em circunstâncias atípicas correspondente ao momento histórico brasileiro de implantação de um regime ditatorial. A citada declaração abre o enunciado “Síntese do Histórico do Estabelecimento” que, por sua vez, não apresenta como a Resolução 717/80 (cf. anexo 8), “... procedimentos especiais e forma legal para que se expresse validamente... (MEIRELLES, 1995, p. 135). O anexo 1 configura-se num performativo primário, isto é, aquele cujo eu proferidor e verbo de força ilocucionária encontram-se apagados. O desvelamento do eu do proferimento ocorre pela aposição do carimbo da escola, fato que, de certa forma, autentica o enunciado ao lhe dar feições oficiais.

Esses recursos propostos por Austin não fornecem ao ilocucionário o amparo do gênero da resolução citada. Apesar disso, este foi mais feliz do que o performativo explícito correspondente à Resolução 717/80 (cf. anexo 8), mesmo depois de revelados os seguintes fatos: a existência da “Escolinha do Povo”; a inexistência de performativos explícitos “criando oficialmente” o atual colégio; registro arquivado da Resolução 717/80 e das atas

de 20/08/80 e 28//10/80 (cf. anexos 8, 10 e 11) os sentidos estabelecidos antes ao projeto de resgate histórico perduraram, em muitos aspectos. A comunidade escolar ainda declara que a escola foi oficialmente criada em 02/04/64 (cf. anexos 17 e 19) e mantém a exclusão da “designação” dos dois nomes para responderem pela direção no ano de 1980 (cf. anexos 15 e 16), mantendo como verdade o nome do sujeito “dispensado” pela resolução.

O ato discursivo que estabeleceu a “criação” da escola, tomado numa circunstância autoritária de “cala a boca”, não careceu de “formas legais” válidas para ser imposto. Apagou-se do registro escrito a “Escolinha do Povo”, porque a facção política que tomou o poder sentiu-se ameaçada pelo trabalho pedagógico voluntário de cunho marxista, ainda que esse pressuposto ideológico, conforme afirmaram as depoentes, não estivesse claro em suas consciências. O eu autoridade determinou, naquela circunstância não democrática, o que seria construído e institucionalizado como fato histórico, ato efetuado também no registro escrito. Percebeu-se que os fatos históricos sem o estatuto da escrituração, dependentes apenas da memória e da retomada oral, desapareceriam aos poucos, junto com aqueles que os conheciam.

A força institucionalizadora da palavra escrita, juntamente com o lento, mas inexorável esquecimento e as consecutivas reiteraões do documento justificam, possivelmente, a permanência da mesma data de criação da escola após o projeto de resgate histórico “Comemorar é Conhecer”.

Quanto à segunda teia de fatos discursivos analisada, em 1980 coexistem, de certa forma oficialmente, duas realidade diferentes. No âmbito da comunidade escolar, a Resolução 717/80 (cf. anexo 8) não se institucionalizou apesar do seu aparato formal e presunção de legitimidade. Junto à mantenedora, por sua vez, é considerada verdadeira. Esta dupla versão discursiva possivelmente coexista, dado o diálogo responsivo

estabelecido em condições menos autoritárias que 1964 e a imposição velada, aparentemente não violenta, da referida resolução, da qual houve aceitação parcial. Os interlocutores não ocupavam posições partidárias opostas, fato que, apesar da hierarquia, possibilitou a manifestação de resistência e insubordinação quanto à inclusão do nome do “designado” na relação de ex-diretores.

Sobre o tipo de sujeito que está por trás de um eu extralingüístico, a própria autoridade constituída, em 20 de outubro de 1964, assim se define pelo Decreto n.º 15/64:

(.....) Título II

Das Atitudes

(.....)

No seu trato com o contribuinte, lembre-se de que, para êle,  **você representa mais a própria organização da Administração Pública do que a si mesmo.** (De fato, pouca atenção damos a êste particular, mas a verdade é que o contribuinte, ao **dirigir-se a Você, não pretende nada de sua pessoa mas sim da Prefeitura que você representa. É importante não esquecer êste pormenor.**(Cf. arquivo de pesquisa, grifos nossos)

São procedimentos tomados para garantir que o ato de fala concretize uma ação efetiva “com a finalidade pública” (MEIRELLES, 1995, p. 132), executada de forma legítima. Um ato administrativo deve ser a resposta ativa a uma reivindicação social, caso contrário, não procede a sua finalidade.

A resposta às reivindicações da população da “Vila Operária”, em 1963, encontram-se registradas de forma indireta através das Portarias 17 e 30/63, expedidas pela autoridade municipal da época. Porém, os entrevistados declararam que, nessa época, a coletividade já havia erguido a sala de madeira e o projeto piloto estava em andamento. Segundo as duas



ex-alfabetizadoras, Estel Ferreira de Mello e Imaculada Conceição Cavalcante, o trabalho voluntário aconteceu em 1963. Só depois de certo tempo passaram a receber ajuda de custo da entidade denominada FATER.

As portarias citadas acima, se lidas como resposta a reivindicações sociais, teriam a admissão de duas professoras municipais justificadas e, ainda, permitiriam auferir veracidade, mesmo que indiretamente, de “criação” da escola por iniciativa da autoridade constituída, embora em data diferente de 02/04/64. Todavia, o emaranhado discursivo desenhado mostra um labirinto. A Portaria n.º 18/63, com a mesma data que a de n.º 17, resolve:

(...) Colocar à disposição do Grupo Escolar Lar Paraná (...) Áurea Pereira – admitida pela Portaria n.º 17/63, até que seja construída a Casa Escolar da Vila Operária, desta cidade. (Cf. anexo 5)

Igual procedimento ocorreu em relação à Portaria n.º 31/63:

(.....) Resolve:

Colocar à disposição da Direção do Grupo Escolar “Mal Rondon”, (...) – Eleny Teodoro de Oliveira, admitida pela Portaria n.º 30/63, vigorando esta Portaria até que seja construída a Casa Escolar da Vila Operária, desta cidade. (Cf. anexo 6)

O discurso implícito, nos dois primeiros atos administrativos, corresponde ao argumento da necessidade: na Vila Operária, não há “Professôra Auxiliar”(cf. anexos 5 e 6), portanto, as admissões procedem. Ato imediato a estes declaram a impossibilidade de o funcionário admitido exercer a atividade porque não “havia escola” (idem) na referida localidade. São atos que modificam a circunstância desenhada pelas Portarias 17 e 30/63

(cf. anexos 5 e 6). Comprovam, ainda, a falácia expressa na justificativa implícita da admissão. Os atos de “admitir” e “transferir” encobrem, pelo uso da linguagem, a fuga da função social concernente ao ato administrativo.

A construção referida na última citação só foi autorizada no ano seguinte através de ato administrativo, em 25/07/64, através da Lei n.º 25/64, noutra gestão municipal. Apesar de as entrevistadas declararem que a escola ficou fechada alguns dias após o golpe militar, o registro seguinte do nome das primeiras professoras da Escola Isolada Municipal “Dr. Osvaldo Cruz” não é de 1964, mas de janeiro de 1965. Trata-se das Portarias 123 e 124/65 ambas de 20/01/65. Assim não há como confirmar a data de 02/04/64 como de “criação” da escola e, sim, do apagamento da existência da “Escolinha do Povo”.

As Portarias 17 e 30/63 apresentam gênero adequado à finalidade pretendida, os procedimentos foram corretos, emanados da pessoa certa, na circunstância adequada. Entretanto, o cotejo confrontando os fatos discursivos (Portarias 17 e 30/63, 18 e 31/63, 123 e 124/65) revela realidades tecidas de forma diferente entre si. No que se refere aos quatro atos emitidos em 1963, a tentativa de recuperação da circunstância geradora e/ou gerada pela linguagem parece dizer que não cumpriram a sua “finalidade pública” (MEIRELLES, 1995, p. 132). Não se justifica admitir, em final de mandato, funcionários para uma escola antes da sua construção. A linguagem constrói um fato discursivo unicamente. Uma pergunta ficará sem resposta: por que não foram admitidas as voluntárias que já estavam trabalhando na mesma função na sala de madeira.

Em 1999, ocasião do resgate da existência da “Escolinha do Povo” (cf. anexos 14 e 15), propôs-se a construção de uma nova teia histórica no âmbito da comunidade escolar em relação à mudança da sua data de criação e a relação de seus ex-diretores. Os proferimentos foram veiculados através de gêneros mais amplos como os denominados

“universo das declarações públicas sociais e políticas” (BAKHTIN, 1990, p. 280), ou seja, carta-depoimento, notícias de jornal, proferimentos via rádio, reuniões com a comunidade escolar, entre outros. A proposição objetivou estabelecer acordos de linguagem como a nova data de criação da escola e um novo debate sobre a relação de ex-diretores. Estabeleceram-se exigências de uma nova convenção, mas com características maleáveis como as descritas por Austin. Um possível consenso entre os interlocutores corrigiria e reconstruiria o rumo da história, através do redimensionamento da linguagem e dos fatos. Porém, como se constatou nas reiterações posteriores à data de nascimento do atual colégio continua registrada como sendo 02/04/64 e permanece inalterada a relação excludente dos ex-diretores.

## Capítulo III

### ATOS DE FALA: A LÍNGUA VIVA

Os fatos lingüísticos a gênese do Colégio Estadual “Dr. Osvaldo Cruz” (o apagamento da “Escolinha do Povo”) e a relação de ex-diretores da escola (o apagamento da Resolução 717/80) correspondem a acordos de sentido produzidos socialmente, os atos de fala de Austin. Destes acordos, forjaram-se enunciados performativos constitutivos do foco de análise, no presente capítulo. Através destes enunciados, versões históricas correspondentes à data de criação e relação de ex-diretores da escola, sedimentaram-se e perduraram durante décadas. Institucionalizaram-se, conforme Searle.

Nos momentos destacados, a linguagem teve o papel fundamental de ato, ao proporcionar transformações histórico-sociais. As novas ações de linguagem provocaram novos efeitos e conseqüências, constituindo a língua viva, nas palavras de Bakhtin e o uso performativo da linguagem, nas de Austin.

Este último, na VIII Conferência, conceitua o denominado ato de fala, sem aludir com isso apenas ao ato físico mínimo de articular sons, mas no sentido de “ao fazer x estava fazendo y, isto é, ao dizer x estava fazendo y, portanto, ao dizer que antes de 02/04/64 já havia uma escola funcionando na data n.º 1 da quadra 179, área considerada central no mapa pioneiro da sede do município, pretendeu-se estabelecer que antes do atual colégio já havia atividades pedagógicas naquele local, no mínimo, em 1963:

O Colégio Estadual Dr. Osvaldo Cruz, que ontem comemorou 35 anos de fundação, é fruto de um “movimento socialista” que existiu no município no início da década de 1960 e que foi sufocado pelo golpe militar de 1964 (...).(SAUER, Sid. Folha de Londrina, 07/08/99)

### 3.1 A PRODUÇÃO SOCIAL DE SIGNIFICADO - A GARANTIA DA PERFORMANCE

Para refletir sobre o que se faz ao se produzir um ato total de fala, (enunciados significativos, em circunstâncias concretas e únicas), ao buscar uma explicação sobre o que se faz ao se dizer alguma coisa, evoca-se a gênese desta dissertação, em 1999. Reiterando o relato da introdução, as atitudes de linguagem tomadas no transcorrer do resgate histórico promovido no projeto “Comemorar é Conhecer” encontraram eco nos atos de fala proferidos no curso “Seminários de Dissertação”. Os enunciados performativos produzidos nessa ocasião versavam sobre conceitos como verdade, método, leitura de dados, função social da pesquisa, sobre como sair da aparência (fenótipo) e alcançar a gênese, isto é, a origem dos fenômenos (genótipo). Estas reflexões tiveram por base, entre outros, textos de Proust e Vygotsky. Para o último, a noção de método enquanto processo compreende:

Através do qual um fenômeno é explicado com base na sua origem, e não na sua aparência externa (...). quando me refiro a estudar um problema sob o ponto de vista do desenvolvimento, quero dizer revelar a sua gênese e suas bases dinâmico-causais. Por análise fenotípica entendo aquela que começa diretamente pelas manifestações e aparências comuns de um objeto. É possível dar muitos exemplos, em psicologia, de sérios erros causados pela confusão entre esses dois pontos de vista. (VYGOTSKY, 1991, p.71)

O enunciado “Síntese do Histórico do Estabelecimento” (anexo 1), aceito como verdade pronta e acabada, equivaleria no conceito vygotsquiano, ao “princípio de morte” da “Escolinha do Povo”, uma vez que durante mais de três décadas admitiu-se:

Em 02 de Abril de 1964, foi criada a Escola Isolada Municipal “Dr. Osvaldo Cruz”, localizada à Rua Iguacu esquina com AV João Bento, Vila Operária, na cidade de Campo Mourão. (Cf. anexo1)

Para o autor, a análise ideal seria a busca da explicação do fenômeno retornando à sua gênese, isto é, ao “genótipo”.

Se a existência da “Escolinha do Povo” permanecesse oculta, pode ser que o equívoco histórico perdurasse para sempre. Dessa forma, o atual colégio teria como nascimento 02/04/64 e também a relação institucionalizada e excludente de diretores predominaria. Os fatos de linguagem presentes no anexo 1 seriam explicados pela sua aparência externa, um fenótipo, uma vez que performativos legais não foram encontrados durante a pesquisa, de forma a comprovar a “criação” da atual instituição, e outros registram a designação de mais dois nomes como diretores (cf. anexos 8 e 12).

Os atos de fala produzidos no curso “Seminários de Dissertação” foram a origem de um processo reflexivo, de certa forma, longo e penoso. Por aproximadamente dois meses, a dúvida entre relatar ou não o fato histórico presenciado há 36 anos povoou a consciência da pesquisadora. Havia evidências claramente expostas sobre o que se relatava, porém encobertas pelo véu do cotidiano, invisíveis a olhos desavisados. Apesar do ilocucionário relativo à data de criação do estabelecimento, sempre reiterado, uma pergunta apenas bastaria para que a dúvida fosse instalada: por que a escola iniciou suas atividades dois dias

após o golpe, momento de convulsão no país? Porém, para que o ato de fala se concretizasse, possivelmente restaurando o fato histórico, no qual a linguagem fosse usada com sentido e referência, urgia romper uma barreira de silêncio de 36 anos. Seria uma atitude de linguagem com o intuito de tentar propor um novo acordo lingüístico que, por sua vez, institucionalizaria nova versão histórica.

A primeira impressão pode ser de que a ação tenha ocorrido apenas internamente, de forma subjetiva. O eu voltado exclusivamente sobre si. Se as discussões sobre conceitos como: verdade, genótipo, fenótipo dentre outros, não acontecessem, com certeza, os atos de fala reveladores da existência da Cruzada de Ação Social, das aulas de alfabetização, da mobilização comunitária para construção da escola não teriam sido resgatados (cf. anexos 13, 14 e entrevistas gravadas). De forma, mesmo que indireta, a revelação da existência da “Escolinha do Povo” foi uma produção social de linguagem. Nesta, pretendeu-se forjar significados nos quais a linguagem teria sido usada como representação do real. Se os enunciados performativos ( anexos 13 e 14) fossem constituídos apenas pelo eu empírico, sem interação dialógica responsiva ativa, a existência do projeto piloto de alfabetização de adultos não teria sido retomada. Uma decisão como a relatada é encarada neste trabalho como uma atitude de linguagem igual à de exclusão do funcionário designado pela Resolução 717/80 (anexo 8), que, mesmo respaldado por esse performativo puro, não teve seu nome incorporado na relação de ex-diretores do estabelecimento.

As decisões de revelar o trabalho das voluntárias, permitir a permanência da exclusão ou da inclusão de dois nomes registrados nos documentos escolares como ex-diretores, em 1980, na galeria (cf. anexos 14 e 16), serão referidas, entre outros fatos, como atitudes de linguagem. São atos de fala entendidos como resultado de um processo de reflexão, ou um tipo de comportamento lingüístico adotado pelo falante que, por ser, como

qualquer proferimento, um ato verdadeiro, conseqüentemente está sujeito a produzir efeitos e conseqüências. Enquanto processo de reflexão, exige do eu proferidor um período de silêncio, de deliberação e resolução que resultará numa decisão lingüística, num determinado comportamento de linguagem. A expressão foi emprestada do professor Roncari que a usou em seus proferimentos durante o curso “Seminários de Dissertação”. Estes foram a resposta ativa aos atos de fala calados pelo golpe militar em 1964. A recuperação do contexto histórico elucida a produção do significado forjado e institucionalizado após 31 de março: o Colégio Estadual “Dr. Osvaldo Cruz” foi “criado” em 02/04/64. Ao se apagar a “Escolinha do Povo” do registro histórico, são instauradas duas teias discursivas: a oficial e a extra-oficial. No processo de produção consensual de linguagem aqui descrito ainda há etapas como: a retomada do contexto (1964); a revelação do fato histórico e as reações aos performativos proferidos.

### 3.1.1 1964 - Atos de Fala Históricos

Da atuação orquestrada pela Igreja no período, em Campo Mourão, destaca-se a “Escolinha do Povo”. Esta pesquisadora presenciou, como acompanhante, na infância, por volta de 1963, as aulas ministradas por Estel Ferreira de Mello (cf. anexo 13), professora do curso de alfabetização para adultos na “Escolinha do Povo”. Com o golpe militar, as aulas findaram imediatamente. Tomou seu lugar, segundo a versão oficial, a partir de então, a Escola Isolada “Dr. Osvaldo Cruz”.(cf. anexo 1). Este ilocucionário declarativo foi produzido de forma unilateral, posto excluir parte dos interlocutores, os adultos alfabetizando, alfabetizadores e os coordenadores do grupo de voluntárias.



Depois de 31 de março, pouco ou nenhum ato de fala foi proferido sobre esse assunto no meio familiar (cf. anexo 14). Houve um acordo selado através do silêncio. O material didático (sob orientação de Paulo Freire, conforme já exposto) elaborado pelas alfabetizadoras, panfletos e registros dos coordenadores do grupo foram guardados na casa de Estel localizada, na época, na zona rural do município. Esse material foi incinerado, posteriormente, por precaução.

### 3.1.2 Nem Isolada do Perímetro Urbano, Nem do Mundo

A pequena construção de tábuas foi um ato de fala com propósito mais amplo do que poderia supor uma leitura superficial. Inserida na história das reivindicações das massas, mostra a participação de segmentos da sociedade lutando pela inserção dos marginalizados, através do conhecimento. A “Escolinha do Povo” trouxe a Campo Mourão o movimento socialista que se estendia por todo o Brasil e que Estel Ferreira de Mello compreendeu mais tarde, conforme seu relato, fazer parte de “*um movimento mundial*”. Confirmando o relato de Estel Ferreira de Mello, Imaculada Conceição Cavalcante afirmou que uma das líderes do movimento em Campo Mourão, Raquel Felau, teria viajado a Porto Rico, ilha caribenha sob o domínio dos Estados Unidos, da qual teria trazido livros em espanhol, cujas capas foram arrancadas, após o golpe, para que não fossem queimados como o resto do material que ficara sob sua guarda. Esclarece que o material didático foi abandonado pelos coordenadores do grupo, na fuga empreendida em 31 de março, entretanto não soube afirmar se a viagem esteve ligada a um movimento político internacional (cf. arquivos de pesquisa).

A década de 60 foi período fértil para a proliferação de movimentos sociais reivindicatórios das camadas populares que buscavam maior participação política reivindicando igualdade econômica e social. Esse período registra no mundo a tentativa de expansão socialista em redutos capitalistas ou por eles dominados. Essas pretensões socialistas, no Brasil, foram esmagadas pelo golpe militar, assim como o ocorrido com a “Escolinha do Povo”.

A recuperação das circunstâncias em que aconteceram os enunciados performativos explica os mecanismos lingüísticos originários dos atos de fala. Estes atos de fala instauradores de uma versão discursiva não correspondem aos fatos empíricos, como mostra a exclusão da “Escolinha do Povo” e seu esquecimento ao longo dos anos. Só a compreensão do momento histórico permitiu trazer à luz a negação da existência da primeira escola e a investidura dos movimentos de massa em Campo Mourão.

Integrados na mesma troca lingüística, aconteceram o “Comício das Reformas” com a presença de João Goulart, em 13 de março de 1964 e a conseqüente resposta coletiva da facção política contrária com a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, em 19 de março do mesmo ano, proferimentos ilocucionários cujo desfecho se deu em 31 de março. Constituíram atos de fala totais, com força ilocucionária suficiente para a instalação de uma versão histórica.

Dentre as precauções tomadas a fim de evitar possíveis perseguições, incluiu-se uma postura acrítica frente ao regime imposto (cf. arquivo de pesquisa). A possibilidade de ter um membro da família considerado “subversivo” (cf. anexo 14), candidato a ser investigado e punido pelo DOPS, foi, durante a vigência do regime militar, motivo de grande preocupação. A abertura democrática não apagou a angústia e o medo, como já dito anteriormente. A atitude de linguagem no sentido de romper o silêncio de 36 anos e revelar

a existência da “Escolinha do Povo” foi uma decisão tomada por conta das reflexões sobre os atos de fala proferidos durante o curso “Seminários de Dissertação”. Tal curso proporcionou momentos interativos ricos em produção de linguagem significativa, decisivos para que os atos de fala se concretizassem e “ressurgisse” a “Escolinha do Povo”. Através desses atos, intencionou-se estabelecer na comunidade novos acordos que fixassem uma nova “teia” de fatos históricos, políticos e sociais, em relação à escola e à cidade. Esses atos de fala, se aceitos, inseririam a “Escolinha do Povo” na pauta histórica mourãoense: o atual Colégio Estadual “Dr. Osvaldo Cruz” teria sua data de “criação” provavelmente em fevereiro de 1965 e seria revista a lista de nomes dos ex-diretores do estabelecimento. Entretanto, a linguagem enquanto ação, produzindo socialmente significados, é um processo complexo cujo diálogo, propiciador eficiente de acordos, não ocorre abruptamente, nem por decreto ou resoluções.

### 3. 1.3 1999 - Atos de Fala Reveladores

Antes de trazer a público o fato esquecido, isto é, a existência da “Escolinha do Povo”, solicitou-se a anuência dos protagonistas da história. O performativo inquiridor objetivando resposta positiva da primeira diretora do atual colégio e da ex-professora Estel sobre a possível revelação da “Escolinha do Povo” e, com isso a aceitação em expor o passado, foram proferimentos nos quais dizer foi fazer e, a partir dessas atitudes de linguagem, novos atos de fala foram acontecendo. Como já dito anteriormente, a retomada do passado em todas as instâncias foi, como deveria ser, consensual, uma vez que produziria efeitos e conseqüências sobre o comportamento e sentimentos das pessoas nele envolvidas. O golpe militar de 64 e a posterior perseguição política dele advinda foi a causa

da interrupção do diálogo. Retomá-lo foi penoso e, para alguns protagonistas, até mesmo, impossível. Para estes o silêncio, ainda hoje, é uma proteção:

Desde o golpe militar de 31 de março de 1964, a professora Estel de Mello Figueiredo manteve um silêncio sobre a “Escolinha do Povo”. Ela só voltou a falar sobre o assunto no dia 6 de julho deste ano, numa carta endereçada à irmã, Nelci Mello Tomadon, que estava iniciando o trabalho de resgate histórico do atual Colégio Osvaldo Cruz. Confira a seguir, alguns trechos da carta escrita 35 anos, 3 meses e 6 dias depois do golpe militar.

É difícil voltar a falar no assunto que fomos obrigados a calar e, de certa forma, apagar da memória para poder continuar a viver. (Cf. anexo 14)

Proferir atos de fala de forma a alçar a “Escolinha do Povo” ao estatuto de história institucionalizada demandou um amplo acordo entre os interlocutores do diálogo atual, comunidade escolar e remanescentes da experiência de 64. A professora Maria da Luz Veiga Mello foi um dos interlocutores construtores de novos significados, recuperando a “teia” de fatos discursivos históricos: a “Escolinha do Povo” que, entre outros, mostrou à comunidade mourãoense que o Colégio Estadual “Dr. Osvaldo Cruz” configura-se num desenho histórico impresso sob o peso da repressão.

Inicialmente, a revelação feita no meio escolar gerou surpresa. O sentido pejorativo demonstrado na primeira impressão ao se ouvir o diminutivo “Escolinha do Povo”, aos poucos, transformou-se. Passou a significar um ato de fala louvável, estabelecendo então um novo sentido ao termo. O que antes pareceu menor, passou a ser digno de menção, de ser objeto de atos de fala contando à comunidade mourãoense o fato histórico. Essas atitudes de linguagem aconteceram em duas oportunidades, através da Rádio Colméia, e tiveram grande repercussão. A esse fato somou-se a entrevista solicitada pelo jornalista Sid

Sauer, da Folha de Londrina, sucursal de Campo Mourão, publicada na Folha em 7 de agosto de 1999, seção “Cidades” (cf. anexo 14). Se a sociedade tornou louvável o resgate histórico, no meio familiar dos envolvidos neste processo dialógico, teve como efeito perlocucionário o retorno da apreensão vivida nos anos 60. A professora Maria da Luz, ao ouvir o primeiro proferimento radiofônico parece ter revivido toda preocupação. Durante os meses seguintes, até a comemoração dos 35 anos da escola, mudou de intenção, arrependeu-se. Repetidas vezes, seus atos de fala manifestaram o desejo de que nada mais fosse revelado. “Era perigoso remexer no passado, poderia haver represálias” (cf. arquivo de pesquisa).

Porém, esses atos de fala expressando arrependimento não surtiram os efeitos desejados, quer dizer, não estabeleceram acordo significativo, anulando a atitude de linguagem anterior. O projeto de resgate histórico continuou, não foi possível revertê-lo, ou interromper o processo. A questão pendente a partir disso seria: por que o segundo performativo que manifestou arrependimento não teve a força de anuência do primeiro? O proferimento da ex-diretora não teve força ilocucionária porque não foi apreendido pelo interlocutor? Pode-se concluir que não bastou, nesta ocorrência, a satisfação das condições de felicidade. O proferimento de arrependimento atendeu a todas elas, entretanto não alcançou produzir o efeito desejado pelo locutor, a imposição do silêncio. Isto aconteceu porque o eu proferidor não conseguiu estabelecer um contrato de sentido com o interlocutor.

### 3. 2 REAÇÕES AOS ATOS DE FALA - A INTERLOCUÇÃO

Três ex-alunos da primeira turma de alfabetização da “Escolinha do Povo”: Neide Aparecida Lopes, Rosa dos Santos Andrade e o marido Pedro Rodrigues de Andrade, cujas fotografias estão estampadas na notícia da Folha de Londrina (cf. anexo 14), além de reagirem ao ato de fala, atendendo ao chamado, confirmaram a versão histórica contemporânea sobre o trabalho pedagógico desenvolvido na primeira escola. A atitude lingüística tomada pelos três sujeitos configurou-se no efeito dos ilocucionários veiculados pela Rádio Colméia, os perlocucionários austinianos. Tal atitude de linguagem ajudou a forjar o significado proposto pelos proferimentos iniciais: a recuperação da “Escolinha do Povo”.

A partir dessa etapa, composta de atos de fala predominantemente orais, passou-se à pesquisa de atos administrativos de 1963 a 1964, na Prefeitura Municipal de Campo Mourão, em cujos registros constasse a criação da “Escolinha do Povo”, ou do Colégio Estadual “Dr. Osvaldo Cruz” ou ainda contatos com pessoas que lá trabalharam. Os performativos documentais encontrados citam apenas indiretamente a atual escola, mas não são atos de criação propriamente ditos: as Portarias n.º 123 e 124/65, de 20 de janeiro de 1965 (anexos 2e 4), nas quais as professoras Estel Ferreira de Mello e Herta Irene Probst foram contratadas para dar aulas no “magistério primário municipal”; a lei municipal 25/64, de 25/07/1964 (cf. anexo 3); a relação de professores municipais do mesmo ano das portarias acima, (cf. arquivo de pesquisa) na qual encontra-se o nome de Estel Ferreira de Mello como professora da já então Escola Isolada Municipal “Dr. Osvaldo Cruz”.

Estes registros, conforme a teoria austiniana, são atos ilocucionários. Os dois primeiros, performativos explícitos puros, isto é, apresentam claramente o eu proferidor e o

verbo de força ilocucionária; o terceiro, um performativo implícito, pois apresenta o apagamento da primeira pessoa e do verbo ilocucionário, como já discutido no primeiro capítulo.

Os atos de fala responsivos relatados, a partir da revelação do fato histórico, não se esgotaram no período de duração do projeto “Comemorar é Conhecer”. Perduram, haja vista a reiteração da “Escolinha do Povo” no projeto da Prefeitura Municipal intitulado “Campo Mourão, Cidade dos Painéis”, em 2001.

Apesar de esse relato compor apenas pequena parte dos acontecimentos políticos vividos então, tem-se consciência de que muitos acordos de sentido estão latentes, à espera de novas atitudes de linguagem que redesenhem a história e que eliminem preconceitos quanto ao trabalho pedagógico do grupo de voluntários e o reconhecimento da Cruzada de Ação Social, da formação do grupo de Bandeirantes, entre outros, todos movimentos ocorridos na mesma época e desencadeados pela ação da Igreja. Os entrevistados engajados no trabalho voluntário no início dos anos 60 são unânimes em afirmar que o trabalho tinha a ver, principalmente com beneficência, com a conscientização dos problemas do outro, do que com questões político-ideológicas, mesmo que estas estivessem subjacentes ao método de alfabetização praticado na “Escolinha do Povo” ou nos debates de sábado da CAS.

### 3.3 ATOS DE FALA TOTAIS

Na abordagem desta dissertação, optou-se pela observação do alcance dos atos de fala além das circunstâncias em que foram forjados e seus efeitos nos anos 2000 e 2001. Entende-se que a aceitação de significados construídos através do uso da linguagem, tais como a “criação” da escola em 02/04/64 (cf. anexo 1), a designação de um diretor de

direito, e o trabalho efetivo de outros (cf. anexos 8, 10 e 11), serão institucionalizados como fatos históricos. Assim sendo, um ato de fala total, entendido como fato histórico lingüístico, pressupõe os efeitos desencadeados a partir do proferimento, isto é a observação da real ação performativa da linguagem.

Sob esta perspectiva de leitura, é possível anular um ato de fala e substituí-lo por outro de teor contrário, como foi a reação demonstrada pela primeira diretora da Escola Isolada “Dr. Osvaldo Cruz”? A intencionalidade que pode levar a um performativo feliz é unilateral? Por que pessoas ligadas ao grupo de jovens de 64, contatadas no levantamento do corpus da pesquisa, aceitaram dar entrevista para esta dissertação e não cumpriram a promessa?

Para Austin, usar a linguagem é uma forma de realizar atos de fala, que são, em grande parte, a matéria constitutiva dos fatos que compõem, por exemplo, a “criação” da escola e a relação incompleta de ex-diretores do atual colégio, pois neles a linguagem não é respaldada em acontecimentos: ela é o próprio fato.

A Resolução 717/80 caracteriza-se como um ato de linguagem infeliz posto não ter havido comportamento subsequente dos implicados, isto é, o sujeito designado não compareceu ao estabelecimento para exercer as suas funções de diretor, nem o dispensado deixou de exercê-la. Uma designação é um performativo explícito com força ilocucionária exercitiva, não se trata de uma promessa cuja intenção possa ser cumprida ou não. A leitura dos dados coletados: livro de ponto, avisos internos, atas do período, designações, registram a ocorrência de um abuso lingüístico porque não houve o comportamento subsequente. Constataram-se duas teias discursivas diferenciadas. Para a mantenedora, a relação de ex-diretores da escola é uma; na comunidade escolar, outra. Em ambas as instâncias, a linguagem atua no sentido de compor ou eliminar acontecimentos de acordo



com a intenção de quem detém nas mãos o poder de emitir o proferimento. A assertiva é comprovada pela aposição do visto da Inspeção de 1º Grau no livro de ponto nos dias 28/05/80; 27/09/80 e 25/10/80. Tal procedimento comprova a fuga da função social do ato administrativo em questão.

Os performativos, quando reiterados, institucionalizam a história de forma a estabelecer uma teia de fatos discursivos, consolidando-a. Os citados, na verdade, institucionalizaram no meio escolar o diretor dispensado, isto é, aquele que exerceu a função preterida pelo que foi designado através do ato administrativo, como se comprova pela exclusão da sua fotografia da galeria dos ex-diretores.

A reiteração dos atos de fala proferidos em 1964 e 1999, em 2000 no regimento escolar e, em 2001 no lançamento do projeto “Campo Mourão: Cidade dos Painéis” revelou acordos de linguagem que ao serem retomados e confirmados pela autoridade constituída, no ponto de vista desta pesquisa, caracterizam-se como atos de fala totais.

Atitudes de linguagem visando construir uma nova teia discursiva de fatos históricos foram tomadas em relação à “criação” do atual colégio e sua relação de ex-diretores. A intenção era restabelecer o discurso apagado da “Escolinha do Povo”, de forma a tirar do esquecimento alguns fatos históricos, bem como esclarecer o ato de fala representado pela designação de um diretor de direito e o trabalho efetivo de outros funcionários nessa função.

Um ato de fala total, quando observado processualmente, apesar da dificuldade de delimitar o alcance desse todo, mostra fatos de linguagem encadeados. Não são esses os únicos efeitos provocados pelos proferimentos emitidos, o que torna problemática a pretensão de rastrear todos os efeitos advindos. Entretanto, o dado observável, verificável, reiterável é que, a partir de 5 de agosto de 1999, a “Escolinha do Povo” retornou ao seu

lugar de direito na história de Campo Mourão. Tem-se um ato de fala total. Da mesma forma, os enunciados performativos correspondentes à galeria de ex-diretores, o preâmbulo do regimento escolar e o cerimonial do projeto “Cidade dos Painéis” institucionalizaram uma versão de fatos históricos próxima, mas não totalmente (a data de “criação” da escola ainda perdura como sendo 02/04/64, período em que esteve fechada), da correspondência factual empírica.

Em relação ao outro ponto de interesse da pesquisa, a designação de um diretor que não assumiu a função, os atos de fala responsivos da comunidade escolar ratificaram a atitude de linguagem já presente no proferimento “Síntese do Histórico do Estabelecimento” (cf. anexo 1). Essa ação de linguagem deliberativa oportunizou que, mais uma vez, através de enunciados performativos concretos e únicos, novas atitudes, efeitos e conseqüências construíssem e/ou confirmassem a teia de fatos históricos. Da exclusão da foto na galeria lê-se, como proposto por Austin, o seguinte performativo explícito: *“Nós, professores do Colégio Estadual “Dr. Osvaldo Cruz”, declaramos não reconhecer o sujeito designado pela Resolução n.º 717/80 como diretor deste estabelecimento uma vez que o mesmo não exerceu a função para a qual foi designado”*.

### 3.4 A QUESTÃO DA INTENCIONALIDADE

A análise dos enunciados performativos citados parece demonstrar que a reiteração dos fatos acontece quando o acordo de significado foi aceito por todos os interlocutores, mesmo quando o diálogo tenha acontecido entre sujeitos em posições hierárquicas diferentes. Significa dizer que a intencionalidade tem que ser mútua, isto é, os sentidos

devem ser estabelecidos e aceitos no momento da interlocução. Atendidas essas condições, a performatividade da linguagem se concretiza.

Quando a intencionalidade se restringe ao eu proferidor, o interlocutor estando em situação hierárquica inferior, sem poder decisório, parece encontrar meios para demonstrar a não aquiescência percebida nos excertos abaixo:

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e oitenta, às 15:30 horas em uma das salas do Estabelecimento (...), Diretora **Responsável**... (Cf. anexo 10, grifo nosso)

A expressão “diretora responsável” passou a ser citada nas atas do período compreendido entre 15/04/80 a 1º/04/81, enquanto esteve em vigor a Resol. N.º 717/80. Por conta disso, pode-se concluir que as atas acima citadas apresentam como indício da insatisfação dos interlocutores o adjetivo “responsável”. A intencionalidade da adjetivação, apesar de não interferir na ação dos performativos, demonstra a posição hierarquicamente inferior, do interlocutor que registrou assim a sua insatisfação.

A intenção inicial do resgate histórico, em 1999, foi provar existência anterior a 02/04/64 da “Escolinha do Povo”, bem como a inconsistência desta data como sendo de início das atividades do atual colégio. Proferimentos posteriores a 1999 parecem atestar não ter alcançado o estatuto de ato de fala total, uma vez que a data de “criação” da escola continua a mesma, o que se comprova pelo excerto a seguir:

REGIMENTO ESCOLAR DO COLÉGIO ESTADUAL DR. OSVALDO CRUZ

**PREÂMBULO**

Em 02/04/64 foi criada a Escola Isolada Municipal Dr. Osvaldo Cruz...” (Cf. anexo 5)

#### **“A história do Colégio**

O Colégio Estadual Dr. Osvaldo Cruz oficialmente foi criado em 02 de abril de 1964 (dois dias após o golpe militar) com a denominação de Escola Isolada Municipal Dr. Osvaldo Cruz...(Cf. anexo 15)

Isolar o significado do enunciado performativo da circunstância que o gerou não explica porque os atos de fala de 1999 sobre a “Escolinha do Povo”, sobre a existência da Resolução 717/80 e a ata de setembro de 1980 (cf. anexos 8, 12 e 13) não conseguiram estabelecer um acordo de verdade com a comunidade escolar em relação aos fatos: o Colégio Estadual “Dr. Osvaldo Cruz” iniciou suas atividades em 1965; em 1980, diferente do que sempre constou no ilocucionário relação de ex-diretores, mais dois nomes integrariam a lista de ex-diretores.

Ao mesmo tempo em que isola o performativo da circunstância, Searle considera que a intencionalidade, razão da performatividade, só depende do eu empírico. A análise aqui efetuada vê o proferidor, principalmente o eu autoridade dos performativos explícitos, como um eu extralingüístico e plural e que, em conjunto com outras autoridades, decide quais os atos adequados a cada circunstância, sem perder de vista a função pública desses atos. Não basta a apreensão do interlocutor no momento histórico de produção do enunciado performativo, é da intencionalidade do locutor e interlocutor que dependerá a performatividade. Se a força ilocucionária estivesse presente apenas no enunciado em si, quando o sujeito imprime neste:

.... intencionalidade original ou intrínseca do pensamento do falante é transferida para palavras, frases, marcas e símbolos (...) que passam a ter uma intencionalidade derivada do pensamento do falante. (Searle, 2000, p. 131)

Se essa intencionalidade determinasse os efeitos do ato de fala, a Resolução 717/80 e a ata de 19/09/80 (cf. anexos 8 e 12) teriam força suficiente para cristalizar e perpetuar os respectivos nomes na relação de ex-diretores. Tal fato não foi constatado em nenhum dos performativos elencados para análise da reiteração dos significados, a saber: os proferimentos no lançamento do projeto “Campo Mourão: Cidade dos Painéis” (cf. anexos 15 e 16) e a substituição do ilocucionário correspondente à “Síntese do Histórico do Estabelecimento”, pelo preâmbulo do regimento escolar (cf. anexo 17). Neste, ao contrário da expectativa da inserção de algum nome, além dos elencados no anexo 1, constatou-se mais um apagamento: excluiu-se a relação de ex-diretores do corpo do enunciado.

Pela leitura dos performativos analisados, parece certo assegurar que o sentido do enunciado não se encontra apenas na intencionalidade do emissor, mas na produção social da linguagem. O ato de fala em si só constrói um fato histórico lingüístico através desse acordo.

**Dizem que outras pessoas assumiram a direção por alguns períodos, todavia, não encontramos registros.** (Cf. anexo 15 grifo nosso)

Na nota ao pé da relação de ex-diretores publicada no anexo 15, o uso da linguagem não se presta à representação factual. Os registros das pessoas designadas para diretores do estabelecimento, em 1980, mostram uma realidade diferente da elencada no referido anexo. Entretanto, o ilocucionário composto pela relação citada (cf. anexo 15), presente no registro do jornal, não soa falso por não corresponder à realidade factual; nem infeliz, por infringir a regra de felicidade proposta por Austin quando se refere ao comportamento subsequente. A declaração do anexo 15, ainda que inconsistente, não

significa a intenção de não falar a verdade e sim expressa uma decisão da comunidade, caracterizando-se numa atitude de linguagem.

Por conta disso, a intencionalidade e o significado não são apenas a manifestação individual de um falante único, nascidos em sua mente e proferidos através de atos de fala. Alcançam força ilocucionária ao construir, com a participação do interlocutor, significados duradouros. Disso se conclui que o significado real, prático, construído pelo enunciado performativo explícito pode não estar propriamente no enunciado em si, no eu proferidor, no momento da sua produção social.

O ilocucionário correspondente aos nomes dados à escola “criada” em 02/04/64: Escola Isolada Municipal “Dr. Osvaldo Cruz”, e sua localidade, (“Vila Operária”) confirma que, às vezes, o significado não está no enunciado. O termo “isolada” sempre constou no histórico do estabelecimento (cf. anexo 4) como sendo correspondente a “fora do perímetro urbano” . Essa interpretação parece estar presente também no teor da Lei Municipal 25/64 que autoriza a ampliação das instalações (cf. anexo 3). A pesquisa mostrou que a quadra 179 sempre foi área central do mapa pioneiro do município, portanto nunca periférica ou rural. Logo, o termo “isolada” com sentido de localizar-se fora do perímetro urbano não foi usado como representação do real. Essa informação foi colhida no depoimento gravado do funcionário municipal Clementino Farago e confirmado no Cartório de Registros do 1º Ofício de Campo Mourão. Farago relata que o lugar era habitado por pessoas de baixa renda, sem condições de construir casas em conformidade com o tamanho padrão estipulado pela prefeitura para as edificações. Por isso, o prefeito da época fez uma concessão através da qual autorizava os moradores a construírem casas com área inferior a 42m quadrados e a subdivisão dos terrenos em lotes menores.

Entendeu-se que o significado do termo “isolada” não corresponde à leitura feita durante anos, pois não tem correspondência com o real empírico, como o sugerido por Searle, sequer a palavra “vila” tem o sentido de *fora do perímetro urbano*. O sentido dado aos dois termos não corresponde ao “modo como as coisas são, ou seja, aos fatos do mundo” (SEARLE, 2000, p. 19), porém há um significado acordado na produção social da linguagem: vila conota o reduto habitado pelos menos favorecidos, aqueles “brasileiros” a quem o grupo de jovens desejava “ver livres pelo conhecimento” (cf. anexo 13).

Nessa leitura, o momento em que se forjam os enunciados é importante, mas nem sempre define a performatividade, isto é, o ato total de fala. Ela aparece mais claramente nas reiterações.

Um tipo de comportamento lingüístico traduzido pela produção de atos de fala com preocupações éticas, ou não, “atitudes de linguagem”, às vezes, são antecedidas por um processo reflexivo silencioso impondo ao proferidor deliberação e resolução. Esse processo em si não garante a performatividade tal como demonstrado na decisão de revelar a existência da “Escolinha do Povo”. Compreende-se que os interlocutores tenham apreendido os ilocucionários reveladores da primeira escola e que estes enunciados tenham alcançado satisfazer integralmente as regras de felicidade propostas por Austin para construção de performativos. Todavia, o significado proposto nesses enunciados não foi acordado entre os interlocutores.

Por conta desse fato de linguagem, a teoria de Searle ao dizer do significado inscrito no proferimento, que, por sua vez, obedece a um processo de causação mental do falante não se sustenta à luz da leitura dos performativos elencados. Assim como não se sustentam a intencionalidade presente apenas no ilocucionário, como desejou Austin, ou no momento da enunciação, como o defendido por Ottoni e Rajagopalan. De acordo com os dados, a

conclusão sobre em que momento a verdade se estabelece, qual foi o sentido aceito só é possível ser verificado nas reiteraões.

### 3.5 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA VERSÃO HISTÓRICA

A institucionalização dos sentidos propostos durante o projeto “Comemorar é Conhecer” foi analisada também nos proferimentos emitidos durante o transcorrer do próprio projeto. Para tanto, elencou-se o ilocucionário referente ao proferimento da autoridade constituída, a direção do Colégio Estadual “Dr. Osvaldo Cruz”, a respeito do referido projeto, no que concerne à alegação implícita de desconhecimento da presença da designação de um diretor de direito e outros de fato dos registros documentais, como se pode observar: “E este jornalzinho é parte do resultado de todo o trabalho desenvolvido, que contou com a participação de todos. *Ele traz as informações que foram levantadas com o objetivo de torná-las do conhecimento público*” (cf. anexo 15, grifo nosso). Esta declaração não constitui assertiva falsa, tampouco ilocucionário infeliz, “aquele que invoca o procedimento deve de fato ter tais pensamentos ou sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada” (AUSTIN; 1990, p.31). Dizer do ilocucionário falso ou infeliz por não trazer à tona as duas versões históricas da relação de ex-diretores, a da mantenedora e a da comunidade escolar, poderia soar simplista. Em verdade, a linguagem atua no sentido de reiterar o acordo firmado pela comunidade escolar sobre o assunto em questão, sendo o fato, pois, linguagem. Ela constitui e estabelece o fato por si mesma.



São as institucionalizações propostas pelo projeto “Comemorar é Conhecer”, a data de criação da escola e a relação de ex-diretores, que passarão a ser enfocadas na análise a seguir.

### 3.6 REITERAÇÕES INSTITUCIONALIZADORAS - JORNAL “OSVALDO CRUZ”

A aferição do possível acordo de sentido sobre uma nova versão de fatos foi o “Jornal Osvaldo Cruz – 35 anos”, o primeiro entre outros meios de comunicação, a registrar a existência da “Escolinha do Povo”. Dele selecionou-se o ilocucionário que descreve o histórico do colégio:

#### A história do Colégio

O Colégio Dr. Osvaldo Cruz oficialmente foi criado em 02 de abril de 1964 (dois dias após o Golpe militar) com a denominação de Escola Isolada “Dr. Osvaldo Cruz...(....)”

Mas antes da oficialização da escola, nestas mesmas duas salas funcionava a “Escola do Povo”, que oferecia alfabetização para adultos seguindo o método do pedagogo Paulo Freire. (.....) Com a instauração da ditadura militar os jovens professores idealizadores da escola foram obrigados a abandonar o projeto e toda a documentação desse período desapareceu. (Cf. anexo 15)

A possibilidade de expansão do performativo: “*Nós, comunidade escolar, declaramos que a escola foi oficialmente criada em 02/04/64...*”(grifo nosso), confirma seu estatuto de ilocucionário, o que não assegura afirmar que uma escola é oficial e outra não. Se, para “oficialização” da escola, é necessário um performativo explícito legal, este só se deu sob o Decreto 5.340/78 de 02 de agosto de 1978 (cf. anexo 15), data muito distante da que se institucionalizou 02/04/64.

Pode-se ler pelo referido, mais uma vez, o pressuposto austiniano de que a linguagem nem sempre é a representação de fatos empíricos, pois a data 02/04/64 não corresponde ao início das atividades pedagógicas do atual colégio. O que se tem são fatos históricos não representativos dos fatos empíricos, mas construções de linguagem aceitas como verdades, assim como o sentido dado às palavras “isolada” e “vila”, já analisadas anteriormente. Estes fatos históricos, por sua vez, são atos de linguagem retratores dos acordos firmados entre os interlocutores.

O que se deve examinar não é a sentença como correspondente a uma declaração falsa ou verdadeira, retrato de uma realidade factual, mas o ato de proferir um enunciado numa dada situação lingüística em que a linguagem funcione como meio para se alcançar um fim.

### 3.6.1 Ano 2000 - preâmbulo do regimento escolar

Crê-se que os proferimentos emitidos durante o desenrolar do projeto “Comemorar é Conhecer”, principalmente aqueles dos dias 06 e 07/08/99, possam ser chamados de “ilocucionário base” por serem os primeiros ilocucionários institucionalizadores de fatos. A partir deles, e/ou a reiteração de suas partes, é que uma nova versão de fatos históricos instalou-se. O proferimento performativo representado pelo preâmbulo do regimento escolar relata a existência da “Escolinha do Povo” e traz a relação entre esta e o atual colégio:

Preâmbulo

Em 02/04/64 foi criada a Escola Isolada Municipal Dr. “Oswaldo Cruz” que funcionava em duas salas de madeira, na rua Iguaçú, esquina com a avenida João Bento, na época Vila Operária. Neste local hoje está o Corpo de Bombeiros. Antes de abril, nestas salas de aula funcionava Alfabetização para Adultos, que recebia o nome de “Escolinha do Povo”. A Lei Municipal 2564, de 25/07/1964, autoriza a construção de mais duas salas de aula em alvenaria, no mesmo local. (Cf. anexo 17)

Pelo exposto no anexo acima, o que um dia se chamou “Escolinha do Povo” não foi uma instituição criada e edificada pela vontade e trabalho popular voluntário, mas o programa de alfabetização de adultos.

Outra informação incorporada no preâmbulo do regimento atém-se mais à necessidade de imprimir ao documento ares de legitimidade na tentativa de aproximá-lo de um performativo puro: “... Lei Municipal n.º 2564 de 25/07/1964, que autoriza a construção de mais duas salas de aula em alvenaria, no mesmo local.” (Cf. anexo 17).

A lei a que se refere a citação acima não informa que a escola seria de alvenaria, fato de que não há registro escrito. Em verdade, a Lei Municipal 25/64 autoriza a ampliação do espaço físico da escola e não a sua criação. Este discurso parece responder à necessidade de tornar o enunciado mais convincente na sua conformidade legal, mas sem conseguir reportar-se à representação real da “criação” das duas escolas.

Tais considerações vêm novamente comprovar que são as condições de uso da linguagem que determinam o significado e não a análise dos seus elementos constituintes. Assim, a linguagem mostrou-se não como a representação do real, mas a constituição do fato.

### 3.6.2 Ano 2001 - O Acordo Reiterado

No jornal regional Tribuna do Interior de 11/05/2001, por ocasião do lançamento do projeto denominado “Campo Mourão: Cidade dos Painéis”, a reiteração do fato histórico “Escolinha do Povo” é retomado pelo seguinte ilocucionário:

A “Escolinha do Povo”, que funcionava no início da década de 60 na antiga Vila Operária, é o tema do trabalho que marca hoje o lançamento do projeto “Campo Mourão – Cidade dos Painéis (...)

A solenidade de lançamento acontece às 19 horas, no Colégio Estadual “Oswaldo Cruz” (Jardim Lourdes), que sucedeu a Escolinha do Povo. (Cf. anexo 18)

Nesse ato de fala, o eu proferidor vê o atual colégio como um sucessor da primeira escola. Essa notícia é um ilocucionário propiciador de posteriores reiterações. O evento ocorreu no mesmo dia, sexta-feira, às 19:00, no Colégio Estadual Dr. Osvaldo Cruz e se constitui num performativo em condições felizes de realização.

Na mesma data, outro ilocucionário proferido pela mesma autoridade competente no momento do lançamento do projeto. Considera-se ter essa intervenção lingüística força ilocucionária igual ou maior que a matéria do jornal, levando-se em conta o aparato com o qual se revestiu a circunstância, convencional e particular ao procedimento invocado. O lançamento do projeto foi ritualmente preparado: presença da imprensa, autoridades, banda municipal, discursos, tudo o que reveste um ato lingüístico performativo administrativo, político, cultural que objetive repercussão na comunidade. Neste ato de fala político, a autoridade máxima foi o prefeito municipal que teve como porta-voz o mestre-de-cerimônias, cujo proferimento iniciou-se dessa forma:

O MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO CULTURAL, CENTRO DE CRIATIVIDADE, COM O APOIO DO MUSEU MUNICIPAL DEOLINDO MENDES PEREIRA, LANÇA NESTA NOITE O PROGRAMA CAMPO MOURÃO CIDADE DOS PAINÉIS... (cf. anexo 19)

O eu proferidor autoridade, através de seu porta-voz, formaliza o resultado do trabalho desenvolvido pelos assessores, emite o ilocucionário que também se constitui num reiterador dos atos de fala proferidos em 1999 e contradiz o ilocucionário publicado no Jornal Tribuna do Interior (cf. anexo 18) em relação à gênese do Colégio Estadual “Dr. Osvaldo Cruz”:

9 – ESTE PAINEL CONTA A HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO DA ESCOLINHA DO POVO, NASCIDA EM 1963, DO SONHO DE JOVENS IDEALISTAS E ESPERANÇOSOS, QUE BUSCAVAM CONSTRUIR UM MUNDO MELHOR.

NÃO TENDO SIDO OFICIALIZADA, A ESCOLA SUCUMBIU RESSURGINDO, EM 1964 COM O NOME DE ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL DR. OSVALDO CRUZ.

EM 1974, DEIXA DE PERTENCER AO MUNICÍPIO, PASSANDO A FAZER PARTE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO, COM A DENOMINAÇÃO DE ESCOLA DR. OSVALDO CRUZ E EM 1984 PASSA A CHAMAR-SE COLÉGIO ESTADUAL DR. OSVALDO CRUZ. (Cf. anexo 19)

O foco de interesse na análise do ilocucionário acima foi constatar a retomada da história da “Escolinha do Povo”, dois anos após sua revelação, isto é, se o resgate da existência desta havia conseguido instaurar na comunidade e perante as autoridades municipais, nova versão histórica. O discurso presente no proferimento do cerimonial não condiz com a realidade factual, o que se comprova pelo excerto: “Não tendo sido

oficializada, a escola sucumbiu, ressurgindo, em 1964 com o nome de Escola Isolada Municipal Dr. Osvaldo Cruz.” (Cf. anexo 19)

Se se buscasse no proferimento a correspondência factual, a prova da verificação, chegar-se-ia, pela observação das provas materiais coletadas às seguintes constatações:

- a) a escola foi fechada devido ao golpe militar e sua chave foi solicitada pelas autoridades constituídas, portanto, não “sucumbiu” por não ter sido “oficializada”;
- b) se ela “ressurgiu” em 1964, pela lógica do raciocínio anterior, o ressurgimento deveria estar devidamente “oficializado” através de leis municipais dando conta de sua criação. Na verdade, os atos administrativos contam que ela reabriu suas portas em 1965.

Dois fatos históricos, a data de criação da escola e a relação de ex-diretores, demonstraram ser fatos lingüísticos, quer dizer, a linguagem constituiu o próprio fato: Esses fatos alcançaram estatuto de atos de fala totais e institucionalizaram-se. Passaram a representar não o fato, mas as crenças e significados acordados pelo grupo social em relação ao objeto em discussão. Ao longo do tempo, esses acordos foram reiterados estabelecendo e solidificando uma dada versão histórica como a galeria de ex-diretores, a data de 02/04/64, fatos que em si “sucumbem” à prova da verificação, entretanto atravessaram ilesos os debates desencadeados durante o projeto “Comemorar é Conhecer”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a abordagem pragmática, a observação dos efeitos do uso da linguagem nas situações recortadas para análise demonstrou ser a busca da verdade um dos pontos norteadores desta dissertação e, talvez, da própria Pragmática.

O desvelamento dos mecanismos de linguagem e de discurso trouxe à luz caminhos tortuosos, cujas verdades nem sempre estão claramente expressas no corpo do enunciado significativo, concreto, historicamente datado. Ela pode estar num plano mais amplo, o plano circunstancial que gerou o enunciado. O significado revela-se pela observação e comparação dos enunciados performativos que compõem a situação comunicativa. Como peças de um quebra-cabeças, os enunciados concretizam a performance da linguagem. Tal confronto também revela o significado acordado entre os interlocutores, principalmente quando o referido acordo é um ato exclusivamente lingüístico.

Reitera-se que a exigência de um olhar mais abrangente, um olhar que contemple além do corpo do texto, dos seus mecanismos formais, de discurso e da circunstância, não significa tornar dispensável a formalização dos performativos. Como se descreveu, ela é necessária em atos administrativos e jurídicos, situações formais de uso que exigem condição de validade e aplicabilidade do enunciado performativo. Este a exige para sua realização integral, alcançando efeitos desejados, em condições de felicidade. O contrário levaria possivelmente o ato ao malogro ou desacerto.

A análise demonstrou ainda que o uso da linguagem gerou novos fatos históricos. A partir dos enunciados relativos à mesma circunstância, forjaram-se versões históricas concomitantes, mostrando a “história” da história. A oficial, teia discursiva

registrada para as gerações futuras e a extra-oficial, esta verídica, uma vez que corresponde a fatos empíricos.

Essas veredas discursivas se entrecrocaram e nem sempre refletem condições democráticas de produção dos enunciados. O desenho alternativo configura o retrato da manipulação dos fatos históricos, subvertidos de acordo com o interesse da facção que detém o poder de emissão do proferimento. Essas ações manipuladoras nem sempre cristalizaram verdades duradouras. Às vezes, os atos de fala se mantiveram apenas enquanto prevaleceu o poder do emissor. A reabertura do diálogo proporcionou ações de linguagem contestatórias, geradoras de novos acordos. O reconhecimento pelos parceiros do diálogo dos efeitos dos atos de fala, como a possibilidade de construção de dois discursos, o falso e o verdadeiro, possibilita o proferimento de outros performativos, de forma consciente e responsável.

Tal exigência pressupõe um locutor que detenha o conhecimento da ação da linguagem. Que este se reconheça como agente de transformação e construção de realidades, como demonstraram ser os jovens voluntários da “Escolinha do Povo”. Que reconheça conceitos como direitos, deveres, ética, cidadania, solidariedade como atos de fala dinâmicos que, colocados em prática e em condições felizes de realização, poderiam alterar o estado atual do aluno presente nas escolas nas quais esta pesquisadora tem exercido atividades profissionais.

A prática pedagógica no Ensino Médio tem mostrado um aluno ignorante quanto à sua atuação lingüística como construtora da sua história individual e coletiva, bem como, da construção do conhecimento, se comparado à geração calada pelo golpe militar. Este aluno parece pensar que tudo deve-lhe vir às mãos. Ao ser cobrado, busca estratégias que lhe garantam sucesso, sem a consciência de ser agente de construção de si, do outro e da



história. Ao mesmo tempo em que sofre as ações dos atos de fala, não reconhece seu poder de atuação através da linguagem. Na sua inércia, não se reconhece como interlocutor de um diálogo histórico, concreto, no qual cabem o sim e o não.

Ensinar a prática da linguagem como a forma de ação é antes de tudo oferecer uma possibilidade de exercício da cidadania, de restabelecimento do diálogo com as voluntárias pelo trabalho na “Escolinha do Povo” e, ainda, outros sujeitos que, na mesma época desenvolveram atividades em outros grupos como a Cruzada de Ação Social (CAS), em 1964.

A análise da ação da linguagem mostra a possibilidade da manipulação do sistema, no que se refere ao uso de cargos públicos em desacordo com a exigência da sua função social, como o ocorrido em 1963, 1964 e 1980, ocasiões em que o dizer foi fazer e os efeitos desses atos de fala encontram eco no meio social ainda hoje, produzindo novos fatos históricos, políticos e sociais. Outra possibilidade aferida foi a imposição de uma dada versão histórica pela autoridade constituída. Dessa forma, também se faz necessária a imposição ao leitor da ampliação de seu campo de leitura. Que o leitor não tome os registros escritos como verdades absolutas apenas por este significado ter alçado ao estatuto de registro escrito. Esta ampliação pode ser realizada através do confronto dos enunciados referentes a uma mesma circunstância histórica, pois como as situações aqui analisadas, a performatividade da linguagem oportunizou recuperar os vários discursos que, confrontados, mostraram o lado sombrio da história oficial registrada concorrente com a versão extra-oficial veiculada muitas vezes oralmente, como se comprova pelo depoimento recente da professora Vanilda (2001): “*Eu estudei na “Escolinha do Povo”. A diretora era Dona Maria da Luz que me levava estudar na sua casa para me preparar para o exame de admissão...*”. Este depoimento comprova a existência atual de uma versão histórica que não

vê o Colégio Estadual “Dr. Osvaldo Cruz” como uma instituição “diferente” da “Escolinha do Povo”, isto é, para muitos depoentes o primeiro tem uma relação de continuidade com o segundo estabelecimento. A consideração de que são escolas com ideologias diferentes, fato que autoriza a considerá-las diferentes, só foi constatado naquele que traz o conhecimento dessas ideologias. Como o trabalho desenvolvido em 64 foi interrompido precocemente, crê-se ser este o motivo desta consideração. Para os ex-alunos e as ex-alfabetizadoras consultadas o objetivo era de instrumentalização do código escrito.

O transcorrer do projeto “Comemorar é Conhecer” mostrou que o uso da palavra nem sempre se concretiza como representação do mundo ou dos fatos empíricos históricos. Nas questões enfocadas, a linguagem criou fatos discursivos e estes se revelaram a surpresa da análise porque a criação desses fatos lingüísticos, contratos de sentido, às vezes, são imposições de autoridades hierarquicamente superiores, outras uma saída menos embaraçosa para um possível confronto.

A visão total do ato de fala, e não a sua decomposição em partes, é o que parece melhor descrever os mecanismos empregados para se produzir a “língua viva”, isto é, aquela que ajuda o homem a construir sua história. Essa construção se definiu mais claramente, *a posteriori*, quando da observação dos performativos coletados, aqueles que tornaram possível a atualização e, às vezes, a definição dos acordos firmados sobre a data de criação da escola e a sua lista de ex-diretores. A observação do contexto aqui focado em momentos diferenciados, 1964, 1980, 1999, 2000 e 2001 foi determinante para elucidar como foram firmados os acordos de verdade e o que foi considerado como verdade pela comunidade: a convencional data do nascimento da escola e a relação excludente de ex-diretores (cf. anexos 8,11 e 12).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANZADI e GINER, Dionisio e Carlos. *Uma Escola Social*. Adaptação de Gabriel Galache. Belo Horizonte, Edições Loyola, 1962.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: nunca mais*. RJ: Vozes, 1985.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

\_\_\_\_\_. *Sentido e percepção*. Tradução: Armando Manuel Mora de Oliveira. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BAKHTIN, Mikhail M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. (pp. 277-326). São Paulo: Martins Fontes, 1992.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1999.

FOLHA DE SÃO PAULO. *História do Brasil*. São Paulo: Plural Editora e Gráfica, 1997

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Impressões de Viagem*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Editada pelo IBGE, 1959.

\_\_\_\_\_. *VII Recenseamento Geral do Brasil*. Paraná: IBGE, vol. I, Tomo XIV, 1960.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiro Editores, 1995.

OTTONI, Paulo. *Visão performativa da linguagem*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

PEDRO, Antonio. *História do Brasil*. São Paulo: FTD, 1987.

POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Ed. Cultrix, 2000.

PROUST, Marcel. *Sobre a leitura*. Tradução: Carlos Vogt. Campinas: Pontes, 1989.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *O Austin do qual a Lingüística não tomou conhecimento e a Lingüística com a qual Austin sonhou*. In: Cad. Est. Ling. Campinas, 30 (105-116, Jan./Jun.1996.

RONCARI, José Roque Aguirra. *A linguagem e cidadania: o texto ou a prática lingüística dialógica e interativa na modalidade escrita* (Tese de Doutorado). Assis, UNESP, 1996.

SEARLE, John R.. *Mente, cérebro e ciência*. Lisboa: Edições 70, 1984.

\_\_\_\_\_. *Mente, linguagem e sociedade*. Tradução de F. Rangel. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

\_\_\_\_\_. *Expressão e significado*. Tradução de Ana C. G. A.A. de Camargo e Ana L. Marcondes Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SOUZA FILHO, Danilo Marcondes de. In: *Quando Dizer é fazer: palavras e ação*, de J. L. Austin, Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

VYGOTSKY; L. S. Problemas de método. In: *A formação social da mente*.(pp. 67-85) São Paulo: Martins Fontes, 1991.